



**Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e
Artes - ICHCA**

Curso de História– Bacharelado

Reitor: Valéria Correia

Vice-Reitor: José Vieira

Pró-Reitor de Graduação – PROGRAD: Sandra Regina Paz da Silva

**Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes Diretor: Prof. Dr. José Edson Lino Moreira Vice-
diretor: Prof. Dr. Alberto Vivar Flores**

História Bacharelado Coordenador do Curso: Prof^ª. Dr^ª. Célia Nonata

Vice-coordenadora: Prof^ª. Dr^ª Flávia Carvalho

**Maceió 2016 (REFORMULAÇÃO DA PARTE DE EXTENSÃO EM
JULHO DE 2019)**

Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes História –
Bacharelado

Coordenação Colegiada do curso (2017-2019)

Titulares:

Prof^a. Dr^a. Célia Nonata(coord.)
Prof^a. Dr^a. Flávia Carvalho (Vice-coordenadora)
Prof^a Dr^a Michelle Reis
Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva
Prof^a. Dr^a. Raquel de Fátima Parmegiani

Suplentes:

Prof.^a Ms. Clara Suassuna Fernandes
Prof.^a Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos
Prof. Dr^a. Lídia Baumgarten
Prof. Dr^a. Arrisete Cleide Lemos Costa
Prof. Dr. Antônio Alves Bezerra

Discente:

Carlos Alexandre de Araújo Lemos Filho (titular)
Allan de Sá Barreto de Freitas (suplente)

Representantes dos técnico-administrativos:

Cibelle Virginia da Silva Vasconcelos (titular)
Karolina Nascimento (suplente)

1. Núcleo Docente Estruturante

Portaria nº 1.652 – outubro/2016 (publicado no BP/UFAL em outubro de 2016)

Prof^a. Dr^a. Irinéia Maria Franco dos Santos
Prof. Dr. Antônio Alves Bezerra
Prof^a. Dr^a. Celia Nonata da Silva
Prof^a. Dr^a. Flávia Maria de Carvalho
Prof^a. Dr^a. Raquel de Fátima Parmegiani

Maceió, 2016 (Aprovação)
Maceió, 2018 (Execução)
Maceió, 2019 (Atualizado)

Coordenação Colegiada do curso e Núcleo Estruturante responsável pela atualização feita em julho de 2019

Titulares Bacharelado:

Prof.a. Dra. Raquel de Fátima Parmegiani
Prof. Dr. Elias Ferreira Veras

Representante dos discentes Colegiado do Bacharelado

João Paulo (titular)
Gabriel Montilla (suplente)

Colegiado do Bacharelado:

Prof.^a Raquel de Fátima Parmegiani
Prof. Elias Ferreira Veras
Prof.^a Ana Paula Palamartchuk
Prof.^a Flávia Maria de Carvalho
Prof.^a Célia Nonata da Silva

Suplentes Colegiado do Bacharelado:

Prof.^a Lídia Baumgarten
Prof.^a Irineia Maria Franco dos Santos
Prof. Osvaldo Batista Acioly Maciel
Prof. Anderson da Silva Almeida
Prof. Antônio Alves Bezerra

Núcleo Docente Estruturante

Portaria nº 1.652 – outubro/2016 (publicado no BP/UFAL em outubro de 2016)

Prof.^a. Dr.^a. Lídia Baumgarten
Prof. Dr. Antônio Alves Bezerra
Prof. Dr. Elias Ferreira Veras
Prof.^a Dr.^a. Ana Paula Palamartchuk
Prof.^a. Dr.^a. Raquel de Fátima Parmegiani

Suplentes:

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida
Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel

**Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes**

Curso de Bacharelado em História

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em História, elaborado com objetivo de adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Equipe Executora do Projeto:

Prof.^a Dr.^a Célia Nonata da Silva
Prof.^a Dr.^a Flávia Maria de Carvalho

**Maceió, 2016 (Aprovação)
Maceió, 2018 (Execução)
Maceió, 2019 (Atualizado)**

Sumário

Apresentação.....	6
1. Dados de identificação do curso.....	7
1.1 Contextualização regional da IES.....	10
1.1.2 Histórico do Curso	11
1.2. Justificativa	16
1.3. Perfil do Egresso.....	19
1.4. Habilidades, competências e atitudes.....	20
2. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	22
2.1. Objetivo Geral.....	24
2.1.2. Objetivos específicos.....	25
2.2. Integração: ensino, pesquisa e extensão.....	26
2.2.1. Laboratórios de Pesquisa.....	27
2.2.1.1. Laboratório Cinema e História - LACHis.....	27
2.2.1.2. Laboratório de Leitura e Outras Histórias.....	28
2.2.1.3. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica - CPDHis.....	28
2.2.1.4.1. Revista Crítica Histórica.....	30
2.2.2. Grupos de Pesquisa.....	30
2.2.3. Laboratório de Informática.....	34
3. ORGANIZAÇÃO DA GRADE CURRICULAR: MATRIZ E PROPOSTA.....	35
3.1.1 Matriz e proposta curricular.....	39
3.1.1.1 Ementas.....	44
3.1.2 Proposta da Matriz curricular	82
3.1.3 Atividades Complementares.....	85
4. Atividades de Curricularização da Extensão.....	86
4.1. Programa de Extensão do Curso.....	91
4.2. Atividades e Projetos de Extensão.....	99
5. METODOLOGIA	108
5.1. Das atividades.....	113
5.2. Núcleo Docente Estruturante - NDE	114
6. Avaliação.....	116
7. APOIO AOS DISCENTES.....	117
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
ANEXOS	122

Apresentação

O presente projeto pedagógico do curso de História Bacharelado tem como objetivo corresponder às principais expectativas dos docentes e discentes da Universidade Federal de Alagoas quanto ao aprimoramento do saber e da capacitação técnica e produtiva da universidade, contemplando as necessidades de atualização das demandas contemporâneas da produção historiográfica e a necessidade do próprio contexto social no qual estamos inseridos.

Quanto às demandas historiográficas atuais, dispomos nossa perspectiva nas metodologias a serem empregadas pelo curso de História em Bacharelado. Ampliando esta proposta apresentamos a atividade interdisciplinar que leve o desempenho docente ao conhecimento e às demandas historiográficas atuais.

Também, o presente Projeto Pedagógico do curso se insere nas demandas atuais legais que fomentam a necessidade de reformulação em determinadas situações que contemplamos no curso. Assim, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – CNE/CP nº 08-2012, buscamos ampliar a discussão para as disciplinas específicas das áreas de História Contemporânea e áreas de História do Brasil, sendo possível trabalhar este eixo transversal em outras disciplinas e nas atividades interdisciplinares como proposto pelas Atividades de área, como consta na parte da Metodologia do PPC. Este procedimento também foi válido para a questão ambiental da Lei 9.795 de 2002, entendendo que a temática daí resultante pode e deve ser trabalhada por todas as disciplinas, perfazendo o assunto nas suas ementas e nas dinâmicas interdisciplinares. A exemplo, a ementa da disciplina de Contemporânea I, que contempla a discussão de Direitos Humanos, Meio Ambiente e Gênero, insere-se nesta preocupação do PPC do Curso para alcançar efeitos satisfatórios da Lei.

No aspecto da Lei nº 12.764 sobre a proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista dispomos sobre o assunto no inciso ‘Avaliação’, como consta no presente Projeto.

Todo este aspecto de reformulação do curso de História Bacharelado e as demandas do CNE/CES nº 02 de 2007 (tempo de integralização) estão contempladas no aumento da carga horária das disciplinas do próprio curso, assim como as prerrogativas atuais do Conselho de Educação MEC.

Esta possibilidade curricular se dará a partir do primeiro semestre de 2018, e para tanto apresentamos os recursos e justificativas incluídas neste Projeto como argumento para um melhor aprimoramento do saber científico.

1. Dados de identificação

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)
Município-Sede: Brasília – Distrito Federal (DF)
CNPJ: 00.394.445/0188-17
Dependência: Administrativa Federal

Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Código: 577
Município-Sede: Maceió
Estado: Alagoas
Região: Nordeste
Endereço do Campus sede: Campus A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió – AL
Rodovia BR 101, Km 14. CEP: 57072-970
Telefone: (82) 3214-1100 (central)
Portal eletrônico: WWW.ufal.edu.br

Unidade Acadêmica: Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes

Curso: História

Modalidade: Bacharelado em História
Título oferecido: Bacharel em História
Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Campus: A. C. Simões
Município: Maceió
Estado: Alagoas
Região: Nordeste
Endereço de funcionamento do curso: Av. Lourival Melo Mota s/nºbloco 20 – Tabuleiro dos Martins, CEP: 57072-900
Portal eletrônico do curso: <http://www.ufal.edu.br/ichca/graduacao/historia>

Portaria de Reconhecimento: Decreto nº 36.657/54

Turno: Vespertino

Carga Horária Total: em horas e hora/aula

Componentes Curriculares	Hora aula 60 min
Ace	326
Fixas	2196
Eletivas	288
Estágio Supervisionado	200
Atividades Complementares	200
TCC	50
Total	2934

Duração: 4 anos (mínima) a 6 anos (máxima)

Vagas (anual): 40

Formas de Acesso ao Curso: A principal forma de acesso aos cursos da Universidade Federal de Alagoas é normatizada pela Resolução nº 32/2009 – CONSUNI – UFAL, de 21 de maio de 2009, que trata da adoção do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) como o Processo Seletivo da Universidade Federal de Alagoas. Outras resoluções e legislações nacionais normatizam as demais formas de ingresso no curso através de transferência, reopção, matrícula de diplomados, Programa de Estudantes – Convênio de Graduação etc, normalizadas pela Pró-Reitoria de Graduação.

Corpo Docente:

Prof. Dr. Anderson Almeida

Prof. Dr. Alberto Vivar Flores

Prof^a. Dr^a. Ana Claudia Aymoré Martins

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Palamartchuk

Prof. Dr. Antônio Alves Bezerra

Prof^a. Dr^a. Arrisete Cleide Lemos Costa

Prof^a. Dr^a. Célia Nonata da Silva

Prof^a Ms. Clara Suassuna Fernandes

Prof. Dr. Elias Veras

Prof^a. Dr^a. Flávia Maria de Carvalho
Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva
Prof^a. Dr^a. Irinéia Maria Franco dos Santos
Prof. Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira
Prof. José Roberto Gomes da Silva
Prof. Esp. José Roberto Santos Lima
Prof^a. Dr^a. Michelle Reis de Macedo
Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel
Prof^a. Dr^a. Raquel de Fátima Parmegiani

Corpo Técnico Administrativo:

Cibelle Virgínia da Silva Vasconcelos
Karolina Nascimento
Josenilda Cavalcanti

Titulares:

Prof^a. Dr^a. Célia Nonata (coord.)
Prof^a. Dr^a.; Flávia Carvalho (Vice-coordenadora)
Prof^a Dr^a Ana Paula Palamartchuk
Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva
Prof^a. Dr^a. Raquel de Fátima Parmegiani

Suplentes:

Prof.^aMs. Clara Suassuna Fernandes
Prof.^a Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos
Prof. Dr^a. Michelle Reis
Prof. Dr^a. Arrisete Cleide Lemos Costa
Prof. Dr. Antônio Alves Bezerra

Discente:

Carlos Alexandre de Araújo Lemos Filho (titular)
Allan de Sá Barreto de Freitas (suplente)

Representantes dos técnico-administrativos:

Josenilda Cavalcante TAE (titular)
Karolina Nascimento (suplente)

1.1. Contextualização regional da IES.

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 3 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente de 3.120.922 habitantes, sendo 73, 64% em meio urbano.

O PIB per capita estadual era de R\$ 6.728,00, em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia com participação de 72%. Os 28% restantes estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente a policultura do Agreste, a pecuária no Sertão e o plantio de cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo.

Nesta realidade geográfica e social é criada a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Motas/nº, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no estado de Alagoas, CEP: 57.072-970. A universidade foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatutos e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. C. Simões, em Maceió, onde são ofertados 102 cursos de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa, com a oferta de 23 cursos. No ano de 2010, chegou ao Sertão com a instalação do Campus de Delmiro de Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema, com oferta de 8 cursos presenciais.

Além dos cursos presenciais, há 11 ofertados na modalidade Educação à Distância, através do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. A pós-graduação contribui atualmente com 31 programas de Mestrado e 9 de doutorado, além de cursos de especialização em várias áreas do conhecimento.

As atividades de pesquisa vêm crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisas que atuam em diversas áreas do conhecimento. A extensão contribui

com diversos programas e, assim como a pós-graduação, também aponta para um processo de expansão.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SISU / MEC (Sistema de Seleção Unificada). Neste sentido, a inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior, e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades pólo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com o processo de interiorização, a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio do estado de Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do Campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação no SESu / MEC.

1.1.2. Histórico do Curso.

O curso de Graduação em História da Ufal teve seu decreto de funcionamento autorizado em 30 de janeiro de 1952, sendo reconhecido quase dois anos depois, em 24 de dezembro de 1954. Todavia, o início das atividades do curso ocorreu antes mesmo da criação da Ufal, em 1961, isto porque em 1950 havia sido fundada a *Faculdade de Filosofia de Alagoas*, à época instituída por Getúlio Vargas, sendo desta instituição a origem da Universidade Federal de Alagoas. Na antiga FFA já havia o curso de História que foi remodelado a partir da inauguração da UFAL, com a criação do Centro de Humanidades, Letras e Artes (CHLA), hoje Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA).

Atuando em regime presencial, a habilitação ofertada em 1954 era de um curso de bacharelado, já que naquela altura entendia-se que aqueles formados neste grau poderiam atuar no campo da pesquisa científica e no ensino (primário, colegial e superior, para usar a terminologia daquele momento). Assim, na prática, formava-se o historiador tanto com a habilitação em licenciatura como em bacharelado.

Entretanto, em 1971, quando houve uma reestruturação curricular, foi excluída a habilitação em bacharelado. À época, a principal argumentação utilizada para a exclusão do bacharelado da habilitação em História desta IES, teria sido o da suposta “estreiteza” do

mercado de trabalho para o pesquisador em âmbito regional e, mais especificamente, no Estado de Alagoas. Em 1992, os professores Clara Suassuna Fernandes, Patrícia Pinheiro (hoje professora da UFPE) e José Roberto Santos Lima elaboraram uma proposta para a nova implantação do curso. No entanto, a proposta acabou por ser alvo de resistências no interior do próprio Departamento, até ser finalmente rejeitada.

Da exclusão do bacharelado da habilitação e da matriz curricular do curso de História passaram-se mais de três décadas. Neste ínterim, as mudanças no contexto regional já haviam propiciado o desenvolvimento de condições necessárias para a pesquisa na área. No início do século XXI, cresceu, significativamente, a demanda reprimida em relação a esta formação e habilitação, e no próprio interior do corpo docente do curso intensificou-se o desejo coletivo a favor da reimplantação do Bacharelado. Naquele mesmo período, foram implantados dois cursos de especialização simultâneos na área de História nesta Universidade – o primeiro em História do Brasil e o segundo em História do Nordeste – e as matrículas nos exames de seleção superaram em muito as expectativas das coordenações dos cursos, o que por si só já se constituiu em indício significativo dos interesses e necessidades dos egressos da Licenciatura pela formação continuada.

Anos mais tarde, buscando um enquadramento nas novas orientações do MEC, que extinguiu o sistema de habilitações e implantava o de modalidades, o curso de História, em 2006, passou a ofertar duas modalidades de formação separadamente: Bacharelado e Licenciatura. Esta realidade atual visou dar conta das especificidades de formação, não eliminando a relação intrínseca ao longo do processo de desenvolvimento formativo entre pesquisa e acervo documental. Mas, por outro lado, proporcionou a peculiaridade da instituição e do curso no Nordeste, já que é um dos poucos que ofertam a modalidade Bacharelado na região.

Em face dessa questão, os novos projetos políticos pedagógicos davam conta também da reestruturação dos regimes dos cursos que ora funcionavam anualmente e que passavam a ter a estrutura semestral. No entanto, percebemos que as diferenças entre as modalidades: Bacharelado e Licenciatura, dificultavam a formação integral do estudante e muitas vezes inviabilizavam o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão como eixos basilares de integração da universidade com a sociedade. Neste sentido, aproveitamos a oportunidade para alterar as propostas teóricas-metodológicas com atualizações de ementas, organização de matriz curricular e enquadramentos em determinações legislativas do MEC, de maneira a aproximar os currículos e o perfil teórico metodológico das duas modalidades.

Portanto, o penúltimo Projeto Pedagógico do Curso de História é o resultado das alterações ocorridas no transcorrer deste curso no interstício de 2006 a 2011, que passaram por avaliações e análises entre os anos de 2014 a 2015. Ele resulta de um intenso processo de reflexão entre o corpo docente, que ganhou nova configuração ao longo desses anos configurando um quadro coeso e completo, apresentando-se em 2015 com dezenove docentes, dos quais quatorze portadores do título de doutor.

Apontamos, pois, os pontos considerados como prementes necessidades para o desenvolvimento e aprimoramento das metodologias e técnicas de pesquisas componentes do ofício do Bacharel em História:

- 1) Busca de produção científica através de pesquisas conjuntas entre o corpo docente e discente, tendo como *locus* privilegiado a orientação das atividades realizadas no âmbito das disciplinas de Estágio Supervisionado I e II.
- 2) Valorização das práticas de interdisciplinaridade, o que inclui a adoção de metodologias de pesquisa diferenciadas que possam fornecer aos alunos instrumentos de identificação, classificação, organização e interpretação dos mais diferenciados tipos de documentos.
- 3) Criação de mecanismos que aproximem os alunos do curso às instituições de salvaguarda, preservação, restauração e divulgação de fontes. Fazendo com que os egressos adquiram capacitação necessária para o exercício de suas funções no mercado de trabalho.
- 4) Compromisso com a qualidade do ensino no que tange às atividades de pesquisa histórica, no estado de Alagoas e no país.
- 5) Busca de integração dos conhecimentos teóricos e práticos, assim como a permanente atualização de conteúdos e dos processos relacionados às técnicas e métodos de pesquisa e utilização de acervos documentais de diferentes naturezas (manuscritos, impressos, iconográficos, materiais, orais, etc.).
- 6) Estímulos a programas de capacitação docente com propostas de atividades de extensão, pesquisa e aperfeiçoamento, que poderão ser oportunizados através dos núcleos de prática profissional do curso, como os Laboratórios e Grupos de Pesquisa.
- 7) Modernização dos recursos auxiliares para o ensino acadêmico e para o tratamento referente às fontes de pesquisa.

- 8) Valorização do conhecimento histórico em suas linhas de orientação e abordagens historiográficas presentes nos Grupos de Pesquisa e Laboratórios, assim como nas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.
- 9) Valorização do Programa e Pesquisa Científica, no qual docentes e discentes poderão colocar em prática seus projetos de pesquisa, visando o debate, trocas e experiências, atingindo dessa forma aprimoramento da produção do conhecimento histórico, utilizando-se do PIBIC e outros projetos e programas de fomento de pesquisa e extensão desta universidade.

É importante notar que outros eixos do curso serão levados em consideração dentro da proposta da valorização e da conscientização da relevância dos chamados “lugares de memórias”, elemento indispensável para o trabalho do historiador. Nesse contexto, instituições como Museus, Arquivos, Institutos Históricos, instituições de salvaguarda patrimonial etc, considerados como espaços de atuação do bacharel em História, devem fazer parte da rotina acadêmica de nossos alunos.

Assim, diante deste quadro viu-se a necessidade de uma reestruturação no Projeto Político Pedagógico do Curso visando não só uma maior aproximação com o curso de História-licenciatura, como também imprimir mudanças temáticas, teóricas, estruturais e aplicativas a esta modalidade. Há de se destacar que a renovação do quadro docente contribuiu para dar sustentabilidade a este projeto, seja em busca de melhor qualidade na formação do profissional em História, ampliando o foco nas atividades de pesquisa e dinamização dos grupos de estudos e/ou pesquisa que compõem o curso na atual conjuntura.

Além disso, sabemos das dificuldades de afirmar a importância das Ciências Humanas num mundo contemporâneo marcado pela primazia do “paradigma galileano”, como nos mostrou Carlo Ginzburg em um dos seus artigos mais conhecidos (GINZBURG, 1990). Em contrapartida, insistimos na necessidade de encorajar nossos alunos a praticar, como defende Marc Bloch, o “ofício do historiador” (BLOCH, 2001), com o papel fundamental de difundir a consciência crítica acerca das relações dos homens com o mundo e com os outros homens no tempo. Logo, as necessidades constantes de redefinição e reinterpretação do conhecimento histórico obrigam, ademais, o profissional da área, não apenas a dominar os meios para a transmissão deste conhecimento, mas também a atuar em sua construção, análise e crítica.

No ano de 2015, após a reformulação do PPC do curso de Licenciatura em História da UFAL, foi identificada a necessidade de uma adequação do presente PPC do curso de Bacharelado. Isso se deu devido a exigência do MEC de que o curso cumpra uma carga horária mínima de 2400 horas. Dessa forma a disciplina Estágio Supervisionado foi dividida em duas novas disciplinas: Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II com carga horária cada uma de 100 horas, o Trabalho de Final de Curso também teve sua carga horária aumentada para 100 horas em função da necessidade de mais tempo para a realização de pesquisas, análise crítica, elaboração de quadro conceitual adequado para a leitura e interpretação das fontes, e para a escrita do TCC. Também, as cargas horárias de todas as disciplinas, sendo obrigatórias e ou eletivas, foram padronizadas, passando a ter 72 horas. Consideramos que dessa forma passamos a contar com mais ferramentas que possam contribuir para a formação de historiadores.

Por não haver ainda uma norma de regulamentação das ações de extensão como componente curricular obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFAL no momento da aprovação deste no CONSUNI UFAL, a coordenação dos cursos de graduação, CCG, emitiu um parecer (em anexo) em que indicando a sua aprovação, mas com a ressalva de que seria necessário fazer ajustes na parte referente à curricularização da extensão para adequá-lo à resolução que estava em processo de construção naquele momento (Resolução nº 04/2018, aprovada em 19/02/2018). Respondendo a esta demanda em julho de 2019 o NDE do curso de História Bacharelado fez alterações em carga horária e das ementas das ACEs, assim como de partes do texto que fazem referência à curricularização das ações de extensão.

Daí a defesa fundamental, contida neste Projeto Pedagógico e visível em sua estrutura curricular, que é a de possibilitar aos seus concluintes uma formação plena como historiador – historiador e pesquisador –, mesmo dentro dos limites colocados por um curso de Bacharelado, de forma a garantir a indissociabilidade entre a produção do conhecimento teórico-empírico praticada na pesquisa e sua difusão crítico-reflexiva através do exercício de mecanismos de exposição destes resultados (publicações, palestras, conferências). Em face dessas prerrogativas, nota-se ainda que o conceito de sujeito histórico politicamente ativo – indicativo norteador do curso de História, consciente de seu papel na construção do conhecimento, deve atuar em projetos que busquem sua divulgação para diferentes públicos alvos, extrapolando dessa forma os círculos acadêmicos e fornecendo material consistente e crítico para os processos de educação e informação da sociedade como um todo.

Outro desafio que se deve colocar no presente documento é o da valorização e melhoria da qualidade das atividades de pesquisa histórica na Universidade e nas respectivas instituições incumbidas de salvaguarda e preservação de acervos e suas mais variadas funções. Nas atividades de prática profissional que serão desenvolvidas ao longo do curso, serão incrementados procedimentos metodológicos que facultem o aprimoramento de técnicas relevantes para a formação do historiador.

Por seu turno, as práticas profissionais correspondem a uma incessante tentativa de levar o estudante de História a uma posição crítica face à realidade social vivenciada por ele e por outros que o cerca. O fato de vivermos em uma sociedade que ainda se fazem presentes preconceitos de classe, étnicos e sexistas nos faz pensar na importância de debater o significado da invisibilidade à qual, durante muitos anos, no curso de História, ficaram relegados trabalhadores, negros, indígenas, mulheres e outros sujeitos históricos e sociais. Vale dizer que esta História das ausências assumiu um lugar nas argumentações e opções de sujeitos e no senso comum, e muitos ainda a utilizam, reproduzindo uma História construída de cima para baixo, dando ênfase às elites políticas e econômicas. Por esse viés, recorreremos à tão bem empregada frase de Walter Benjamin: é preciso “escovar a história a contrapelo”¹ para que de fato os estudantes do curso possam se identificar como sujeitos histórico, sociais e agentes de transformação.

1.2. Justificativa.

A história é um conhecimento científico dotado de características teóricas e metodológicas próprias. Por isso faz-se necessário conhecer a historicidade dela como ciência, assim como suas implicações metodológicas diferenciais. Ou seja, é campo de conhecimento que foca um problema particular e/ou um conjunto de fatores particulares, assim como foca na experiência humana e em grupos sociais de um tempo e lugares específicos e determinados. Ela é a presença em nossas vidas porque vivemos num contexto histórico-social carente de interpretações e definições dele mesmo quanto ao seu cotidiano. Ao mesmo tempo, porém, falamos do ‘fazer história’ (não apenas vivê-la em seu pleno significado existencial), que sugere uma perspectiva teórico-metodológica, inquirições do

¹ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. 4ª edição, vol. 1. SP: Ed. Brasiliense, p. 225.

saber específico e elementos que classifiquem o conhecimento histórico. Ora, é dentro desta perspectiva acadêmica que se debruçam nossos desejos e inquições, lançando sobre elas, ao mesmo tempo, novas luzes para um conhecimento singular, privilegiado de análise sistêmica sobre o assunto e organizado de forma a reconhecer a importância da história tanto como memória, quanto como disciplina.

Assim, a proposta do presente Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em História da UFAL insere-se nas demandas atuais do Ministério da Educação e orientada por elementos da consciência histórica e acadêmica pertinentes às mudanças historiográficas e às novas produções do conhecimento histórico. É meta, também, persistir na busca por melhores desempenhos educacionais para as graduações em bacharelado no país, principalmente, para Alagoas. Segundo estas prioridades efetivas do Ministério da Educação, os cursos de graduação têm sofrido algumas importantes mudanças em sua estrutura curricular, bem como em sua própria concepção do que se entende por bacharelado e as suas atividades, abrangendo um conhecimento interdisciplinar e multidisciplinar. Isto inclui atividades e demandas das práticas profissionais que possibilitem o desenvolvimento do conhecimento histórico, privilegiando as capacidades e as habilidades do curso aos graduandos. Tais modalidades estão permitidas e aprimoradas neste projeto de curso, visando acompanhar as novas demandas educacionais e, principalmente, pensando na melhoria qualitativa da educação para a Universidade Federal de Alagoas.

A necessidade de profissionais qualificados, cujo perfil será de compromisso com a memória histórica, com a sociedade e suas mudanças culturais e responsabilidade com as políticas educacionais, será parte de intensa preocupação do curso. A formação dos graduados estará, assim, direcionada aos profissionais bacharéis, considerados qualificados para sua área de ensino. Também, buscamos ampliar as capacidades dos estudantes oferecendo disciplinas entendidas como conhecimento histórico. Entendemos que o campo de conhecimento da Histórico necessita de atividades práticas que serão realizadas sob orientação de disciplinas específicas e capacitadoras de conhecimento, a partir da oportunidade concentrada nas horas de Estágio Supervisionado auferida pelo MEC. Vale lembrar que as atividades de prática profissional serão sustentadas e orientadas dentro do arcabouço teórico-metodológico do conhecimento historiográfico, considerando-se indissociável o ensino e a pesquisa para produção do conhecimento.

Devemos considerar que ensino e a investigação científica são bases para que os graduandos possam transformar seu meio social. Promotores da cidadania e, como tais,

empenhados em um país melhor. A consciência reflexiva, a preparação para o espírito crítico e a consciência de sujeito atuante em sua realidade histórico-social está sendo privilegiada neste Projeto Pedagógico, ampliando as oportunidades de expansão de suas capacidades e habilidades adquiridas no tempo de graduação. Uma reflexão consciente para sua realidade histórica e social e considerando a sua bagagem acadêmica adquirida no curso como base da formação da cidadania consciente e atuante. O curso parte destas questões para posicionar-se na formação ao graduando de forma dar possibilitar que este desenvolva habilidades próprias ao pesquisador em história.

O Curso de Bacharelado em História tem como preocupação primordial desenvolver, através deste arcabouço conceitual, a racionalidade reflexiva e a consciência histórica e política dos graduandos e aprimorar as possibilidades de uma educação reflexiva. Esta trama matricial de conhecimentos e saberes será capaz de promover a integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade, de tal maneira que os futuros profissionais de história possam atuar nas comunidades onde irão desenvolver sua prática profissional, se aprimorando nos estudos continuamente, de modo crítico, dispendo de uma bagagem de conhecimentos que os habilite às atividades relacionadas ao desenvolvimento de projetos educativos de cunho social e cultural. E, orientados politicamente serão capazes de promover o reconhecimento de uma comunidade acadêmica de qualidade, através de suas ações social e política, ativa e produtiva, contribuindo também para a construção da democracia no país.

O Curso de História aqui proposto coloca-se como instrumento de ação social, ao mesmo tempo, valorização da memória, do patrimônio, da cultura brasileira e da própria história do país. Nisto, buscamos compreender as demandas atuais do curso de história para o Estado de Alagoas principalmente no que se refere à discussão e orientação de propostas que incrementem soluções para os mais diversos problemas relativos à educação e à formação do historiador, valorizando principalmente a atuação e compreensão da memória histórica de Alagoas, do patrimônio imaterial de nosso estado, das necessidades de renovação da própria disciplina, segundo o incentivo da prefeitura de Alagoas, contribuindo para a cidadania e a da democracia no nosso país.

A valorização da cultura, do patrimônio histórico do país, dos hábitos, costumes e discursos sociais e políticos dos universos macro e micro social, bem como as análises das tradições, dos imaginários e das mentalidades identificados nos processos de mudanças ou de permanências das formas culturais e das culturas políticas do país e da América Latina são elementos de referências e de análises do curso. Todos estes elementos são objetos de

interesse em nossa grade curricular, pois são tendências historiográficas atuais, de que não podemos nos separar.

Os nossos referenciais teórico-metodológicos, portanto, para o ‘pensar’ e a ‘memória documental’ do conhecimento historiográfico requer que primeiramente que se conceba a História como ciência, que tem seus conceitos, paradigmas teórico-metodológicos e experiências investigativas próprias. São estes elementos que dão legitimidade ao conhecimento e sua transmissão para a sociedade. E estamos falando de um meio social particular por ser inovador para a própria UFAL, e oportunizamos às demandas do próprio conhecimento histórico – que é regional – para que a excelência seja alcançada por ela.

O Curso de Bacharelado em História da UFAL pretende, então, habilitar profissionais capazes de atuar como agentes de transformação da realidade social, no sentido de participarem ativamente do processo de construção do conhecimento, patrimônio e memória. Para tanto, preparar profissionais cujo perfil se caracterizará pela competência teórica no conhecimento historiográfico, aliada à capacidade de análise e reflexão social do seu meio e do seu tempo, para a transformação e formação de uma realidade social cidadã. O sentido crítico, a análise reflexiva da memória histórica e compreensão dialética do processo histórico serão os eixos da prática bacharelesca para a habilitação de profissionais, marcados pelo compromisso com a memória histórica e com o exercício da democracia. Este compromisso social é, atualmente, reivindicado por historiadores como Eric Hobsbawm (2003) que nos chamam a atenção para a nossa inserção social.

1.3. Perfil do Egresso.

O bacharel em História terá como suporte teórico-metodológico os elementos que sustentam o ofício do historiador, tanto em sua instância investigativa, como em seu perfil de pesquisador (entendido aqui de maneira conjunta e entrelaçada aos domínios do saber historiográfico); bem como do domínio da historiografia clássica e contemporânea, buscase uma formação que possibilite ao profissional:

1. Possuir o domínio teórico, metodológico, historiográfico e de manuseio documental que norteia a atividade do profissional em história, para sua aplicação em atividades de pesquisa institucional e em ambientes de acadêmicos (palestras, congressos, colóquios, mesas-redondas e debates)

2. Ter noção dos conhecimentos interdisciplinares dos campos da história para sua utilização em objetos de análise, proporcionando um amplo domínio científico multidisciplinar.
3. Auxiliar na preservação do patrimônio histórico e cultural (especialmente da sociedade alagoana) através de assessoria, contribuições em produções artísticas, atividades de dinamização do turismo, participações em comitês científicos, ação em movimentos político-culturais e investigações histórico-sociais.
4. Estimular a consciência crítica-social através das interpretações, (re)leituras e discussões do passado/presente histórico, objetivando o estabelecimento de autonomias intelectuais tanto do historiador como dos homens e mulheres inseridos nas sociedades contemporâneas.
5. Estabelecer relações e interações das mais variadas formas com a sociedade que o circunda, estimulando diálogos com as estruturas organizacionais políticas, econômicas e culturais que visem reflexões avaliativas a serem aplicadas no conhecimento histórico-social.

1.4. Habilidades. Competências e atitudes.

As habilidades, competências e atitudes do profissional de história a ser formado se esmeram no campo da pesquisa, nas habilitações para a pesquisa documental, na preservação dos acervos documentais e na memória historiográfica, bem como na constituição da difusão do conhecimento. Neste sentido, tem-se como orientação a sugestão de Regulamentação da Profissão do Historiador através do projeto de lei do senado nº 368/2009 cujo referendo tem sido feito pela Associação Nacional dos Profissionais de História (ANPUH) e que atualmente encontra-se em finalização de aprovação.

Desta feita, entende-se que a atividade profissional do historiador deve ser vista de forma ampla e indissociável na relação entre pesquisa, extensão, sustentada pela garantia de uma universidade pública, estatal e gratuita com uma formação crítica e dialética em termos socioculturais.

Assim, em *termos gerais*, busca-se que o profissional de história a ser formado possa:

1. Conhecer um conjunto significativo de conteúdos históricos em suas mais variadas vertentes (teóricas, metodológicas, historiográficas, conceituais e empíricas) para imprimir uma relação crítica aos objetos de análise histórica a proporcionar uma consciência crítica acerca da sociedade no qual está inserido.

2. Valorizar os princípios da ética democrática a fim de respeitar os mais variados sujeitos históricos, problematizando suas experiências e suas relações nas contingências espaciais e temporais.
3. Considerar a relação com as outras áreas de conhecimento interdisciplinares a história, buscando uma articulação entre o pensar, os objetos de análise e as práticas profissionais.
4. Auxiliar na construção de projetos em suas mais variadas instâncias da atuação histórica (oficinas, laboratórios, museus, prefeituras, escolas, arquivos, etc.) que promovam uma reflexão crítica e dialética da sociedade, dos homens e da relação sociocultural.
5. Dominar os recursos da tecnologia da informação para ampliação dos resultados de pesquisa e aumento dos raios de ação dos objetos de análise.

No que toca as *habilidades específicas*:

1. Conhecer as características e as metodologias das diversas fontes históricas (manuscritas, impressas, orais, iconográficas, digitais e cultura material) para adequações teórico-conceituais para compreensão do presente/passado histórico.
2. Recolher, guardar, classificar, preservar e tornar acessível às diversas fontes históricas, visando a preservação do patrimônio histórico e maiores possibilidades de (re)construções das visões do passado/presente.
3. Considerar a importância da constante atualização das bibliografias produzidas a respeito dos diversos processos históricos, possibilitando a renovação do conhecimento das fontes históricas.
4. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de memória, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
5. Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, avaliar, assessorar, prestar consultoria e emitir pareceres de conteúdos históricos.

No que se refere aos recursos de tecnologia da informação, o curso de história, em sua modalidade de bacharelado, entende que a aplicabilidade destes objetos dar-se-ão nas disciplinas práticas do curso (Estágio Supervisionado, Métodos da História, Seminário de Conclusão de Curso e Fontes Históricas), onde o discente poderá experimentar os usos tecnológicos na atuação do campo do historiador.

2. Concepção do Curso.

A concepção do curso de Bacharelado em História insere-se nas abordagens historiográficas contemporâneas: a história Social e a tendência francesa, a Escola dos Annales, contrapondo-se aos outros princípios metodológicos da Escola Tradicional ou positivista. Estas concepções historiográficas em muito contribuíram, a seu tempo, com as interpretações históricas para o país. A consciência da nação e da nacionalidade foram tidas a partir do incremento do IHGB e do positivismo nas escolas brasileiras. A crítica viria com o movimento modernista e sua tentativa de renovação cultural e acadêmica. Já o marxismo influenciou muito as concepções não apenas para um saber específico, mas toda uma academia e um tempo. As experiências de modernização e a consciência de crise econômica seriam entendidas e vivenciadas como elementos de superação ao subdesenvolvimento econômico brasileiro. Em muito o paradigma marxista contribuiu para a certificação de uma realidade brasileira necessitada de mudanças, e muito a historiografia brasileira se empenhou nesta representação social e expectativa do novo e da ruptura. A cultura historiográfica bebia desta fonte de conhecimento inquieto e persistente, com orientações otimistas de superação e divisão do poder oligárquico brasileiro. Nisto, os livros didáticos contribuíram para o ensinamento de uma nova postura do que seria a cidadania e a democracia, que são absolutamente questionados.

Entende-se, portanto, uma necessidade de atualização da história do Brasil que se desloca principalmente para o interesse do conhecimento histórico e da construção desse conhecimento com base em um passado remoto que faz parte de nossa memória histórica. A atualização na história enfatiza as formas e orientações do conhecimento ante a crise paradigmática nas linhas básicas que orientaram a historiografia tradicional. Essa mudança na cultura historiográfica consiste não apenas no afrontamento da sua tradição positivista e do relativismo teórico depois da derrocada dos modelos conceituais marxistas. Mas existe sim em uma necessidade de novas oportunidades para a pesquisa e investigação histórica e novas propostas metodológicas, onde a narrativa e a teoria ganham lugares privilegiados nas discussões acadêmicas. A nova consciência histórica surgiu a partir da proposta da revisão marxista proposta pela História Social e da Escola dos Annales, que tende a se dispor como uma matriz epistemológica mais palpável às necessidades dos novos objetos e novas fontes que se abrem ao conhecimento histórico. A necessária revisão não se explica apenas pelo

fato de o problema ser metodológico, mas das relações latentes entre teoria e narração, pois vivemos numa época das microrrelações intersubjetivas e do imperativo relativista, o que entendemos como elementos da pós-modernidade. A questão é compreender estes percalços e ressignificá-las, mantendo uma relação dialógica entre prática e teoria. Neste sentido, a *história cultural* tende a nos oferecer novas possibilidades e significações.

Esta opção tende a oferecer um conjunto de expectativas abrangentes e pressupostos de trabalhos, além de ser a Escola dos Annales na sua terceira fase de produção historiográfica entendida como *História Cultural* como preferencial nos departamentos de História das academias brasileiras, principalmente nas regiões sudeste e sul do país, onde as análises historiográficas têm oportunizado com mérito muitas discussões pertinentes até no exterior. Nossa preocupação está orientada pela necessidade atual em oportunizar as interpretações e ampliar o arcabouço teórico para a historiografia brasileira, acompanhando as mudanças necessárias ao melhor desempenho para o curso. Assim, a afirmação mais contundente seria dizer que buscamos criar um curso empenhado em discussões acadêmicas e, oportuno a propostas de elaboração reflexiva.

Uma das maiores revoluções foi sentida pela noção de documento histórico atualmente. A ampliação dos conceitos das fontes documentais e do documento histórico possibilitou uma ampliação nas capacidades intelectuais e investigativas do conhecimento histórico. Com isto, a possibilidade de pesquisa para o historiador ampliou-se e revalorizou-se no mercado, contribuindo para o reconhecimento da profissão e do interesse de muitos para a história mundial e de seu próprio país. A revolução documental dos Annales possibilitou novas incursões pela história desconhecida até então. Mas, o importante é sabermos que toda esta mudança nos obriga a responsabilidade com o ensino e com as possibilidades de interpretação destas fontes. Fornecer as bases sólidas dos argumentos teórico-metodológicos é, de fato, algo que deve preocupar a estrutura curricular dos cursos de história.

A expectativa por novas oportunidades para os historiadores, aberta pela revolução documental trouxe, também, o surgimento de algumas linhas específicas de trabalho e pesquisa. Dentre estes, a memória tem se revelado como uma linha específica de trabalho historiográfico, assim como a descoberta da história de gênero, revelando as mulheres na sociedade, o meio ambiente como espaço de identidade e reciprocidade cultural, as representações e os imaginários como análises macro e estruturais, que compreendem as

permanências e as tradições. Tudo isto é fascinante ao trabalho do historiador, e está contemplado em nosso Projeto de curso.

Podemos afirmar que o presente Projeto Pedagógico para o curso de Bacharelado em História da UFAL vem ao encontro de tais necessidades e propostas de mudanças historiográficas presentes na concepção do conhecimento historiográfico como saber socialmente construído e informado por seu meio social (DE CERTEAU, 1998); na recepção teórico-metodológica referenciada pelas atuais produções do conhecimento historiográfico e pelas necessidades de estudos regionais e pelas demandas do mercado em profissionais competentes e capazes para o bacharel em História. Demandas estas que orientaram a construção das linhas mestras deste projeto, tendo o cuidado em não cair na tentação das oportunidades e expectativas das incoerências dos modismos acadêmicos.

Neste sentido, o nosso compromisso com a estrutura curricular do curso de Bacharelado em História tem por preocupação a formação não apenas de profissionais considerados qualificados para sua área específica, mas que serão orientados às atividades de investigação científica, concentradas nas Práticas Profissionais contempladas no curso e orientadas pelas disciplinas afins e em horários oportunos para os alunos dentro das linhas de orientação para os trabalhos acadêmicos definidas pelos grupos de estudos, CPDHis e outras atividades extensionistas como suporte às atividades “extraclasse”, validadas pela carga horária requerida pelo MEC. Além disso o Curso apresenta uma proposta extensionista inserida na Grade curricular que fornece amparo as atividades requeridas pelo MEC. Portanto, estas atividades são almeçadas no curso por serem captadas e orientadas com o intuito de desenvolver as atividades de prática profissional como reflexão histórica. Abrimos, assim, oportunidades para a competência profissional dos graduandos, inserindo-os nas atividades de monografia, pesquisa e outros projetos.

2.1. Objetivos.

2.1.1. Objetivo Geral:

O curso de Bacharelado em História da UFAL habilitará profissionais capazes de atuar como agentes de resguardo à memória histórica e de transformação da realidade social, no sentido de participarem ativamente do processo de construção do conhecimento, bem como do entendimento da dinâmica histórica de seu próprio país. Para tanto, o bacharelado em História preparará profissionais pela competência teórica e analítica, sentido crítico e

compreensão dialética do processo histórico, tendo como eixo da prática arquivística de profissionais capazes do seu exercício, e com o compromisso e responsabilidade com as mudanças sociais e o exercício da democracia.

Neste sentido, visando o aprimoramento do conhecimento e das atividades do conhecimento histórico, nosso objetivo é o acolhimento no trato interdisciplinar e multidisciplinar, promovendo o enriquecimento dos currículos dos graduandos e das oportunidades de continuação de seu conhecimento. Junte-se a isto nossa preocupação em formar um bacharel que tenha empenho em pesquisas e projetos investigativos em suas áreas de interesse.

Reconhecemos, pois, que um dos objetivos principais está o de preparar o graduando para as habilidades em sua profissão e, como tal, competência como sujeito atuante e transformador em seu meio social no resguardo da memória histórica e seu conhecimento.

2.1.2. **Objetivos específicos:**

Segundo a proposta deste Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em História pela UFAL, os *objetivos específicos* do curso em relação às inserções institucional, política, geográfica e social podem ser assim definidos, tais como:

a) Institucional:

- * Contribuir de forma direta para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão da universidade como um todo;
- * Contribuir na aproximação do corpo discente com as instâncias que compõem a UFAL e ajudar no resgate da história da IES e do Estado de Alagoas;
- * Favorecer a interdisciplinaridade, tanto no interior do ICHCA – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes – ao qual o curso pertence, como num âmbito inter-unidades. Reconhecendo a História como um campo extremamente vasto de saber e reflexão crítica, que pode abranger praticamente todas as demais áreas do conhecimento, exercitar estas abordagens inter e transdisciplinares;

b) Política:

- * Através das atividades de organização, tratamento, restauração e análise crítica de corpus documentais, promover o sentido de ação política da atuação do historiador.

* Através das instâncias de pesquisa, promover o sentido de ação política da atuação do historiador;

c) Geográfica:

* Resgatar o estudo e a pesquisa da história regional, promovendo a ampliação e desenvolvimento do debate acerca das particularidades específicas do Nordeste brasileiro e do Estado Alagoano.

d) Social:

* Promover uma reflexão crítica que suscite a identificação e desenvolvimento da questão da cidadania;

* Promover uma reflexão crítica que suscite a identificação dos conflitos e movimentos sociais brasileiros;

* Contribuir, através do estudo sistemático das condições históricas de formação da sociedade brasileira, nordestina e alagoana, no sentido da redução das desigualdades sociais e dos preconceitos étnicos, religiosos e de gênero.

* Desenvolver e ampliar as capacidades dos grupos de pesquisa do curso, dos centros de documentação como o CPDHis atuantes no curso, através de pesquisas, trabalhos de TCC e outros.

2.2. Integração: ensino, pesquisa e extensão.

A proposta de integração dos elementos acima é apresentada pelo Curso de Bacharelado em História, primeiramente, a partir das disciplinas da grade curricular com o item relativo a ‘ensino’. Assim, a pesquisa e a extensão são apresentadas a seguir, obedecendo ao PDI 2013-2017 da instituição. Com a formação de laboratórios de pesquisa e extensão (Laboratório de Cinema e História – LACHis, Laboratório de Leitura e Outras Histórias, CPDHis - Centro de Pesquisa e Documentação Histórica e a Revista Crítica Histórica), cujas atividades se desenvolvem no âmbito do curso; e a consolidação nos últimos anos dos grupos de pesquisa certificados pela UFAL (Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagem – NESEM, Documentos, Imagens e Narrativas, História Social e Política, História Social do Crime, Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medieval – VIVARIUM – UFAL, Laboratório Interdisciplinar de Estudos das Religiões – LIER, e Laboratório de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros – LAHAFRO), articulam-se projetos e

programas institucionais de fomento e incentivo à pesquisa e extensão. Atuam também diretamente no curso os programas de cotas de acesso às vagas no ensino superior para populações de baixa renda, de origem afro-brasileira e ou indígena, assim como programas de permanência ao discente – como as bolsas de permanência de caráter social e o Programa ODÈ AYÉ para os cotistas.

Ainda disso, os Grupos de Pesquisa do curso de História Bacharelado elencados a seguir contribuem de forma exemplar na discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais empenhando cada qual, em sua área específica, nas discussões temáticas de Direitos Humanos, educação ambiental, gênero, questões étnicas raciais. A exemplo o Grupo de História Social do Crime que debate as questões de violência de gênero e ainda, recentemente, um projeto aprovado com o estudo sobre violência policial e milícias de extermínio onde discutiu-se a atuação da polícia do estado de Alagoas dentro do Estado Democrático de Direito.

2.2.1 – Laboratórios de Pesquisa

2.2.1.1. Laboratório de Cinema e História – LACHis

A relação entre História e Cinema não se resume a filmes históricos. Vai muito além. História e Cinema são duas narrativas, dois fenômenos históricos que falam do presente, do passado ou do futuro. Estabelecem relações, arriscam ordenações lógicas o, por mais paradoxo que possa parecer, caóticas também. História e Cinema podem falar de um mesmo assunto, de um mesmo tema. Partindo destes pressupostos, o LACHis pretende fornecer ao curso de História, suporte para responder às questões, prementes ao ofício do historiador, de quais são as diferenças e semelhanças entre essas duas narrativas. Questionando de que forma elas dialogam e colaboram para a construção de identidades e subjetividades de um tempo.

Contando com uma sala que comporta vinte pessoas, um data-show e um telão, o LACHis estará disponível para as disciplinas do curso de História para a projeção de filmes, promovendo dessa forma reflexões sobre a História.

2.2.1.2. Laboratório de Leitura e Outras Histórias

O Laboratório de Leitura nasceu da antiga Biblioteca Setorial da História, criado em 2008 a partir do acervo localizado do CPDHis. Hoje conta com um espaço próprio, com computadores para acesso dos consulentes e acesso à internet. O ambiente possui mesas e cadeiras para consulta e pesquisas dos estudantes, professores e demais interessados. Gerenciado pela coordenação dos cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) e o CPDHis, o laboratório tem sido não só um espaço de estudo dos discentes e docentes da graduação, como suas obras de tornaram uma referência a mais para o aprofundamento do processo de pesquisa bibliográfica. Localizado no próprio espaço do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, é um lugar de fácil acesso para os alunos, o que facilita a integração do acervo com atividades de sala de aula, servindo de forma bastante efetiva para todas as disciplinas obrigatórias e eletivas do curso.

2.2.1.3. CPDHis - Centro de Pesquisa e Documentação Histórica

É um centro científico de pesquisa e documentação histórica vinculado aos Cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA). Como espaço de pesquisa e acervo documental atende aos corpos docentes e discentes dos cursos de História e demais pesquisadores e professores internos e externos ao ICHCA e UFAL. Seus objetivos gerais são:

- Fomentar as atividades de pesquisa dos cursos de História da UFAL, facilitando o levantamento de fontes e dados para a realização de projetos de Trabalhos de Conclusão de Curso, Pós-graduação e pesquisas historiográficas sobre a História de Alagoas e Geral;
- Valorizar e divulgar a produção historiográfica dos cursos de História da UFAL;
- Propor cursos de extensão, minicursos, oficinas e palestras que trabalhem com temas relacionados ao problema das fontes e seus diferentes usos para o ensino e a pesquisa de História.

O *Acervo Digital*, por seu caráter de facilitador ao acesso e divulgação via mídias de informação, agrega diversos materiais; por exemplo, obras completas de livre acesso (e-books), artigos científicos e monografias, enciclopédias, dicionários, etc.; disponibilizam-se catálogos de imagens, fotografias, manuscritos digitalizados, entrevistas e transcrições. A

tais fontes, veiculadas na *Internet*, Universidades e Centros de Pesquisa se permite o acesso para consulta no local e possível cópia aos interessados. Ressalta-se que a *produção dos alunos e professores do curso é, necessariamente, incorporada ao acervo digital*, como também os resultados dos eventos e atividades que geram produção no curso. Tais obras auxiliam os pesquisadores locais e professores (das redes públicas e privadas) tanto no acompanhamento das produções de outros centros de conhecimento quanto no compartilhamento com outros pesquisadores e professores os resultados de suas pesquisas.

O CPDHis, hoje tem trabalhado na construção do conteúdo das informações que comporão a sua *página* institucional no ICHCA, visando uma ampliação da divulgação do acervo, o maior acesso às obras digitalizadas e o conhecimento da comunidade acadêmica das atividades realizadas nos cursos de História da Ufal. No entanto, sua atividade principal se dirige à formação dos historiadores, sejam bacharéis ou licenciados e vinculado diretamente às disciplinas do eixo Teórico-Metodológico do curso.

Sobre a estrutura física, além da sala e de um computador conectados à rede, conta com mobiliário coletivo (mesas, cadeiras e birôs) para pesquisa, uma mesa de higienização e um *scanner* planetário.

Suas *linhas de pesquisa* são:

- **História, memória e patrimônio documental:** tem por objetivo produzir reflexões sobre a relação entre a História, a memória e o patrimônio documental no Brasil, em que se percebam as elaborações sociais sobre o lembrar, o esquecer ou silenciar, em que as disputas pela memória social são colocadas em diferentes períodos da História.
- **Fontes históricas e produção do conhecimento:** objetiva estudar, refletir a relação entre as diferentes tipologias das fontes históricas e a produção do conhecimento historiográfico, problematizando as questões epistemológicas neste processo.

Suas *linhas de extensão* estão em consonância com o Programa de Extensão dos cursos de História (Bacharelado e Licenciatura): *Formação de professores; Metodologias e estratégias de ensino/aprendizado; Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial; Direitos Individuais e Coletivos; Grupos sociais vulneráveis.*

2.2.2. Revista Crítica Histórica

Os Cursos de História possuem uma revista eletrônica: *Revista Crítica Histórica*. Criada em 2010, tem como autor cooperativo o *Centro de Pesquisa e Documentação Histórica* (CPDHis) e traz em sua estrutura os enquadramentos exigidos pela plataforma *Qualis*. De circulação *semestral*, é publicada sempre no início de cada semestre, atualmente a ser lançado o décimo primeiro número. Com um *Conselho Editorial* diversificado geográfica e institucionalmente, também conta com docentes ligados a diversos grupos de pesquisa espalhados pelo Brasil e pelo mundo.

Em termos estruturais a Revista possui um dossiê, uma sessão de artigos, resenhas e análise documental. Em seu primeiro número (2010.1), publicou um dossiê com a temática *Ensino e História de Alagoas*; já na segunda edição debateu as questões em torno dos *Movimentos Sociais* (2010.2). O número a ser lançado, no final do presente semestre (2019.1), relaciona-se a *História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Para averiguação dos dados, a URL do periódico é: <http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/index>. Por fim, deve ser ressaltado que a revista está indexada em um diretório internacional, o DOAJ (*Directory of Open Access Journals*) desde 2010, além do *Diadorim*, *Sumários* e outros o que possibilita melhor circularidade e amplitude dos raios de ação da pesquisa científica dos artigos, resenhas e demais conteúdo do periódico. Também recebeu, nos anos 2018 e 2019, apoio financeiro, via edital de fomento da Fapeal; contribuição importante para a compra de *DOIs*, tradução de artigos para a língua inglesa, renovação do *site* e da identidade visual da Revista, o que contribuirá para aumentar a sua qualificação.

2.2.3 – Grupos de Pesquisa:

1. NESEM - Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagens - Séculos XVI – XIX: Criado em setembro de 2014, integra a Rede de Grupos de Pesquisa Escravidão e Mestiçagens (RGPEM), com sede no Departamento de História da UFMG. Esse grupo de pesquisa nasceu das necessidades de pesquisas sobre temas a eles vinculados no atual território de Alagoas. Buscamos fomentar estudos que possibilitem o entendimento de dinâmicas das relações sociais e culturais existentes na época da escravidão, desde o período em que Alagoas fez parte da Capitania de Pernambuco, durante sua elevação a Comarca e

na sua emancipação política. Professores associados: Prof. Dr. Gian Carlo de Melo e Silva e Prof^a Dr^a Flávia Maria de Carvalho.

2. Documentos, Imagens e Narrativas: O grupo abarca atualmente duas linhas de pesquisa:

1. *Historicidade, Narrativas e Metodologias* que tem como proposta desenvolver ensaios analíticos, interpretativos e críticos dos diversos estilos historiográficos; 2. *Memória Social, Representação e Informação* que tem como objetivo mapear e identificar tipos de representação da memória social vinculados à cultura material e imaterial de Alagoas. Estabelecer interfaces entre a informação, a representação e a memória pessoal e coletiva. O Grupo tem contribuído de forma interdisciplinar com uma experiência epistemológica de pesquisa e ensino no âmbito dos cursos de História, Biblioteconomia, Ciências Sociais e Arquitetura. Atua na promoção de intercâmbios científicos e culturais; na participação e produção de eventos científicos e culturais; na fomentação da Memória Social e suas formas de preservação. Dentre suas projeções vislumbra-se a divulgação do conhecimento na área de Ciências Humanas em suas múltiplas formas midiáticas; Assessoria às Associações Sociais; Educação Popular e de Nível Médio e Superior. Professores Vinculados: Profa. Dra. Arrisete Cleide de Lemos Costa e Profa. Dra. Maria de Lourdes Lima.

3. Grupo de Estudos América Colonial: o grupo de pesquisa tem seus estudos voltados para investigação sobre as estruturas políticas, econômicas e culturais da América portuguesa. Preocupados com a compreensão da formação da elite, da constituição das redes clientelares, da instituição do *corpus* administrativo, das ações culturais e do desenvolvimento da político-econômica para os espaços coloniais; busca-se também trabalhar com a documentação, sobretudo em seu caráter de transcrição, visando à democratização de fontes em formatos digitais para futuros pesquisadores. Em termos geográficos, privilegia o estudo do território alagoano enquanto localidade subordinada à Capitania de Pernambuco. Suas linhas de pesquisa são: 1. Administração, poder e redes clientelares; 2. Documentação e transcrição de documentos; 3. Escravidão, relações de poder e diáspora africana. Professores vinculados: Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano e Prof^a Dr^a Flávia Maria de Carvalho.

4. História Social e Política: o grupo de pesquisa tem seus estudos voltados para as investigações no campo do poder, das relações de trabalho, das ações políticas, dos conflitos

sociais, da política externa brasileira, da história da esquerda (política e cultural), da história social do trabalho e das ações da esquerda católica no seu imaginário anticomunista. Não somente se restringindo a este espaço, o grupo debruça-se em grande parte na documentação acolhida pelo Arquivo Público do Estado de Alagoas (APA). Suas linhas de pesquisa são: 1. História da política externa brasileira; História das esquerdas: política e cultura; 3. História política da Alagoas Republicana; 4. História Social do Trabalho. Professores vinculados: Profª Drª Ana Paula Palamartchuk, Prof. Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira, Profª Drª Michelle Reis de Macedo e Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel.

5. História Social do Crime: o Grupo de Pesquisa tem seus estudos voltados para o entendimento das práticas de desordens cotidianas e criminais, tanto em seus aspectos rurais como citadinos; dos elementos componentes do comportamento do criminoso; o banditismo social; a história das prisões; a justiça e os crimes coloniais; gênero e criminalidade; a relação entre criminalidade e punição, entendidas em seu plano econômico, social, jurídico e simbólico; e a contextualização histórica das formas ritualística das ações criminais. O grupo possui relações de pesquisa com a Universidade Sapiientia e Palermo (Itália), bem como com outras instituições portuguesas. Suas linhas de pesquisa são: 1. Banditismo, máfia e crime organizado; 2. História das Prisões; 3. História Social da Polícia; 4. Homicídio e Controle Social; 5. Justiça e crimes coloniais; 6. Teorias do crime e criminologia; 7. Violência coletiva: conflitos rurais; 8. Vitimização e gênero. Professora vinculada: Profª Drª Célia Nonata da Silva.

6. VIVARIUM – UFAL – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo: o laboratório tem seus estudos voltados para questões culturais, políticas e sociais da antiguidade e do medievo. Busca-se principalmente trabalhar com as formas de produção, transmissão e recepção do material escrito e visual fruto destes períodos, no que tange aos seus aspectos hermenêuticos, formais, estruturais e de funcionamento e apropriação. Os estudos do laboratório recaem, assim sobre a busca por reflexões sobre representações e modos de representar a vida elaborada pelos homens e mulheres do passado. Linhas de pesquisa: 1 – A antiguidade clássica e sua historiografia. 2 – A recepção de textos escritos na Idade Média: textos escritos e cultura visual. 3 – Cultura escrita na Idade Média: produção, circulação e recepção dos códices. Professora vinculada: Profª Drª Raquel de Fátima Parmegiani.

7. Centro de Hermenêutica do Presente: o grupo de Pesquisa tem seus estudos voltados para a desnaturalização e a desuniversalização de conceitos e *práxis* sociais do mundo ocidental. Teórica e Metodologicamente fundamentado na História Oral, investiga temáticas como comunidades sociais, imigrações, narradores, sobreviventes sociais e econômicos, historicidades indígenas, sociocosmologias e filosofia da educação. Suas linhas de pesquisa são: 1. Ficção: Do Conto e do Romance, do Poema ao Teatro. 2. Narradores do Presente: Devires e Redes das Vidas Menores. 3. Narradores Negros. 4. Hermenêutica do Presente VI - Máquina Tribal III. Professor Associado: Prof. Dr. Alberto Frederico Lins Caldas Filho.

8. LAHAFRO - Laboratório de História Afro-brasileira: Seu objetivo principal é desenvolver pesquisas e estudos na área de História da África e História étnicorracial, cultural e social no Brasil e na diáspora africana. Dá-se ênfase às relações de poder, desenvolvimento e transformações histórico-culturais que impactaram na experiência dos povos negros no Brasil. Suas linhas de pesquisa são: 1. Cultura negra e relações de poder. 2. Religiões africanas, afrobrasileiras e movimentos sociais. O laboratório também procura atuar em extensão, através da participação em cursos de formação de professores e divulgação das artes e memórias afro-brasileiras. Professores Associados: Prof^a Dr^a Irinéia Maria Franco dos Santos, Prof^a Ms. Clara Suassuna Fernandes, Prof. Esp. José Roberto Santos Lima e Prof^a Dr^a Flavia Maria Carvalho.

9. LIER - Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões: O objetivo do laboratório é desenvolver pesquisas sobre as religiões em diferentes temporalidades e espaços, numa perspectiva interdisciplinar. Sua atuação dá-se também na realização de atividades de extensão (eventos, cursos de aperfeiçoamento) estabelecendo redes com outros grupos em nível nacional e internacional. Além da divulgação em mídias eletrônicas da produção de membros e parceiros. Suas linhas de pesquisa são: 1. Religiões populares e movimentos sociais. O objetivo desta linha é o estudo das religiões populares nas relações com os movimentos sociais de cunho reivindicativo, transformativo ou de manutenção da sociedade, em diferentes temporalidades. Também de seus elementos constitutivos, sincretismos, festas populares, agentes religiosos etc. Nesse sentido, as religiões ou religiosidades são percebidas como criadoras de princípios e valores fundamentais que alimentam as lutas sociais 2. Religiões, cultura e identidade. Objetiva analisar o papel das

religiões na construção do comportamento social, nos valores culturais e seus aspectos identitários. Procura mapear e desenvolver estudos que analisem as representações sociais dos mitos, símbolos, rituais e sua relação com a identidade religiosa dos adeptos e o espaço público. 3. Religiões, Estado e Relações de Poder. O objetivo é o estudo das relações entre as diferentes religiões e o Estado Brasileiro, em que se configurem as lutas pelos espaços sociais de poder em diferentes temporalidades e espaços geográficos. O caráter institucional tem destaque, por exemplo, nas relações entre as diferentes práticas religiosas e o Estado. Professores Associados: Prof^a Dr^a Irinéia Maria Franco dos Santos, Prof^a Dr^a Raquel de Fátima Parmegiani.

10. História e construção literária na prosa brasileira: O grupo de pesquisa, criado em 2006, está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGLL) e ao curso de História da UFAL, onde atua a líder do grupo. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, as pesquisas no grupo visam à análise de diversos elementos presentes na narrativa literária brasileira, examinados em correlação ao seu quadro histórico de referência. Suas atividades dividem-se entre os projetos de pesquisa “Leituras gracilianas”, “O grotesco e o monstruoso na construção literária” e “A prosa de ficção brasileira: espaços de experiência e horizontes de expectativa”. Professores Associados: Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Aymoré Martins e a Prof^a. Dr^a. Ana Paula Palamartchuk.

2.2.4. Laboratórios de Informática – TIC

O local onde o Curso de Bacharelado em História está inserido, possui dois laboratórios de informática, um de uso compartilhado com o ICHCA com 25 computadores, e outro menor com 15 computadores para uso exclusivo dos alunos do curso de História. Ambos estão conectados à internet, onde os alunos podem ter acesso a consulta de artigos, vídeos de conhecimento específico e construção de trabalhos para as disciplinas do curso de História. O uso de ferramentas de da internet tem sido cada vez maior para as ciências humanas, levando a universidade para um novo patamar de interação e facilitando a acessibilidade a informação e dimensão científica. Para essa consolidação a UFAL está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula verdadeiramente eletrônicas. O uso

das TICs, por parte dos estudantes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica. Assim, a UFAL possui o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – visando promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação conforme previstas na Política de Acessibilidade. Desta forma, os docentes são incentivados a buscar junto a esses núcleos orientações sobre o uso devido dessas tecnologias. Deste modo, os discentes do curso de História Bacharelado utilizam tanto um Laboratório de informática do ICHCA de modo compartilhado com outros alunos dos outros cursos, bem como um menor de uso exclusivo do curso.

3. Organização Curricular.

3.1. Matriz e proposta.

A Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em História², através do ordenamento dos conteúdos busca, sobretudo, introduzir os princípios gerais presentes nas novas diretrizes curriculares: uma maior flexibilidade curricular; a ênfase na interdisciplinaridade; o exercício de integração entre teoria e prática; o predomínio da formação, de forma mais crítica e abrangente, sobre a informação e a mera reprodução dos saberes. Por outro lado, é importante salientar que a opção por essas novas diretrizes deve ser realizada de forma a não se perder de vista as especificidades do curso e do campo de atuação do profissional de História.

O Projeto Pedagógico do Curso História Bacharelado da UFAL preocupa-se com as atuais vigências historiográficas contemporâneas e as mudanças na historiografia brasileira. Consideramos que a organização de toda esta urdidura teórico-metodológica foi contemplada não organização curricular. As disciplinas chamadas de ‘conhecimento histórico das sociedades ocidentais’ foram denominadas de História Moderna e História Contemporânea, segundo a concepção do historiador em trabalhar as mudanças da modernidade surgidas no século XIX até a atualidade. A ‘história do Brasil’ foi contemplada de maneira a lidar com as necessidades e trabalhos da historiografia brasileira: a história do

²A presente proposta de matriz curricular e distribuição do conteúdo do curso estão em consonância com a Resolução do CNE/ de 09 de junho de 2015, que rege sobre o funcionamento da formação pedagógica para graduados não licenciados.

Brasil I – a América Portuguesa- oportuniza esta possibilidade, e as outras disciplinas da História do Brasil foram organizadas na temporalidade permitida pela matriz curricular do curso, onde História do Brasil República I e II contemplam a história mais presente de nosso país. Dentro desta possibilidade a República II termina justamente no governo mais recente que podemos permitir ao historiador realizar suas pesquisas históricas.

As disciplinas obrigatórias e eletivas foram dispostas segundo as necessidades do curso, das mudanças historiográficas e das necessidades urgentes em implementar políticas de ações afirmativas dentro do currículo acadêmico. Disciplinas como História da África, História da Cultura Afro-brasileira e História Indígena são contempladas segundo estas diretrizes, oferecendo a capacitação e as habilidades necessárias ao profissional que iremos formar.

Ainda, de acordo com o Art. 3º do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, o curso de História Bacharelado oferece a disciplina de LIBRAS como uma disciplina eletiva (optativa), sendo ofertada desta forma.

Também, não haverá na funcionalidade do curso de História exigência de pré-requisitos para que o acadêmico possa caminhar livremente no curso e construir com autonomia seu processo de formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional. Partindo desse princípio, entendemos que o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros (FREIRE, 1996, p.66).

Por esse lado, o currículo do curso de História é flexível, deixando claro o que importa não é uma visão evolutiva, como na perspectiva positivista, tão pouco uma hierarquização de disciplinas dispostas por uma seriação concatenada a certa cronologia que desagrega e isola-se das demais, mas antes criar uma matriz curricular em consonância com domínios dos conteúdos historiográficos – a partir da otimização do clima social operador de uma determinada realidade histórica e das diferentes concepções inerentes as práticas teórico-metodológicas. Isso permitirá também a flexibilização da matriz curricular, abrindo espaço para a oferta de disciplinas que contemplem as linhas de pesquisa dos professores orientadores no sentido de promover a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade dos conteúdos, e a ampliação das áreas de atuação profissional dos estudantes de História da UFAL com ênfase na escolha autônoma do estudante, na construção de trajetórias de aprendizagens significativas.

Notadamente, a matriz curricular do Curso de História Bacharelado – da Universidade Federal de Alagoas, através do ordenamento dos conteúdos busca, sobretudo, introduzir os princípios gerais presentes nas novas diretrizes curriculares para formação de profissionais bacharéis: uma maior flexibilidade curricular; a ênfase na interdisciplinaridade; o exercício de integração entre teoria e prática; o predomínio da formação, de forma crítica e abrangente, sobre a informação e a mera reprodução dos saberes; o aprofundamento da formação pedagógica.

Por outro viés, nota-se a opção por essas novas diretrizes deve ser realizada de forma a não se perder de vista as especificidades do curso e do campo de atuação do historiador. Tais princípios podem ser alcançados, na prática dos seguintes procedimentos:

- 1) A flexibilidade curricular é evidente na adequação do número de disciplinas consideradas do eixo fundamental, aumentando o leque de possibilidades de opção combinação de disciplinas eletivas, sobretudo a partir do 2º semestre do curso. Tal procedimento permite que o graduando possa complementar sua formação e obter o perfil profissional mais adequado às suas expectativas.
- 2) A ênfase na interdisciplinaridade interliga-se, nesta proposta, às preocupações comuns a formação mais abrangente e flexível, e pode ser encontrada tanto no rol de disciplinas eletivas como em várias disciplinas do eixo fundamental voltada para o conhecimento em diversas áreas das ciências humanas e sociais – Sociologia, Economia, Filosofia, Geografia, Antropologia, Arqueologia, Literatura, Artes –, nas suas relações como conhecimento histórico.
- 3) Para a necessária articulação entre teoria e prática, nosso currículo estabelece, em primeiro lugar, a conformidade às exigências para as Instituições Federais de Ensino Superior para a formação de pesquisadores, incluindo um rol significativo de disciplinas voltadas às questões pedagógicas e o Estágio Supervisionado como locus privilegiado de pesquisa. Além disso, todas as disciplinas (tanto as do eixo fundamental quanto as eletivas) são compostas por parte teórica e prática, tal como discriminado adiante neste documento.

Assim, as *disciplinas obrigatórias* estão distribuídas nas áreas de Teorias, Métodos da História, Ferramentas da História, História Geral, História do Brasil e Regional que somam 2196 h e distribuídas de maneira cronológica e didaticamente visando à progressão do

conhecimento teórico e metodológico. As *disciplinas eletivas* têm por intenção prezar pela diversificação temática e o aprofundamento de conteúdos específicos, contribuindo para que o aluno possa se especializar em um determinado corte temporal e/ou geográfico, bem como possibilita ao docente discutir seus objetos mais característicos de pesquisa. Desta forma, as disciplinas eletivas somam um total mínimo de 360h. As disciplinas auxiliares ao conhecimento histórico, também entendida como *instrumentais*, visam permitir a interdisciplinaridade do futuro historiador com outras áreas do conhecimento. Por fim, neste novo projeto do curso de história/bacharelado serão incluídos as disciplinas de Fontes históricas que somam a carga horária de 252h, distribuídos ao longo dos semestres. Esses créditos são entendidos como elementos integradores das disciplinas vigentes de cada um dos semestres, visando uma articulação entre teoria e prática de maneira mais empírica. Regulamentada a partir do Parecer CNE/CP 09/2001 (pp. 53-54), no qual os cursos de licenciatura e bacharelado são componentes do conteúdo da prática pedagógica, as disciplinas de fontes históricas neste PPC do Bacharelado serão vistos como atividades desenvolvidas pelos discentes a partir de atividades de pesquisa sobre os principais materiais de usufruto do historiador, as fontes históricas nas suas mais variadas representações (manuscritas, orais, visuais, digitais, iconográficas, fotográficas, quantitativas e materiais). Articuladas com as disciplinas do eixo obrigatório, estas disciplinas tendem aproximar os historiadores da principal lacuna para compreensão e escrita da História de Alagoas: os registros históricos. Assim, a mesma terá uma missão memorial, patrimonial e histórica fundamental para a construção do passado e presente local, já que se pretende no armazenamento de seus resultados através de catálogos, inventários, documentários, listas e todos os tipos da catalogação possíveis deste *corpus* documental.

Nesse novo quadro mais dinâmico do Curso, as atividades ligadas à extensão também ganham relevo, considerando-se a necessidade de uma formação voltada para as questões mais agudas da sociedade contemporânea, e que dizem respeito diretamente ao profissional de História, como a defesa da cidadania, da redução das desigualdades sociais e da extinção dos preconceitos de classe, gênero e etnia. O objetivo principal, aqui, é o de viabilizar uma relação transformadora entre Universidade e sociedade, através do incentivo a cursos e outras atividades de extensão vinculadas à História, delineadas, a princípio, em torno de duas linhas de ação: a) ações de caráter social e de resgate da cidadania, visando à comunidade do entorno da Ufal, no bairro do Tabuleiro do Martins; b) ações voltadas à redução das desigualdades e preconceitos contra afrodescendentes, levadas à frente, sobretudo, pela

histórica atividade de um dos núcleos de estudos vinculado ao curso, NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros).

Por isso, tais discussões podem ser percebidas nas atividades *acadêmico-didáticos culturais* que perfazem 200h da carga horária do curso (atividades de prática profissional), onde o discente poderá desenvolver atividades voluntárias com organizações privadas, públicas e não-governamentais; monitoria; participação com bolsa ou de forma voluntária em projetos de iniciação científica; estágios curriculares não-obrigatórios; participação em projetos de extensão; viagens de estudo; palestras; seminários ou fóruns; módulos temáticos; ou disciplinas oferecidas por outras instituições e/ou unidades acadêmicas não contempladas no currículo do curso.

Vale ressaltar que as atividades extraclasse são orientadas por cada professor em seu gabinete ou em seu espaço de Grupos de Pesquisa onde também atuam com projetos de pesquisa e orientação aos alunos. Também, as atividades extracurriculares não são de caráter obrigatório do curso, ficando o docente com determinada autonomia para exercer tais atividades como Visitas Técnicas orientadas e mediante Roteiro de Trabalho combinado com as turmas em questão, caso seja necessário. Estas atividades não são enquadradas como atividades complementares, eventos ou extensão. A dimensão extraclasse insere-se na autonomia de cada professor em sua disciplina.

3.1.1 Matríz curricular

CURSO	HISTÓRIA
HABILITAÇÃO	*****
TURNOS	VESPERTINO E NOTURNO
ANO DE APROVAÇÃO DO PROJETO	2018
ANO DE EXECUÇÃO DO PROJETO	2018
MODALIDADE	BACHARELADO

Tabela Carga Horária de História (Base 18)***1º Semestre***

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórico a	Prática	Total
Paleografia	4	40	32	72
História Antiga	4	40	32	72
Teoria Sociológica	4	40	32	72
Introdução aos Estudos Históricos	4	40	32	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				288

2º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórico a	Prática	Total
ACE 1 - Eventos	4	32	40	72
Teoria da História	4	40	32	72
Antropologia Cultural	4	40	32	72
História Medieval	4	40	32	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				288

3º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórico a	Prática	Total
Historiografia Indígena	4	40	32	72
História do Brasil 1	4	40	32	72
História da América 1	4	40	32	72
História da África I	4	40	32	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				288

4º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórico a	Prática	Total
Eletiva	4	40	32	72
História Moderna	4	40	32	72
História do Brasil 2	4	40	32	72
História da América 2	4	40	32	72
Historiografia Geral	4	40	32	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				360

5º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórico a	Prática	Total
ACE 2 - Projeto 1, parte 1	3	24	30	64
História Contemporânea 1	4	40	32	72
História do Brasil 3	4	40	32	72
Historiografia Brasileira	4	40	32	72
Eletiva	4	40	32	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				352

6º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórico a	Prática	Total
História Contemporânea 2	4	40	32	72
História do Brasil 4	4	40	32	72
Métodos da História	4	40	32	72
África 2	4	40	32	72
ACE 3 - Projeto 1, parte 2	3	24	30	54
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				342

7º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórico a	Prática	Total
ACE 4 - Projeto 2, parte 1	4	24	40	64
História da arte	4	40	32	72
Estágio Supervisionado 1			100	100
História de Alagoas 1	4	40	32	72
Eletiva	4	32	40	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				380

8º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórico a	Prática	Total
Seminário de Trabalho Acadêmico	4	40	32	72
História de Alagoas 2	4	40	32	72
Estágio Supervisionado 2			100	100
Eletiva	4	40	32	72
ACE 5 - Projeto 2, parte 2	4	32	40	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				390

Carga Horária Total: em horas e hora/aula

Componentes Curriculares	Hora aula 60 min
Extensão	326
Fixa	2196
Eletivas	288
Estágio Supervisionado	200
Atividades Complementares	200
TCC	50
Total	2934

a) Disciplinas do Eixo Fundamental

EIXO FUNDAMENTAL	DISCIPLINAS
Teorias, Métodos da História e Ferramentas da História	Introdução aos Estudos Históricos Historiografia Geral Historiografia Brasileira Teoria da História Métodos da História Seminário de Trabalho Acadêmico
Formação do Bacharel	Estágio Supervisionado 1 Estágio Supervisionado 2 Paleografia
História Geral	História Antiga História Medieval História Moderna História Contemporânea 1 História Contemporânea 2 História da América 1 História da América 2 História Indígena História da África 1 História da África 2
História do Brasil e Regional	História do Brasil 1 História do Brasil 2 História do Brasil 3 História do Brasil 4 História de Alagoas 1 História de Alagoas 2
Disciplinas Instrumentais	Antropologia Cultural Teoria Sociológica

b) Disciplinas do Eixo Eletivo:

História do Nordeste

História Econômica

Tópicos Especiais em História da Arte

Tópicos Especiais em Cultura Afro-Brasileira

Tópicos Especiais em História Antiga

Tópicos Especiais em História Contemporânea I

Tópicos Especiais em História Contemporânea II

Tópicos Especiais em História Contemporânea III

Tópicos Especiais em História Contemporânea IV

Tópicos Especiais em História Cultural

Tópicos Especiais em História da África I

Tópicos Especiais em História de Alagoas I

Tópicos Especiais em História de Alagoas II

Tópicos Especiais em História do Brasil I

Tópicos Especiais em História do Brasil II

Tópicos Especiais em História do Brasil III

Tópicos Especiais em História do Brasil IV

Tópicos Especiais em História do Trabalho e dos Trabalhadores

Tópicos Especiais em História Indígena

Tópicos Especiais em História Medieval

Tópicos Especiais em História Moderna

Tópicos Especiais em História da América Latina I

Tópicos Especiais em História da América Latina II

Tópicos Especiais em Patrimônio Histórico-Cultural

Tópicos Especiais em Teoria e Metodologia em História

Libras.

3.1.1.1. Ementas e bibliografias.

Antropologia Cultural 72h

Ementa: A formação do pensamento antropológico. Objeto, método e técnicas da antropologia. Análise do processo de humanização e das teorias sobre a origem e desenvolvimento da cultura. Sistemas de representação das sociedades.

Bibliografia Básica:

MALINOWSKI, Bronislaw. *Crime e Costume na Sociedade Selvagem* Brasília: Editora da UnB, 2003.

LÉVI- TRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Bibliografia Complementar:

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução a Antropologia Social*. Rio de Janeiro, Ed. RECORD, 1987.

EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. *Sociologia e Antropologia*. Rio de Janeiro: Cosac&Naify, 2004.

MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. Lisboa: Teorema, 1986.

História Antiga– 72h

Ementa: A disciplina procura abordar o mundo Antigo por um viés historiográfico que leva em conta os pontos de contato entre os povos que viveram em torno do Mediterrâneo, isto implica pensar não em unidades e sequencias, mas sim, em espaço geográfico. Colocar-se-á em discussão questões centrais para a historiografia contemporânea: podemos pensar o Mediterrâneo como um meio, ou um espaço de uma integração histórica concreta? De que modo se deram os processos de integração humana na bacia do Mediterrâneo? Como pensar a integração humana na bacia do Mediterrâneo? O fio condutor do trabalho será, nesse sentido, a análise do processo que levou a uma crescente articulação das fronteiras internas das várias sociedades mediterrânicas (identidades, controle da terra etc.) com aquelas externas. Esse processo de integração, sem dúvida alguma, não apenas encurtou distâncias entre regiões cada vez mais ampla, mas também produziu, na longa duração, sistemas cada vez mais complexos e sofisticados de identidade e alteridade.

Bibliografia Básica

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
 BROWN, Peter. *A ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Presença, 1999.
 VEYNE, Paul. *O Império Grego-Romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Emanuel. *Escrito para a eternidade. A literatura no Egito faraônico*. Brasília: Editora UNB, 2000.
 ARAÚJO, Sônia Regina Rebelo, ROSA, Claudia Beltão, JOLY, Fábio Duarte (org.). *Intelectuais, poder e política na Roma antiga*. Rio de Janeiro: PERJ, 2010.
 GIARDINA, Andrea. *O homem Romano*. Lisboa: Editora Presença, 1992.
 VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
 REDE, Marcelo. *Família e Patrimônio na Antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.

História Contemporânea 1– 72h

Ementa: A Revolução Industrial e o nascimento da cultura moderna: os processos do desencantamento em Weber e em Karl Marx. A modernidade como sistema social e cultural e o pathos ‘burguês identificados na estrutura moderna. O comportamento moderno, a literatura e a arte moderna e a ideologia capitalista. A concretização do sistema capitalista enquanto projeto da modernização política e econômica pela expansão de mercado se pela dinâmica da economia de mercado liberal. A defesa do individualismo moderno e do pensamento liberal. As ideologias Oitocentistas na Europa e a fundamentação do capitalismo como sistema. A África como o segundo colonialismo do sistema econômico, advindo da crise econômica de 1873-96. Imperialismo e colonialismo: relações práticas da modernização do capital. As dinâmicas do imperialismo moderno e suas relações coloniais. Os partidos políticos e os movimentos sociais. A ideologia socialista e a organização da classe trabalhadora durante o século XIX. Também nesta disciplina continuaremos a discussão sobre o alcance dos Direitos Humanos assegurado no Estado Democrático e as mudanças afetivas para as classes sociais. Além disso outra discussão presente nesta disciplina e que continuará para o subsequente será a mudança real e efetiva trazida pelo sistema capitalista e o meio ambiente, incluindo as discussões sobre conflitos de terra, patrimônio ambiental e mudanças climáticas.

*Bibliografia**básica:*

CRÉSPIGNY, Anthony de, CRONIM, Jeremy (eds.). *Ideologias políticas*. Tradução: Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*. Tradução: Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Tradução: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Bibliografia

complementar:

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glaucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

REMOND, René. *O Século XIX*. São Paulo, ed. Cultrix, 1976.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

História Contemporânea 2– 72h

Ementa: Estudo e análise do mundo contemporâneo. Da I Guerra Mundial à crise capitalista de 1929 e a introdução da política econômica do Welfare State. A política de desenvolvimentismo para os países subdesenvolvidos pela Economia Clássica. A reorganização do Capitalismo e a Segunda Grande Guerra como surgimento dos regimes totalitários. Análise das sociedades de massa, os efeitos dos governos totais e do extermínio em massa. A guerra Fria, o período entre guerras e a política de armamento mundial. O processo de descolonização e os movimentos de resistência amparados da ideologia marxista. A derrocada dos programas econômicos e sociais do Welfare State e a reorganização do capital pela Escola de Chicago: o receituário neoliberal. As guerrilhas e o terrorismo. Acrescente pauperização mundial, o desequilíbrio ambiental e as políticas neoliberais para os países de terceiro mundo. A sociedade pós-moderna: a modernidade líquida. As artes e ciências.

Bibliografia

básica:

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Tradução Vera Ribeiro, SP: UNESP/Contraponto, 1996.

FRIEDEN, Jeffrey A. *O Capitalismo Global*. História econômica e política do século XX. RJ: Zahar, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. SP: Companhia das Letras, 1995.

*Bibliografia**Complementar:*

- DARNTON, Robert e DUHAMEL, Olivier (orgs.). *Democracia*. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução: José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- REIS Fº, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. (orgs.). *O século XX*. RJ: Civilização Brasileira, 2000. 3 volumes.
- VISENTINI, Paulo G.F. & PEREIRA, Ana Lúcia D. *História do Mundo Contemporâneo. Da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

História da África 1 – 72h

Ementa: Análise das produções historiográficas sobre as sociedades africanas, com ênfase na revisão e nas novas metodologias de pesquisa que adotam uma perspectiva endógena para a leitura da historicidade do continente. Análise das especificidades das sociedades africanas a partir do contato com os povos europeus no século XV, com ênfase nos desdobramentos provocados pela abertura do mercado atlântico de escravos até o século XIX.

Bibliografia básica:

- BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos*. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790. Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004.
- História Geral da África*. vol. 1. Ed. Joseph Ki-Zerbo, UNESCO, 2010.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão em África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Bibliografia complementar:

- HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Estudos sobre fontes, métodos e história. Luanda: Ed. Kilombelombe, 2007.
- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Até ao Século XVIII. Salvador: UFBA, São Paulo: Casadas Áfricas, 2009.
- MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco*. Os antigos Estados bundu em Angola. Luanda: Arquivo Histórico Nacional/Ministério da Cultura, s/d.
- SILVA, Alberto da Costae. *Da manilha ao libambo*. A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. 1400-1800. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

História da África 2 – 72h

Ementa: Análise das questões coloniais, através das singularidades das relações de poder estabelecidas pelas metrópoles europeias e as sociedades africanas. Enfatizando os desdobramentos dos processos de dominação econômica, de desarticulação das elites políticas africanas e dos aspectos sócio-culturais do continente. Análise dos movimentos plurais de descolonização e dos posteriores arranjos de poder no contexto posterior à 2ª GM.

Bibliografia

básica:

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993.

BITTENCOURT, Marcelo. *Colonialismos, descolonizações e crises na África*.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos impérios. (1875-1914)*. RJ: Paz e Terra, 2009.

Bibliografia

complementar:

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Do Século XIX até os dias de hoje. Salvador: UFBA, São Paulo: Casadas Áfricas, 2010.

FAGE, J. D. *História da África*. Lisboa: Ed. 70, 1995.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos*. RJ: Paz e Terra, 2009.

ILLIFE, John. *Os africanos. História dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

História da América 1 – 72h

Ementa: O processo histórico evolutivo original que desenvolvem as Culturas Indígenas América na articulação como processo histórico dialético estabelecido a partir da descoberta, invasão, conquista e progressiva colonização europeia do Continente Americano.

Bibliografia

Básica:

DUSSEL, Enrique D. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Trabalho na América latina Colonial*. São Paulo, editora Ática, 1980.

BETHELL, Leslie (Ed.). *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2012, Tomos I

*Bibliografia**Complementar:*

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DIVINE, BREEN, FREDRICKSON, WILLIAMS, ROBERTS. *América. Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

KONETZKE, Richard. *América Latina. II.- La época colonial*. México: Siglo XXI Editores, 1993.

MORGAN, LEWISH. *A sociedade primitiva*. Lisboa: Presença, 1978, Tomos I–II.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. SP: Martins Fontes, 2014.

História da América 2 – 72h

Ementa: Estudo e análise do processo e independência dos países americanos. O desenvolvimento dos países americanos, da independência aos nossos dias. Características gerais da América Latina nos séculos XIX e XX: desenvolvimento e subdesenvolvimento, revolução e contra-revolução. Movimentos sociais contemporâneos.

*Bibliografia**Básica:*

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BERARDO, João Batista. *Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina*. São Paulo: Edições Populares, 1981.

BETHELL, Leslie (Ed.). *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2012, Tomos

*Bibliografia**Complementar:*

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do Terceiro Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

História da Arte– 72h

Ementa: Estudo das artes visuais no Ocidente tendo como base sua *historicidade*, permitindo a formação de uma apreciação crítica e subsídios para a utilização das diversas

formas de expressão artística na pesquisa no ensino de História. Trata do questionamento das definições tradicionais de arte e gosto estético; da análise da evolução e desenvolvimento das principais correntes das artes visuais (pintura, escultura, arquitetura) no Ocidente, em sua relação com o processo histórico; da definição dos principais conceitos utilizados na História da Arte para definir estilos, tendências, características e estruturas artísticas; da análise dos novos paradigmas criados pela Arte Moderna, até a atualidade.

Bibliografia Básica:

GOMBRICH, E.H. *A História da Arte*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.
 HAUSER, Arnold. *Maneirismo. A crise da Renascença e a origem da arte moderna*. São Paulo: Perspectiva/EdUSP, 1976.
 KEMP, Martin. *Leonardo da Vinci*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Bibliografia Complementar:

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna. Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
História da Arte como História da Cidade. 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
 COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 GOMBRICH, E.H. *A História da Arte*. 15ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.
 MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco. Análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EdUSP, 1997.

Tópicos Especiais em História da Arte– 72h

Ementa: Aprofundamento dos estudos sobre as artes visuais no Ocidente, trabalhando os nexos entre as obras de arte, suas estruturas formais, seus significados intrínsecos e as dinâmicas históricas. Obeloeogrotes com a História da Arte. Os conceitos wöllflinianos na História da Arte: linear e pictórico, plano e profundidade, forma fechada e forma aberta, pluralidade e unidade, clareza e obscuridade. Signo e alegoria nas artes visuais. A iconologia de Panofsky. As imagens como representação coletiva.

Bibliografia

Básica:

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente. 1300-1800: uma cidade sitiada*. 2ªreimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
 PANOFKY, Erwin. *O significado nas Artes Visuais*. Lisboa: Presença, 1989.
 WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da História da Arte. O problema da evolução dos estilos na arte mais recente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Bibliografia Complementar:

ELIAS, Norbert. *A peregrinação de Watteau à Ilha do Amor*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
 GLANCEY, Jonathan. *A História da Arquitetura*. São Paulo: Loyola, 2007.

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria. Construção e interpretação da metáfora*. São Paulo/Campinas: Hedra/Unicamp, 2006.

HAUSER, Arnold. *Maneirismo. A crise da Renascença e a origem da arte moderna*. São Paulo: Perspectiva/EdUSP, 1976.

História social da arte e da literatura. 2ªed. São Paulo: Martins Editora, 2000.

FERESJR., João. *A história do conceito de "Latin América" nos Estados Unidos*. Bauru, SP.: EDUSC, 2005.

WOOD, Gordon S. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

História de Alagoas 1– 72h

Ementa: Tendo como ponto central a discussão da singularidade de Alagoas no processo de constituição da América Portuguesa, a disciplina apresenta o processo de sua formação histórica em linhas gerais, destacando as questões relacionadas à dinâmica de produção (economia) e às relações de poder intralites e entre as classes sociais, mediadas pelo Estado. Neste sentido, além da produção historiográfica, destacam-se o processo de ocupação humana (pré-cabralina, indígena e europeia); a instalação dos primeiros engenhos, a utilização da mão-de-obra escrava e as reações ao escravismo; a ocupação de parte do território por franceses holandeses; a evolução administrativa e emancipação política de Alagoas. Assim, a disciplina apresenta também o processo de sua formação histórica no século XIX, destacando as questões relacionadas à dinâmica de produção (economia) e às relações de poder intralites e entre as classes sociais, mediadas pelo Estado. Além da produção historiográfica, as revoltas sociais ocorridas no período; a transição da mão de obra escrava para a juridicamente livre, bem como suas diversas formas de arranjo do pós-1888 e o republicanismo, encerram o segundo bloco da disciplina.

Bibliografia:

DIEGUES JR., Manuel. *O Banguê nas Alagoas*. Maceió: Edufal, 2006.

LINDOSO, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Cataventos, 2000.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Museu do Açúcar/IAA, 1970.

Bibliografia complementar:

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos*. Maceió/Recife: Edufal/EDUFPE, 1997. MACIEL, Osvaldo (org.). *Pesquisando (n)a Província*. Arapiraca: Unenal, 2011.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org). *Alagoas e o Império Colonial Português: Ensaio de Poder e Administração*. Maceió:Cepal,2010.

LINDOSO, Dirceu. *Utopia Armada*. Maceió: Edufal, 2005.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A metamorfose das oligarquias*. Curitiba: Hdlivros, 1997.

História de Alagoas 2– 72h

Ementa: Estudo e análise do processo de transição da Monarquia à República e o período republicano, destacando-se: a decadência dos banguês e o surgimento das usinas e destilarias; as ferrovias, a indústria têxtil e o capitalismo internacional; movimentos políticos como o abolicionismo, o republicanismo, o socialismo e o populismo; a quebra dos terreiros em 1912; o coronelismo e a formação de oligarquias em Alagoas; a ditadura militar e a redemocratização (partidos de esquerda e movimentos sociais). Pretende-se, ainda, analisar a história política, econômica, social e cultural de Alagoas contemporânea.

Bibliografia

Básica:

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Chronicas Alagoanas: Notas sobre Poder, Operários e Cronistas*. Maceió: Edufal, 2006.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A Indústria Têxtil, a Classe Operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2011.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A Tragédia do Populismo: o Impeachment de Muniz Falcão*. Maceió: Edufal, 2007.

Bibliografia

Complementar:

ANDRADE, Manoel Correia de. *Usinas e destilarias das Alagoas– uma contribuição ao estudo da produção do espaço*. Maceió: EDUFAL, 1997.

RAFAEL, Ulisses Neves. *Xangô rezado baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912*. Maceió: Edufal, 2012.

SILVA, Amaro Hélio L. *Serra dos perigosos– guerrilha e índio no sertão de Alagoas*. Maceió: Edufal, 2007.

CARVALHO, Cícero Péricles. *Formação Histórica de Alagoas*. Maceió: Grafitex, 1982.

MACIEL, Osvaldo (org.) *Operários em movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)*. Maceió: Edufal, 2007.

História do Brasil 1– 72h

Ementa: A disciplina tem por objetivo analisar os aspectos políticos, econômicos, sociais, religiosos, comportamentais e ideológicos do Brasil desde os primeiros contatos entre portugueses e nativos até os primeiros sinais da crise do Antigo Regime implementado pela corte lusitana (1500-1808). Sugere-se um debate historiográfico sobre as características políticas e econômicas desta sociedade, bem como uma análise das diferentes áreas coloniais buscando demonstrar suas diferenciações e suas funções na conjuntura colonial.

*Bibliografia**Básica:*

JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000. HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. WEHLING, Arno e WEHLING, Maria J. C. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Bibliografia Complementar:

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (Século XVI- XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2000. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

História do Brasil 2– 72h

Ementa: Observar o Brasil a partir das transformações no Velho Continente no início do século XIX. Caracterizar a presença da corte portuguesa e a passagem de colônia para Reino Unido de Portugal e Algarves, os caminhos seguidos até a independência política e o seu processo de reconhecimento. Observar o período imperial em seus aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos durante o Primeiro Reinado, Regências e o Segundo Reinado. As bases para a construção da nacionalidade brasileira. As mudanças ocorridas com a escravidão até a implementação da mão de obra assalariada. O contexto da crise do Império e os passos até a Proclamação da República.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada: Império; a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mucambos*. São Paulo: Global, 2000.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: A elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

- CARVALHO, José Murilo. (Org.). *A construção nacional*(1830-1889). Vol. 2. Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.
- SILVA, Alberto da Costa e. (Org.). *Crise Colonial e Independência 1808-1830*. Vol. 1. Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

História do Brasil 3– 72h

Ementa: A disciplina tem por objetivo conduzir o aluno a interpretar alguns aspectos da construção inicial do Brasil republicano. A Proclamação da República e a república da espada. O Liberalismo Oligárquico e a democracia excludente. A Revolução de 1930, o Estado Novo e a cidadania regulada. A experiência democrática de 1945 a 1964.

Bibliografia Básica:

- D'ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ&FGV, 1999.
- FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano* vol. 1 -O tempo do liberalismo excludente; vol. 2– o tempo do nacional-estatismo e vol. 3– o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

Bibliografia Complementar:

- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- MACEDO, Michelle Reis de. *O movimento queremista e a democratização de 1945*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2013.
- PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

História do Brasil 4– 72h

Ementa: A disciplina tem como objetivo interpretar os acontecimentos contemporâneos do Brasil republicano. O Governo João Goulart e o Golpe civil-militar de 1964. O Regime Militar: história e memória. A —Nova República. A era FHC e a globalização. A ascensão das esquerdas no século XXI: o PT e o —lulismo.

Bibliografia

Básica:

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de A. Neves(orgs.). *O Brasil Republicano* vol. 3—o tempo da experiência democrática evol.4- o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise 85/90*. São Paulo, Alameda, 2013.

SINGER, Andre. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

Bibliografia

Complementar:

FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão(orgs.). *As Esquerdas no Brasil* vol.1-a formação das tradições (1889/1945), vol.2- nacionalismo e reformismo radical (1945/1964) evol.3-revolução e democracia (1964/...). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LESBAUPIN, Ivo (org.). *O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC*. 4ªEd., Petrópolis/RJ, Vozes, 2003.

POCHMANN, Marcio & BORGES, Altamiro. “*ERA FHC*”: a regressão do trabalho. São Paulo, Anita Garibaldi, 2002.

História do Nordeste –

72h

Ementa: A partir da discussão de autores clássicos sobre o pensamento político e social nordestino, a disciplina apresentará o processo de formação histórica da região, ocupando-se tanto dos amplos quadros macro-estruturais que balizam esta história, como dos movimentos sociais e políticos que caracterizam o posicionamento social no processo de construção da nacionalidade brasileira e da sociabilidade nordestina, sobre o regionalismo que perpassou parte da história do século XX.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUEJR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife/São Paulo: FJN/Cortez, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 2019.

FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

*Bibliografia**Complementar:*

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral. *O Norte agrário e o Império (1871-1889)*. 2ed. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1999.

PERRUCCI, Gadiel. *A República das usinas: Um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889/1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

História Econômica–**72h**

Ementa: Estudo e análise dos processos de transformação econômica e social do período moderno e contemporâneo. Das comunidades primitivas ao capitalismo contemporâneo e ao socialismo de Estado. Os principais teóricos da economia.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo, Brasiliense, 2000.

MARX, Karl. *O capital*. Várias. 1990

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Várias edições. 1993

*Bibliografia**complementar:*

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Trad. Miguel Rego. Rio de Janeiro, Zahar. 1999

DUBY, George. *Guerreiros e Camponeses: Os Primórdios do Crescimento Europeu Século VII ao XII*. Lisboa, editorial Estampa, 1978.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Ed. Nacional, 1971.

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

História Indígena–**72h**

Ementa: A partir de novas abordagens teórico-conceituais da História e da Antropologia, a disciplina propõe-se a destacar o papel dos índios como sujeitos históricos do processo de desenvolvimento das sociedades coloniais e pós-coloniais. Para isto, será fundamental refletir sobre o lugar do indígena na produção discursiva historiográfica; repensar as guerras de conquista e as guerras indígenas, bem como as relações entre elas; identificar alianças e confrontos entre indígenas e com outros personagens históricos; analisar as políticas indigenistas e as políticas indígenas; investigar relações interétnicas, mestiçagens e adaptações culturais; verificar os impactos da escravidão sobre as populações indígenas; examinar criticamente os conflitos de terra; e, por fim, refletir sobre o conceito de etnicidade.

Bibliografia

Básica:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 2000.

CARNEIRODA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A Presença Indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

Bibliografia

Complementar:

ALMEIDA, Luiz Savio de & SILVA, Amaro Hélio Leite da. *Índios do nordeste: etnia, política e história*. Maceió, EDUFAL, 2008.

KODAMA, Kaori, *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia no IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.

MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John. Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios: Entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen, *Revista de História*, USP, 149, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios- Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

História Medieval–

72h

Ementa: A disciplina pretende dar uma visão de conjunto sobre a Idade Média. Partindo de discussões historiográficas, abordar-se-á temáticas como: a formação dos reinos germânicos; Império carolíngio e papado; características gerais do Império Bizantino; formação e expansão do Islã; gênese, natureza e o desenvolvimento do Feudalismo; questões culturais, econômicas, sociais e religiosas que permearam a formação das cidades no século XII; relação entre Império e Papado; crise do século XIV.

Bibliografia Básica:

- BASCHET, Jêrôme. *A civilização feudal*. Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- BLOCH, Marc. *Os reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DUBY, G., *Guerreiros e camponeses*. Os primórdios do crescimento económico europeu. Séc. VII-XII. Trad., Lisboa: Estampa, 1980.

Bibliografia Complementar:

- BANNIARD, Michel. *A Alta Idade Média*. Trad. port., Lisboa: Europa-América, s./d.
- BLOCH, Marc. *A sociedade Feudal*. Trad., Lisboa: Ed. 70, 1982.
- DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.
- DUBY, George. *Idade Média, Idade dos homens*. Do amor e outros ensaios. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- ZERNER, Monique(org.). *Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

História Moderna– 72h

Ementa: Investigação e análise do contexto da Era Moderna, entre os séculos XV e XVI, a partir de dois eixos norteadores: a) o processo de formação da sociedade burguesa ocidental, do processo de secularização do Ocidente. As temáticas abordadas têm como principais objetos: o questionamento do conceito de moderno em sua formulação como era histórica e a compreensão da Era Moderna como um período de alargamento e transformação nas visões de mundo, engendradas por processos como os Descobrimientos Ultramarinos, o Renascimento e as Reformas Religiosas; a formação do pensamento político e social moderno no contexto do Humanismo; a cultura do Barroco no contexto da Contra Reforma; as Revoluções Inglesas e a Revolução Francesa; o ideário político e da fundação da nacionalidade na Revolução Americana; as transformações econômicas na primeira fase da Revolução Industrial. Nesta disciplina iniciar-se-á a discussão sobre o alcance dos Direitos Humanos na era moderna a partir da Revolução Francesa e o Estado Moderno de Direito.

Bibliografia Básica:

- DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. Trad. João Pedro Nunes. SP: Pioneira, 1989.
- MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco*. Análise de uma estrutura histórica. SP: EdUSP, 1997.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. 4ªreimp. SP: Cia. Das Letras, 2003.

Bibliografia Complementar:

- BURKE, Peter. *A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luis XVI*. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Ed. 70, s.d. FEBVRE, Lucien. *A Europa. Gênese de uma civilização*. Bauru: EdUSC, 2004.

HILL, Christopher. *O eleito de Deus*. Oliver Cromwellea Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Historiografia Brasileira– 72h

Ementa: O desenvolvimento da historiografia nacional, suas temáticas principais, questões conceituais e de investigação historiográfica. A formação da nação e da identidade nacional, da perspectiva dos fundadores da historiografia brasileira às tendências contemporâneas.

Bibliografia

Básica:

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo:Global,2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação econômica e política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Bibliografia

Complementar:

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*. São Paulo: Contexto, 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: a História em questão* (2ªed.). Petrópolis: Vozes, 1981.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo:Editora34, 2002.

Historiografia Geral–72h

Ementa: O objetivo da disciplina é o estudo do desenvolvimento da historiografia do mundo moderno a os dias atuais; suas tendências, perspectivas e interdisciplinaridade com

destaque para o Materialismo Histórico, a Escola Metódica, a Escola dos *Annales*, a Nova História, a Micro-história e demais concepções historiográficas contemporâneas.

Bibliografia

Básica:

- CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- MALERBA, J.; ROJAS, Carlos Aguirre. (orgs.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru/SP: EDUSC, 2007.
- BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio(orgs.). *A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis RJ: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar:

- BLOCH, Marc. *Apologia a História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro, Editor. Jorge ZAHAR, 2001.
- BURKE, Peter. *A Escolados Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.
- CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: CIA das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Introdução aos Estudos Históricos– 72h

Ementa: A constituição da epistemologia e da teoria da História. Definição e utilização dos instrumentos teóricos de análise. A problemática do conhecimento histórico. O conhecimento objetivo e subjetivo na teoria da História. Processo histórico-social: o tempo histórico, leis, fatos, estruturas e conjunturas. Do positivismo à quantificação das séries estatísticas e às séries sociais. A História conceitual: a História é uma ciência? O debate atual.

Bibliografia Básica:

- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Várias edições.
- LE GOFF, Jacques (org.). *História nova*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

Bibliografia Complementar:

- BRAUDEL, Fernando. *História e Ciências Sociais*. Lisboa, ed. Presença, 1972.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
 DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. 2. ed, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Métodos da História–

72h

Ementa: O desenvolvimento de pesquisas apoiadas no rigor metodológico auxilia nos processos de investigação e produção do conhecimento histórico a partir do debate sobre a cientificidade da História: problematizações, objetivos, sistemas de escolhas e decisões. Discutiremos sobre o modelo de cientificidade da ciência social e ou dos métodos qualitativos na produção do conhecimento histórico.

Bibliografia Básica:

AROSTÉGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução de Andréa Dore; Revisão Técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru: EDUSC, 2006 (Col. —História).

BLOCH, Marc. *Apologia à história, ou o ofício do historiador*. Trad. De André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de.(orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia

Complementar:

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: História e imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiare Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [2006].

GUAZELLI, César Augusto Barcellosetal. (orgs.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universitária/ UFRGS, 2000.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as Ciências*. 5. ed. Porto: Afrontamento, 1991.

Paleografia– 72h

Ementa: A disciplina tem por objetivo entender as origens da Paleografia, suas diferenciações com a Diplomática e seu uso pelos historiadores. Por fim, sugere – se a discussão das normas paleográficas para transcrição de documentos e atividades práticas de transcrição da documentação referente aos séculos XVI-XIX.

Bibliografia Básica:

DONATO, Ernani. *A Palavra Escrita e sua História*. São Paulo: Melhoramentos, 1951.
 BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Euripedes Franklin. *Noções de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria: Centro de Ciências Sociais e Humanas, UFSM, 1991.
 SAMARA, Eni de Mesquita. *Paleografia e Fontes do Período Colonial Brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1986.

Bibliografia Complementar:

ACCIOLI, Vera Lúcia Costa. *A Escrita no Brasil Colonial: Um guia para Leitura de Documentos Manuscritos*. Recife: UFP/Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1994.
 BLANCO, Ricardo Román. *Estudos Paleográficos*. São Paulo: Laserprint, 1987.
 COSTA, Pe. Avelino Jesus da. *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1976.
 FLEXOR, Maria Helena *Ochi*. *Abreviaturas: Manuscritos dos Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: UNESP/Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.
 MEGALE, Heitor & NETO, Sílvio de Almeida Toledo (Orgs.) *Por Minha Letra e Sinal: documentos de Ouro do Século XVII*. São Paulo: Ateliê Cultural, 2005.

Teoria da História– 72h

Ementa: O processo de formação do professor/pesquisador solicita reflexões teóricas sobre a ciência histórica. Nesta perspectiva, suscitamos a elaboração de um debate em torno dos modelos teóricos, dos campos e das especializações disciplinares, particularizando o papel dos historiadores como produtores do conhecimento histórico.

Bibliografia

Básica:

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, v. 1 e2.
 BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
 MALERBA, Jurandir. *Ensaio: teoria, história e ciências sociais*. Londrina: EDUEL, 2011.

Bibliografia

Complementar:

- BARROS, José D'Assunção. *A expansão da história*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campinas, 2012.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de teoria da história e historiografia*. Vol. I: Teoria da história. São Paulo: Hucitec, 2011. (Estudos históricos, 85).
- NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- RUSEN, Jorn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. De Estevão Chaves de Rezende Martins. Brasília, DF: Editora da universidade de Brasília, 2010.

Teoria Sociológica– 72h

Ementa: A origem da sociologia: condições históricas, políticas, econômicas e sociais. História e sociologia. O problema sociológico e suas diferentes perspectivas metodológicas e teóricas.

Bibliografia Básica:

- ABEL, T. *Os Fundamentos das Teorias Sociológicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- DURKHEIM, E. *A ciência social e a ação*. São Paulo: Difel, 1975. Primeira parte e cap. 1.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 (vol 2, livro 1, cap XXIV). Científicos, 1980.

Bibliografia Complementar:

- DERRIDA, J. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1995.
- FREITAG, B. e Pinheiro, M.F. *Marx morreu: Viva Marx*. Campinas: São Paulo: Papyrus, 1993.
- WEBER, M. — Origem do Capitalismo Moderno in Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Tópicos Especiais em História Afro-brasileira– 72h

Ementa: Contextualização da Lei 10.639/2003. Desafios para um ensino de História que privilegie a diversidade etno-racial. Propostas básicas para professores da educação básica, com sugestões de material e estratégias de ensino.

Bibliografia básica:

BOAVENTURA, E. M.; SILVA, A. C. da. *O terreiro, a quadra e a roda: formas alternativas de educação das crianças negras em Salvador*. Salvador: Eduneb, 2005.

MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação–Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

SILVA, A. C. da. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Ceao/CED, 1995.

Bibliografia complementar:

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT STIFTUNG. *Um fórum para a igualdade racial: articulação entre Estados e Municípios*. São Paulo: Ed. SEPPIR, 2005.

MARCON, Frank & SOGBOSSI, Hippolyte Brice (org). *Estudos Africanos, História e cultura Afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03*. São Cristóvão: UFS, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação Africanidade Brasil*, Brasília: SECAD, 2006.

OLIVEIRA, Vicente de Paula (org). *Construção de Identidade e Inclusão Social do Afrobrasileiro*. Belo Horizonte: Ed. UEMG-PROPEX, 2005.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. *Educação Anti-Racista: caminhos abertos para a Lei Federal nº10.639/03*: SECAD, 2005.

Tópicos Especiais em História Antiga– 72h

Ementa: Apresentar os principais temas e os elementos de análise da História do cristianismo antigo na sua relação com o mundo mediterrâneo. Enfatizando aspectos sociais, políticos e culturais que vão desde ambiente judaico do século I d.C. que deu origem a figura de Jesus até o século IV com a transformação do cristianismo em religião Oficial do Império Romano.

Bibliografia

básica:

BROWN, Peter. *A ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editora Presença, 1999.

HORSLEY, R.A. *Arqueologia, história e sociedade na Galiléia – o contexto social de Jesus e dos rabis*. São Paulo, Paulus, 2000.

VEYNE, Paul. *Quando o nosso mundo se tornou cristão*. Lisboa: Texto & Grafia, 2007.

Bibliografia

complementar:

BOWMA, Alan K. e WOOLF, Greg (org.). *Cultura Escrita no mundo Antigo*. São Paulo: Ática, 1998.

CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (org.). *História da leitura no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 2002.

GOODMAN, Martin. Rome e Jerusalem. *The Clash of Ancient Civilizations*. Londres: Pinguin Books Ltd, 2008.

BROWN, Peter. *Santo Agostinho*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

VEYNE, Paul. *O Império Grego-Romano*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

Tópicos Especiais em História Contemporânea 1– 72h

Ementa: Análise sobre a violência coletiva contemporânea específica da e num objeto de estudo sobre a formação e perpetuação dos grupos terroristas surgidos a partir do século XX. Ou seja, como as sociedades em aparecem, quais os programas ideológicos, a formação dos grupos, as propostas, o contexto político, social e econômico, a visão midiática e as interpretações acadêmicas sobre o fenômeno atual. A disciplina tenderá a ampliar a discussão conceitual, priorizando também as interpretações documentais como fontes históricas, enquanto trabalhos possíveis a serem desenvolvidos na disciplina.

Bibliografia básica:

ARENDR, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
 BAUMAN, Zygmunt. *Europa*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,
 HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução: José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Bibliografia Complementar:

DARNTON, Robert e DUHAMEL, Olivier (orgs.). *Democracia*. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.
 EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
 KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: Ascensão do Capitalismo de Desastre*. Tradução Vânia Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
 ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
 WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos e mundo caótico*. Tradução: Elsa T. S. Vieira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Tópicos Especiais em História Contemporânea 2– 72h

Ementa: Estudo das relações entre o cotidiano e a história do mundo contemporâneo, através de diferentes linguagens e construções imagéticas.

Bibliografia básica:

DECERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 20ªed. Petrópolis. Vozes:
 DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Trad. Marina Appenzeller. 14ªed. Campinas: Papirus, 2013.

PERROT, Michelle. *História da Vida Privada* volume 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Trad. Denise Bottmann e Bernardo Joffily. 10ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Bibliografia

complementar:

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Nota sobre a fotografia. Trad. Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CRARY, Jonathan. *Técnicas do observador*. Visão e modernidade no século XIX. Trad. Verray Chamma. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

KOSSOY, Borise SCHWARZ, Lilia Moritz. *Um olhar sobre o Brasil– a fotografia na construção da imagem danada (1833-2003)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. Trad. Rubens Figueiredo. 7ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

STRAUMANN, Patrick (org.). *Rio de Janeiro, cidade mestiça*. Nascimento da imagem de uma nação. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Tópicos Especiais em História Contemporânea3– 72h

Ementa: A disciplina tem como objetivo o estudo dos elementos que configuram a História das Relações Internacionais no âmbito da História Contemporânea do século XX a partir de 1945. Os marcos que a delimitam são, de um lado, a discussão sobre o pós-guerra e o fenômeno da Guerra Fria e, de outro, o surgimento da terceira geração de intelectuais engajados, que se modela nas agruras dos eventos da Guerra Fria, e começa a desarticular-se em fins dos anos sessenta na esteira das denúncias de Nikita Krushov, na invasão soviética na Hungria e depois na Tchecoslováquia, da Revolução Cubana, da Guerra do Vietnã, do movimento de 1968, chegando à desestruturação e desarticulação do bloco soviético. Busca-se resgatar a formação da tradição de intervenção política dos intelectuais brasileiros, através da trajetória do Movimento dos Partidários da Paz (1947-) e de como esse movimento internacional atraiu os intelectuais brasileiros no período central da Guerra Fria (1945-1968).

Bibliografia básica:

ARENDDT, Hanna. *Sobre a revolução*. SP: Companhia das Letras, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. SP: Companhia das Letras, 2004.

LOWY, Michel. *Revoluções*. SP: Boitempo Editorial, 2009.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. SP: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. SP: Cia das Letras, 1996.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. RJ: Nova Fronteira, 2006.

SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra fria da Cultura*. RJ: Record, 2008.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2001.

Tópicos Especiais em História Contemporânea4– 72h

Ementa: A disciplina tem como objetivo o estudo dos elementos que configuram a História a partir de 1980 no âmbito da História Contemporânea do século XX até os dias atuais. Os marcos que a delimitam são, de um lado, a discussão sobre a crise mundial do capitalismo, o surgimento do neo-liberalismo e da globalização. De outro lado, o surgimento da onda de manifestações desde a Primavera Árabe à Ucrânia de hoje. Busca-se entender, a partir de leitura da imprensa e da historiografia, o Tempo Presente.

Bibliografia básica:

CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio*. São Paulo, Paz e Terra, V.3,2001.
 REISFILHO, Daniel e outros. *O Século XX*. Rio de Janeiro, Record, 2002.
 TEIXEIRADA SILVA, Francisco Carlos. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro, Campus, 2004.

Bibliografia complementar:

COSTA, Darce TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.
 COURMONT, B. e RIBNIKAR, D. *Les Guerres Asymétriques*. Paris, PUF, 2003.
 DELL VALLE, Alexandre. *Guerras contra a Europa*. Rio de Janeiro, Bom texto, 2003.
 HEISBOURG, François. *Hyperterrorisme: la nouvelle guerre*. Paris, Jacob, 2003.
 HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

Tópicos Especiais em História Cultural– 72h

Ementa: Problematização das articulações entre História e Cultura como meio de dar visibilidade a métodos e estratégias capazes de possibilitar um fazer historiográfico cujo foco prioritário se concentre em uma História Cultural do Social. Identidades e representações como expressões culturais construídas historicamente, proporcionando jogos simbólicos e códigos sociais como frutos da criação humana em diferentes espaços e tempos.

Bibliografia Básica:

SCHWARCZ, Lilia. & GOMES, Nilma. *Antropologia e História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
 SCHWARTZMAN, Simon. *A Redescoberta da Cultura*. São Paulo: Edusp, 1997. WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Bibliografia Complementar:

- GEERTZ, Cliford. *Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- MELLO, Luiz Gonzaga. *Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas*. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- ROCHA, Everardo P. G. *O que é etnocentrismo*. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Tópicos Especiais em História da África 1– 72h

Ementa: A proposta da disciplina é analisar as organizações sociais e políticas dos estados africanos antes da chegada dos europeus, e posteriormente no contexto da abertura do mercado Atlântico de escravos. O objetivo principal é caracterizar os africanos como agentes históricos, analisando as organizações de poder e as hierarquias sociais responsáveis pelas alianças e conflitos entre os povos da África Centro Ocidental. Na sequência o debate é dedicado aos desdobramentos das atividades responsáveis pelo fornecimento de escravos e os desdobramentos ocorridos nas organizações políticas e sociais dos povos que habitavam Angola, Congo, Benguela, Cabinda e Cassanje.

Bibliografia básica:

- LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2002.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Da manilha ao libambo. A África e a escravidão (1500a1700)*. RJ: Fund. BN, 2014.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico*. RJ: Ed. Campus, 2004

Bibliografia complementar:

- BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1750)*. Luanda, 2004.
- FAGE, John. *História da África*. Lisboa: Ed. 70, 1995.
- HEINTZE, Beatrix. *Angolanos séculos XVI e XVII*. Luanda: Ed. Kilolombele, 2007.
- ILLIFFE, John. *Os africanos. História dum continente*. Lisboa: Ed. Terramar, 1999.
- MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigo Estado Mbundu em Angola*. Luanda: AHN, 1995.

Tópicos Especiais em História da Alagoas 1– 72h

Ementa: A disciplina tem por intenção aprofundar temáticas específicas sobre a História de Alagoas em diversas temporalidades (Colônia, Império & República).

Bibliografia Básica:

- BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1981.
 COSTA, Craveiro. *História das Alagoas*. Maceió: Sergaça, 1983.
 LINDOSO, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Cataventos, 2000.

Bibliografia complementar:

- CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org). *Alagoas e o Império Colonial Português: Ensaio de Poder e Administração*. Maceió: Cepal, 2010.
 BRANDÃO, Otávio. *Canais e Lagoas*. Maceió: Edufal, 2009.
 DIEGUES JR., Manuel. *O Banguênas Alagoas*. Maceió: Edufal, 2006.
 MACIEL, Osvaldo (org.). *Pesquisando (n)a Província*. Arapiraca: Unéal, 2011.
 LINDOSO, Dirceu. *Utopia Armada*. Maceió: Edufal, 2005.

Tópicos Especiais em História da Alagoas– 72h

Ementa: A disciplina enfatiza alguns aspectos do contexto político alagoano durante o período republicano, em particular, os acontecimentos políticos de 1930 a 1964. Dialoga com os marcos históricos da Proclamação da República, da Revolução de 1930 e o Estado Novo, da redemocratização a partir de 1946, do Regime Militar de 1964 e da transição democrática pós 1985.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Cícero Péricles de. *Alagoas 1980-1992: a esquerda em crise*. Maceió/AL, Edufal/Lúmen/Engenho, 1993.
 SALDANHA, Alberto (org.). *A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2011.
 TENÓRIO, Douglas Apratto. *A Tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz Falcão*. Maceió/AL, Edufal, 1995.

Bibliografia Complementar:

- ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Chronicas alagoanas II: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2006.
 CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. *Planos de desenvolvimento de Alagoas: 1960-2000*. Maceió/AL, Edufal, 2005.
 LIRA, Fernando José. *Formação da Riqueza e a Pobreza de Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2007.
 MACIEL, Osvaldo. *Trabalhadores, Identidade de Classe e Socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió/AL, Edufal, 2009.
 MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. *O homo inimicus: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2007.

Tópicos Especiais em História do Brasil1– 72h

Ementa: A disciplina tem por intenção aprofundar temáticas específicas sobre a história do Brasil Colônia. Sugere-se, ainda a verticalização temática para as áreas política (Escravidão e racismo; Sociedades Indígenas; Estado e Nação; Cidadania e Direitos; Instituições Políticas e Poderes Públicos; História intelectual e Cultura Política; Educação e poder; Imprensa e a prática política; Saber, ciência e o poder); econômica (Economia Colonial; Casa Grande & Senzala: o mundo açucareiro; História agrária: estruturas fundiárias e o uso da terra; História urbana, comércio e indústria; Economia agroexportadora; e cultural (Literatura; Arte; Música; Religiosidade e Inquisição; Folclore; Renascimento, Barroco, Racionalismo e Ilustração; Cultura Erudita e Cultura Popular; História da Leitura; Intelectuais: obra e trajetória; Família, Gênero e Sexualidade; Manifestações culturais; Identidades étnicas e gêneros; Religiosidade e História das Religiões no Brasil).

Bibliografia básica:

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
 MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1980.
 NOVAIS, Fernando (Dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 4 Volumes, 1999.

Bibliografia Complementar:

LINHARES, Maria Yeda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
 NEVES, Guilherme Pereira das, SANTOS, Ana Maria, GONÇALVES, Williams da Silva & MACHADO, Humberto Fernandes (Orgs.). *História do Brasil – De Terra Ignota ao Brasil Atual*. Rio de Janeiro: Editora Multimídia, 2002.
 WEHLING, Arno e WEHLING, Maria J. C. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Tópicos Especiais em História do Brasil2– 72h

Ementa: A disciplina tem por intenção aprofundar temáticas específicas sobre a História do Brasil entre os anos de 1808 e 1889. Neste sentido sugere-se a verticalização temática para as relações sociais existentes na época em seus aspectos políticos, econômicos, religiosos e culturais.

Bibliografia básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*– 2. São Paulo: Global, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras – A política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Bibliografia complementar:

COSTA, Emília Viottida. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. São Paulo: Global, 2020

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Dir.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*.

CARVALHO, José Murilo. (Org.). *A construção nacional 1830-1889*. Vol. 2. Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Tópicos Especiais em História do Brasil3– 72h

Ementa: O populismo no Brasil - A disciplina desenvolve a análise da trajetória da categoria populismo nas ciências sociais do Brasil. Identifica as origens da força explicativa desta categoria para os acontecimentos políticos de 1930 a 1964. Debate os limites desta construção histórica e sua insuficiência na interpretação da Era Vargas e do projeto nacional-estatista. Dialoga com essa tradição na história do tempo presente.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história*–debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 4ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*, vol. 3 – revolução e democracia (1964/...). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

GOMES, Angela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. 4ªed. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Tópicos Especiais em História do Brasil4– 72h

Ementa: O golpe de 64: suas interpretações e análises. Os governos militares e a política militar do Cone Sul, a implementação da economia de pendente do imperialismo norte-americano.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTE, Berenice; STARLING, Heloisa; EISENBERG, José. *Decantando a República: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (volumes 2, 3 e4).

REIS,RIDENTI,MOTTA(org.).*O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. São Paulo: EDUSC, 2004.

Bibliografia Complementar:

LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas: UNICAMP/ Papyrus, 1989.

REIS, Fábio W. & O' DONNELL, Guillermo (orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo. Vértice, 1988.

SCHWARCZ, Lilia. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo. Vértice/Iuperj, 1988.

MOTTA, Rodrigo P. S. *Introdução à História dos Partidos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Tópicos Especiais em América Latina 1– 72h

Ementa: A história das sociedades à margem. As tribos indígenas no período colonial e suas localidades geográficas. O fluxo de migração pelo processo de ocidentalização, o enfrentamento indígena ao bandeirante e as formas de mestiçagem das duas culturas. A política getulista e o redescobrimto ‘dos índios. As formas de políticas públicas de proteção às comunidades indígenas.

Bibliografia Básica:

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina–América Latina Colonial*.Vol.1. São Paulo: EDUSP, 1999.

SCHWARTZ, Stuart B.&LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar:

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. São Paulo: Record, 2003.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: a formação da Nação*. São Paulo: Contexto, 2001.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Tópicos Especiais em América Latina2 – 72h

Ementa: Analisar os conflitos ambientais, dando ênfase nos países da América Latina. Perceber, também as relações entre o meio ambiente, as políticas públicas de preservação ou não, as formações étnicas, os interesses econômicos e as relações com a ecologia: suas formas de degradação ambiental e o impacto ambiental como surgimento da economia capitalista. Estudar as lideranças católicas e suas ideologias no impacto dos conflitos ambientais, principalmente nas áreas de preservação e assentamentos indígenas na América Latina.

Bibliografia Básica:

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BURSZTYN, Marcel. *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

DEAN, Warren. *À ferro e fogo: a História e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

Bibliografia Complementar:

BELLOTTO, Manoel Lelo e CORRÊA, Anna Maria Martinez. *Bolívar e a luta pela independência da América: ação e pensamento político*. In: Simón Bolívar. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 40).

DIVINE, R. A. et al. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos*. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Alagoas: Editora UFMG/Humanitas, 2000.

NOIRIEL, Gérard. *Repensar o Estado-nação*. São Paulo: Element. s/d.

SOARES, Gabriela Pellegrino e COLOMBO, Sylvia. *Reforma Liberal e Lutas Camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

Tópicos Especiais em História do Trabalho e dos Trabalhadores– 72h

Ementa: Num primeiro momento, realiza-se a introdução aos fundamentos teórico-metodológicos das categorias—trabalho e classe a partir da leitura de clássicos da filosofia, das ciências sociais e da história. Num segundo momento, objetiva-se discutir o modo como estas categorias apresentam-se na produção historiográfica mais recente.

Bibliografia Básica:

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história ocultado Atlântico revolucionário*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Cia. das letras, 2008.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento e revisão de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARX, Karl. *El capital— crítica de La Economía Política*. Tradução de Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRAVERMA, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Tradução de Nathanael Caixeir. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. 2ed. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran, com revisão técnica de Edgar de Decca e Michael Hall. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial*. In: *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, (pp. 267/304).

WEBER, Max. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Tópicos Especiais em História Indígena 1– 72h

Ementa: Estudo do transcurso histórico e cultural das sociedades indígenas no atual território brasileiro, desde os primeiros grupos de caçadores-coletores do período Paleoíndio até os tempos atuais, a saber: a) os índios antes do contato com os europeus; b) a conquista ibérica dos índios no Brasil; c) os índios no contexto do Brasil moderno; d) a presença indígena no atual território brasileiro.

Bibliografia Básica:

HAUBERT, M. *Índios e jesuítas no tempo das Missões*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

KERN, A.A. *Descoberta e colonização da América: impactos e contatos entre as sociedades indígenas e europeias*. América 92: 5 séculos de história, 500 anos de luta. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p.3-6.

Bibliografia complementar:

BOMMEIHY, J. C.S. *Canto de Morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

CUNHA, M. C. da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC/Cia das Letras, 1992.

FERNANDES, F. *Organização social dos Tupinambás*. São Paulo: Difel, 1963.

GOMES, M. P. *Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Estágio Supervisionado 1 – 100h

Ementa: Introduzir o aluno no ambiente de estudos e pesquisas em instituições arquivísticas e museológicas, constituindo um espaço de reflexão crítica sobre o patrimônio histórico-cultural e sua constituição a partir da pesquisa concreta em acervos. Quer-se nesta disciplina propiciar ao discente uma aproximação à realidade na qual irá atuar, permitindo ao mesmo tempo uma iniciação e uma reflexão sobre os procedimentos metodológicos e as técnicas básicas da pesquisa em História.

Bibliografia Básica:

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2007.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (col Passo a Passo, 82)

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3ed rev. e amp. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2006.

Bibliografia Complementar:

COMISSÃO do Patrimônio Cultural/ USP. **Guia de museus brasileiros**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2000 (Col. "Uspiana - Brasil 500 Anos").

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas, nº 51)

MOREIRA, Isabel M. Martins. **Iniciação à museologia: caderno de apoio**. Lisboa: Universidade Aberta, 1994.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 5 ed. Tradução de Nilza Teixeira Soares - Rio de Janeiro: ED. FGV, 2005.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas**. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.

Estágio Supervisionado 2 – 100h

Ementa: Quer-se nesta disciplina aprofundar os estudos dos alunos capacitando os mesmos para a realização dos estudos acadêmicos e uma reflexão sobre os procedimentos metodológicos e as técnicas básicas da pesquisa e trabalhos junto a fontes históricas.

Bibliografia Básica:

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas**. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Col. "Primeiros Passos", vol. 182).

ARQUIVO NACIONAL. Relatório de visita técnica – Arquivo Público de Alagoas. 2 versão atualizada. Elaborado por HOLLÓS, Adriana Cox, PERALTA, Lucia e SILVA, Maria Ignez Ramos. Maceió/Rio de Janeiro, fevereiro de 2003, (digitado).

Bibliografia Complementar:

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas**. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.

DUCHEIN, Michel. **O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos**. Tradução de Maria Amélia Gomes Leite – Arquivo e Administração, Rio de Janeiro, vol. 10-14, nº 1, abril/1982-agosto/1986, (pp. 14/33).

FENELON, Déa. “Pesquisa em História: perspectivas e abordagens”. In FAZENDA, Ivani Catarina. **Metodologia da pesquisa educacional**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1991.

ZANATTA, Elaine Marques. Contribuição à organização de fundos fechados em arquivos: a leitura que não se lê. Fonte: www.ael.unicamp.br, acesso em 20 de dezembro de 2005.

Seminário de Trabalho Acadêmico– 72h/a

Ementa: Orientação para as múltiplas metodologias que podem ser utilizadas pelo historiador para o desenvolvimento da pesquisa histórica nas diversas especialidades tais como história cultural; história social; imaginário social e representações; história do cotidiano; história econômica; história das ideias; história intelectual; etno-história; história quantitativa Mídia e História e sobre as múltiplas relações de poder percebidas em diferentes contextos sociais. Portanto, o objetivo da disciplina será a elaboração de um projeto de pesquisa, contendo seus itens necessários para um trabalho acadêmico.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro:Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. São Paulo: Difel,1990.

Bibliografia Complementar:

BOURTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. RJ: Ed. UFRJ / FGV, 1998.

BURKE, Peter. *A escrita da História*. SP: Ed. Unesp, 1995.

- D’ALESSIO, Márcia. *Reflexões sobre o saber histórico. Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Unesp, 1998
- DUBY, G., ARIÉS, LE GOFF, J., LADURIE, E. L. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, s/d.
- HUNT, Lyn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Libras– 72h/a

Ementa:

Os conceitos iniciais básicos sobre deficiência auditiva (surdez) e indivíduo surdo: identidade, cultura e educação. A forma e a estruturação da gramática em Libras e o conjunto do seu vocabulário. Aspectos psicológico, pessoal, familiar e social do indivíduo surdo. Cultura surda e identidade: direitos como minoria lingüística, comunidades, lei de Libras, entidades de apoio e ensino, associações, federação e processo de inclusão educacional e social. Educação de surdos no mundo e no Brasil: do oralismo à comunicação total e ao bilingüismo, leis referentes à educação de alunos surdos, o profissional tradutor e intérprete da Libras, adaptação curricular, ensino da Língua Portuguesa como segunda língua (L2) e produção textual.

Bibliografia Básica:

- BRITO, L.F. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- CAPOVILLA, F. et al. *Manual Ilustrado de sinais e sistema de comunicação em rede*. São Paulo: USP, 2000. Material não publicado.
- COUTINHO, D. *LIBRAS e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças*. João Pessoa: s.n., [200-]. V. I e II.

Bibliografia Complementar:

- STRNADOVÁ, VERA. *Como é ser Surdo*. São Paulo: União de Surdos Tcheca Babel, 1995.
- SOUZA DUARTE, A. M. *Comunicando com as Mãos*. Teófilo Otoni: Associação dos Surdos de Teófilo Otoni, 1999.
- SACKS, O. *Vendo Vozes: Uma Viagem ao Mundo dos Surdos*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- QUADROS, R.M. *Educação de Surdos: Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MÜLLER, R. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ACE 1 – Eventos - 72 h/a

Ementa: A ACE 1 se dará no 2º Período e contempla a modalidade Evento. Os discentes terão a possibilidade de participar da organização de eventos que fazem parte do calendário acadêmico do curso de Bacharelado em História. Esta atividade procura desenvolver condições para que os estudantes possam atuar de forma consciente, crítica e criativa no desenvolvimento do meio social como um todo, levando em consideração as dimensões culturais, sociais, ambientais, políticas e econômicas da realidade brasileira, oportunizadas em eventos.

Bibliografia Básica

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campinas, 2012.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

Disponível em: www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-sistematizacao.pdf; Acesso em 06 nov. 2017.

GUIA PRÁTICO SOBRE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS. Universidade Federal do ABC. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/aci/guia-pratico-para-organizacao-de-eventos.pdf>: Acesso em 10 de julho de 2019.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>; Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível

em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

ACE 2 – Projeto 1, parte 1 – 64 h/a

Ementa: A ACE 2 se dará no 6º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 1 – parte 1. A ACE 2 deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 3, Projeto 1, parte 2.

Bibliografia Básica

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia Silveira. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo_didática-Nacional-de-Extensão_universitária_-_e-book.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

ACE 3 – Projeto 1, parte 2 - 54 h/a

A ACE 3 se dará no 7º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 1 – parte 2, que será teórico-prática, resultando na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica

CHAGAS, Mário. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 19, n. 19, June 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>.

Acesso em: 26 nov. 2018.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo_didática-Nacional-de-Extensão_universitária_-_e-book.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em:

<http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas**. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.

ACE 4 – Projeto 2, parte 1 - 64 h/a

Ementa: A ACE 4 se dará no 8º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 2 – parte 1. A ACE 4 deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 5, Projeto 2, parte 2.

Bibliografia Básica

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2007.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: [https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo e didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo_e_didatica-Nacional-de-Extensao_universitaria_-_e-book.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O MUSEU NA SALA DE AULA: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Revista Tempo e Argumento**, PPGH – UFSC, Florianópolis, v. 4, n. 2, pp. 63 – 81, jul./dez. 2012. Link: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012063/2>
157

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

ACE 5 – Projeto 2, parte 2 – 72 h/a

Ementa: A ACE 5 se dará no 9º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 2 – parte 2, que contemplará atividades teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como Descrever Documentos de Arquivo**: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

COSTA, Carina Martins. “A escrita de Clio nos temp(l)os da Mnemósime: olhares sobre materiais pedagógicos produzidos em museus”. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 47, p. 217-240, jun. 2008.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva (orgs.). Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa. Maceió: EDUFAL, 2007.

3.1.2. Proposta da matriz curricular.

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em História preocupou-se com as atuais vigências historiográficas contemporâneas e as mudanças na historiografia brasileira, além das inserções legais vigentes. Consideramos que a organização de toda esta urdidura teórico-metodológica foi contemplada na organização curricular. As disciplinas de ‘conhecimento histórico das sociedades ocidentais’ estão denominadas de História antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea I e II, História da África I e II, e a História da América Latina I e II, seguindo a lógica estruturalista e a concepção do historiador em trabalhar as sociedades ocidentais e as mudanças da modernidade surgidas principalmente no século XIX até hoje. O conceito de pós-modernidade foi suprimido por não se inserir nas necessidades do conhecimento histórico. Os conceitos da ciência política e da ciência econômica foram pulverizados nas disciplinas do curso, assim como o seu trânsito específico nas ciências humanas.

Também, a história do Brasil foi contemplada de maneira a lidar com as necessidades e trabalhos da historiografia brasileira: a história do Brasil I e II - a América Portuguesa - oportuniza esta possibilidade, e as outras disciplinas da História do Brasil foram arrumadas na temporalidade permitida pela grade curricular, onde História do Brasil III e IV contemplam a história mais presente de nosso país.

Já as disciplinas do eixo formador do bacharel estão contempladas no eixo de técnicas de pesquisa, historiografia e estágio supervisionado, perfazendo a necessidade de formação do bacharel em História.

A disciplina de História indígena está contemplada segundo estas diretrizes, oferecendo a capacitação e as habilidades necessárias ao profissional que iremos formar. De forma especial ela garante a grande articulação com a história ambiental e patrimonial. Assim, optamos por trabalhar a questão ambiental de forma pulverizada no curso dando a oportunidade para todas as disciplinas trabalharem esta questão. O decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, responsável por instituir a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências, e também conforme a Resolução CNE/CP nº 02/2012, que define formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores, é incorporado no presente projeto pedagógico curricular do curso de História – Bacharelado, Isso quando aborda e aplica de forma direta as temáticas ambientais na inclusão de seus conteúdos curriculares em suas disciplinas obrigatórias e

eletivas. Uma das abordagens para a discussão da relação humana com o meio ambiente – hoje conhecida como “questão ambiental” – e para uma proposta de solução – o chamado *desenvolvimento sustentável*³ – é a análise do surgimento deste problema pelo viés das ciências sociais. Disciplinas como História, Antropologia, Sociologia, Geografia, Filosofia e Economia articulam-se nas explicações para um dos maiores problemas da atualidade. A partir da década de 1990 com a aparente globalização econômica, os desdobramentos da “questão ambiental” tornaram-se mais prementes. Hoje vários países no mundo procuram formas de diminuir o impacto ambiental da produção capitalista.

Tal problemática passou a ser, especialmente, objeto de estudo da História, tanto pelo viés da “história dos movimentos sociais”, como também pelo viés atual da “história ambiental”. Neles, as temáticas variam, desde as construções ideológicas da relação natureza/sociedade, passando pela exploração dos recursos naturais, a relação entre comunidades indígenas e a natureza, agricultura, ecologia, urbanização e o processo de degradação ambiental, etc. Ou seja, os historiadores lidam com novos problemas e procuram historicizá-los. A aplicação do método histórico proporciona uma análise mais consistente dos problemas ambientais e suas implicações socioeconômicas e culturais. O surgimento de uma compreensão humana sobre a Natureza foi um longo processo histórico que se deu a partir das tentativas de “controle dos seus fenômenos”, produziu as bases estruturais da sociedade humana, suas identidades e visões de mundo, por fim, sua *Cultura*.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de História (Bacharelado) da Universidade Federal de Alagoas entende que a formação do *pesquisador de História* necessita englobar, transversalmente, em suas disciplinas, este importante debate. O apontamento do tema nos conteúdos específicos deve privilegiar também o incentivo à construção de uma ética de cidadania que seja “transhumana”; isto é, que valorize a existência das várias espécies e da diversidade biológica do planeta. A crise social e ambiental afeta a todos. Vale lembrar que, em Alagoas, a existência de conflitos sociais históricos identificados na luta pelo acesso à terra e aos meios de produção, são intensificados ao se refletir sobre a manutenção do trabalho no corte da cana – produção de alto impacto ambiental –, urbanização desregulada

³“*Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades*”. Relatório Nosso Futuro Comum. Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987. Apesar do aporte teórico, as empresas passaram a utilizar o desenvolvimento sustentável perspectiva tecnicista; procurou-se alterar tecnologias na produção para diminuir o impacto ambiental e a poluição, mas mantendo a lógica do consumo com os “produtos verdes”.

e especulação imobiliária que atinge as áreas próximas aos rios e a extração tradicional do caranguejo e sururu; a falta de saneamento básico sobremaneira os bairros populares, aumentando a poluição dos rios e do mar etc. Da mesma forma a questão sobre Direitos Humanos está sendo discutida em todas as disciplinas do curso para uma melhor compreensão e discussão da questão.

As disciplinas de história da África e História Indígena serão os eixos principais da curricularização da extensão na grade do curso, como a Legislação proposta. Ver em anexo.

Também buscamos trabalhar de forma equânime as possibilidades que a *internet* acrescentou em termos de acesso à informação. Há uma clara mudança na forma clássica da escrita da história e da comunicação do discurso histórico, ao mesmo tempo que se inauguram perspectivas inéditas para esta forma de produção científica. Essa experiência contemporânea tem instigado os historiadores a ponto da própria forma de ler e escrever se tornar objeto de problematização. Obras como as de Roger Chartier, que se debruçam sobre a história da leitura e a revolução do texto eletrônico, nos dão análises fundamentais para a compreensão, não apenas das mudanças em curso, mas também das continuidades entre os diversos modos das práticas de ler, escrever e seus suportes.

As novas tecnologias digitais têm conquistado cada vez mais espaço dentro do ofício do historiador. Isso tem se dado a partir de quatro eixos principais: em termos de publicações das narrativas historiográficas e do acesso às bibliotecas digitais; dos bancos de dados documentais; das ferramentas de pesquisa; e por fim, do próprio suporte digital como documento histórico. A esse respeito ver o item já citado sobre o Laboratório de Informática do curso.

Quando nos voltamos para o pesquisador de história esse ganho fica ainda maior. Isto se dá, não só pelo acesso disponível a professores e alunos dos arquivos documentais e bibliotecas digitais, mas também pelas ferramentas pedagógicas disponíveis na Web que incentivam o desenvolvimento de um aprendizado construtivista, no qual o aluno pode se colocar como agente do conhecimento. Podemos dar o exemplo dos blogs e dos e-books, o trabalho de construção destes suportes de textos virtuais, proporcionam uma experiência que não se limita apenas a pesquisa e construção da narrativa, mas também interage com a realidade editorial, posto que a construção destas ferramentas devem seguir regras tanto relacionadas a linguagem, como a diagramação.

O curso de história da UFAL tem incentivado o uso das novas tecnologias nas pesquisas historiográficas de seus alunos, mantendo a Revista Crítica Histórica (*Qualis B5*)⁴ para publicações na área, além do trabalho desenvolvido pelo CPDHIs que tem disponibilizado em seu site documentação sobre a História do Estado de Alagoas.

As práticas profissionais foram oferecidas ao longo do curso como Fontes Históricas, com orientação do trabalho em fontes documentais de diversos tipos para o historiador. Buscamos orientar as atividades de práticas profissionais, segundo as possibilidades de competência técnica do curso, orientando os alunos para o auxílio nas monografias, orientação de leituras e outros, que possibilitem aos alunos aprimorarem as habilidades e competências propostas em nosso Projeto Pedagógico. Os estágios foram contemplados segundo as necessidades de carga horária e as horas de eventos também nortearam as possibilidades de discussão acadêmica. Assim, buscamos favorecer a discussão interdisciplinar e multidisciplinar que favoreçam o crescimento acadêmico e intelectual do corpo docente e discente do curso, favorecendo, também, o espaço de diálogo necessário ao conhecimento.

No amparo de atualizar o PPC do curso de Bacharelado em História procuramos equacionar as atividades de nivelamento das disciplinas com as provas de equivalência para melhor desempenho do curso e como orientação do DRCA.

Assim, refletindo a sua concepção, o Curso de Bacharelado em História busca formar um profissional versátil, com visão crítica e sistêmica, preparado para exercer atividades no campo da preservação documental e das atividades de pesquisador. Portanto, buscou-se estruturar o Curso articulando-se organicamente e interdisciplinarmente nas diversas áreas de conhecimento de ciência política, antropologia cultural, estudos sobre arte e religião, bem como estudos sobre a ambientais e outros.

3.1.3. Atividades complementares.

O Curso de Bacharelado em História prevê um total de 200 h/aula em atividades complementares, distribuídas entre os 8 semestres letivos. Estas atividades podem ser realizadas em forma de participação em seminários, congressos, encontros e cursos de

⁴ Endereço digital: <http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/index>

extensão, palestras, visitas a instituições de pesquisa e arquivos com apresentação de relatórios etc.

Poderão ainda ser consideradas como atividades acadêmicas complementares as aulas práticas realizadas fora do ambiente das salas de aula da Universidade, quer sejam uma complementação dos conteúdos ministrados ou, dependendo da natureza de cada disciplina, um conteúdo totalmente novo, ministrados em um ambiente propício para o aproveitamento pleno de tal evento, como por exemplo, Museus, Arquivos, Bibliotecas, Institutos de Pesquisa, Galerias de Arte etc., desde que exista um plano de trabalho a ser executado pelo professor e que seja exigida a frequência dos alunos em tal evento. As viagens de estudo a municípios ou cidades históricas, alagoanas ou de qualquer outra região do Brasil, também farão parte das Atividades Complementares, desde que comprovada a sua importância para a qualificação ou aperfeiçoamento dos conteúdos ministrados, e que esse trabalho seja coordenado por professores, de forma inter ou multidisciplinar, homologado pelo Colegiado ou pela Coordenação.

4. Atividades de Curricularização da Extensão.

O Curso de História Bacharelado conta com o Programa de extensão **“Entre a Universidade e a Comunidade: democratizando o conhecimento historiográfico”**. Este programa abrange a curricularização da extensão através das disciplinas ACEs, assim como os projetos e as ações do corpo docente. Estas atividades pretendem atuar no auxílio e na responsabilidade social da Universidade frente às demandas sociais, nas áreas temáticas de: Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação. A contribuição do curso está em promover uma ação especializada, articulada ao ensino de História, nas seguintes áreas prioritárias: ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica; promoção do desenvolvimento cultural em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes; e, ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência.

As ações de extensão do curso História Bacharelado, ligadas a este Programa, atendendo ao *Anexo B dos Parâmetros teórico-metodológicos para a curricularização e creditação da extensão da UFAL*, classificam-se nas seguintes linhas: Formação de professores; Metodologias e estratégias de ensino/aprendizado; Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial; Direitos Individuais e Coletivos; Grupos sociais vulneráveis.

Além disso, contamos com o apoio extensionista de diversos projetos do curso de História Bacharelado como apresentados em documentação sobressalente. O Programa de Extensão está proposto dentro curso, discriminado neste Projeto Pedagógico, com suas respectivas atividades, público alvo e carga horária, estando de acordo com a Resolução Consuni/Ufal 04/2018.

Conforme a Resolução, destacamos abaixo o artigo 2º, 3º e 4º:

Art. 2º - As ações de extensão passam a ser obrigatórias para o corpo discente dos Cursos de Graduação da UFAL, que deverá creditar o equivalente a 10% (dez por cento) da carga horária total do respectivo curso em Programa(s) de Extensão, através das suas respectivas atividades extensionistas definidas para o cumprimento dessa finalidade.

Art. 3º - Cada curso ofertará, no mínimo, um Programa de Extensão, com ações a ele ligadas e distribuídas ao longo do curso, em consonância com os demais componentes curriculares e com os objetivos da formação, considerando o perfil do egresso e os objetivos sociais da universidade pública.

Art. 4º - Por ATIVIDADE DE EXTENSÃO é entendido o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade.

Parágrafo único - São consideradas atividades de extensão, configuradas como componentes curriculares que podem ser creditadas no histórico do/a discente de graduação, projetos, cursos, eventos e produtos relacionados a Programa de Extensão com ementa e objetivos formativos definidos nos Projetos Pedagógicos de Cursos, denominadas, doravante, Atividades Curriculares de Extensão (ACE).

A extensão curricular está proposta pelos cursos de graduação de História Licenciatura e Bacharelado da Universidade, devendo ser pensada a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão, visando a integração entre Universidade e Sociedade, ressaltando o seu caráter interdisciplinar e o potencial interprofissional. Logo, as atividades de extensão são todas as ações de contribuição à sociedade, sob uma metodologia contextualizada com o público-alvo e buscando objetivos a curto prazo, condizentes com o sentido de responsabilidade social. Essas atividades propiciam a participação da sociedade extra-campus (em especial a pessoas carentes de acesso a bens científicos). O Curso de Graduação em História (Licenciatura ou Bacharelado) da Universidade Federal de Alagoas deve desenvolver ações extensionsistas que estimulem a formação acadêmica em História.

Além destas propostas, existem atividades dos cursos de Licenciatura e de Bacharelado em História diretamente ligadas à sua matriz curricular, através das disciplinas de natureza extensionista, as ACEs. Cada qual terá seu projeto individual de execução definido pelo professor da disciplina, seguindo as ementas de cada uma como consta na Matriz curricular.

Temos realizado nos cursos de graduação e pós-graduação, eventos de extensão, curso de formação continuada, interação com outras universidades e outros cursos, marcando o caráter interdisciplinar do curso, mas sem perder de vista a especificidade do campo científico da História. Sabendo que o Estado de Alagoas ainda possui baixos níveis de escolaridade e sérios problemas no sistema educacional, nossa ênfase tem sido de intensificar o diálogo com a educação básica, tanto com professores da rede pública e particular, quanto com alunos do ensino fundamental e médio.

O público-alvo das atividades de curricularização da extensão são os graduandos, pós-graduandos, egressos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins e demais interessados da sociedade em geral. Serão 5 ACE's distribuídas ao longo de 5 períodos, com a ACE 1 na modalidade Evento e as demais (ACE 2, 3, 4 e 5) na modalidade Projetos.

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados pelo professor, a partir dos objetivos e metodologias definidas em cada ACE. As avaliações serão realizadas a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes. As atividades de extensão (projetos, eventos, cursos etc.) serão discutidas e avaliadas entre os professores do curso que estarão envolvidos com as ACE's, semestralmente, em reuniões orientadas pelo NDE e apresentados em relatórios parciais e finais.

Seguem discriminadas abaixo as ações de extensão que vem sendo desenvolvidas nos últimos anos (eventos, cursos e projetos):

3º Fórum do Programa de Pós-Graduação em História da UFAL (março de 2018)

Este evento já é tradição no PPGH/UFAL como um espaço em que os discentes apresentam resultados parciais e finais de suas pesquisas, dando maior visibilidade às suas produções científicas e os impactos socioeconômicos e culturais provocados por seu caráter inovador. Além disso, é também uma forma de recepcionar os discentes ingressantes e

apresentá-los ao PPGH, suas produções, regras de funcionamento e estrutura, por meio de uma reunião com todos os discentes do Programa no início da programação do Fórum. Para a conferência de abertura, convidamos o Prof. Itamar Freitas de Oliveira, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que tem sido nossa parceira em vários eventos, permitindo a troca de experiências entre dois Programas ainda novos e em vias de consolidação. O título da sua conferência foi *Método histórico na historiografia alemã (1736-1913)*. Já para a conferência de encerramento, convidamos o Prof. Elias Ferreira Veras, professor de História da UFAL, recém concursado e recém credenciado no PPGH. O objetivo foi apresentá-lo à comunidade acadêmica e dar início aos debates científicos sobre gênero no Programa, área de pesquisa do professor citado, que ao entender a demanda, criou o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS). Intitulada *A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1990)*, a conferência atraiu um grande público, não apenas composto por alunos de história da Pós-graduação e da graduação, mas também discentes de outros cursos e pessoas da comunidade no entorno, interessadas no assunto.

1968 faz 50 anos: História, Memória e Silêncios (maio de 2018)

Em maio, o Programa de Pós-Graduação em História da UFAL promoveu um ciclo de debates sobre os 50 anos das manifestações estudantis que agitaram o ano de 1968 em várias partes do mundo. Para isso, convidamos o Prof. João Roberto Martins Filho, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisador especialista na temática e autor de livros que se tornaram referência para os estudiosos do período. Além de uma roda de debates com o professor convidado, os professores Michelle Macedo e Anderson Almeida, coordenadora e vice-coordenador do PPGH, realizaram uma entrevista com o convidado, que será posteriormente publicada na Revista Crítica Histórica, periódico acadêmico vinculado ao Programa e ao CPDHis. O professor João Roberto Martins Filho também teve um espaço reservado para o lançamento de seu livro *Segredos de Estado – o governo britânico e a tortura no Brasil*.

I Seminário de Ensino de História da UFAL (julho de 2018)

O evento ocorreu como parte da programação da SBPC Educação, que foi realizada em Maceió, nos espaços da UFAL. Além da intensa participação de alunos do curso de História (PPGH e graduação), tivemos uma grande presença de professores da rede básica de ensino de Alagoas, que se sentiram confortáveis em compartilhar suas experiências em sala de aula, bem como demonstraram interesse em estreitar os laços com as produções científicas da Pós-Graduação em História. Em 2019 teremos a 2ª edição do evento.

Encontro Nacional de História da UFAL

O evento já é tradição do curso, e está na sua 11ª edição. Além das conferências e mesas redondas, temos simpósios temáticos, com grande participação de professores da rede básica, minicursos e oficinas, grande parte ministrados por discentes do PPGH/UFAL.

Curso de Formação Continuada e Colaborativa intitulado *O Ensino de História e a formação da consciência histórica de professores e alunos* (dezembro de 2017 a dezembro de 2018)

Coordenado pela prof.^a Lídia Baumgarten, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado e com a Associação Nacional de História, seção Alagoas (ANPUH-AL), o curso teve resultados bastante positivos ao longo dos encontros mensais que foram marcados pela troca de experiências entre professores da educação superior com professores da rede básica. As oficinas abordaram as seguintes temáticas: Metodologias do Ensino de História; Brasil Republicano; História Antiga e Medieval; História de Alagoas; História do Brasil Colônia; Arqueologia; História da África; História do Brasil Império; História Indígena; História e Gênero.

Minicurso de extensão *Entre Revoluções e Reformas: Projetos Políticos no Brasil*

O minicurso foi oferecido para alunos do Ensino Médio da rede pública de Alagoas, participantes do Programa de Apoio aos Estudantes das Escolas Públicas do Estado (PAESPE). Além disso, a aproximação permitiu outras ações em outros momentos, como o aula preparatório para o ENEM ministrado pela professora Michelle Reis de Macedo.

Diálogo com a Associação Nacional de História, seção Alagoas (ANPUH-AL)

A aproximação do PPGH com a ANPUH-AL em 2018 foi feita especialmente por meio do ingresso das professoras permanentes Raquel Parmegiani e Michelle Reis de Macedo na gestão da associação. A intensão na nova gestão em 2018 foi tentar resgatar as atividades da ANPUH em Alagoas, que há algum tempo não se movimentava no estado. Ações importantes foram realizadas, como participação no Curso de Formação Continuada e Colaborativa citado acima, campanhas de filiação, sobretudo entre professores da rede básica e discentes do PPGH/UFAL. Apesar de não ter conseguido realizar o evento regional por falta de verba, a ANPUH-AL conseguiu promover uma campanha pedagógica de apresentação da associação, bem como a importância de sua existência enquanto representante da categoria de professores e pesquisadores de história.

Atividades culturais

Na programação dos nossos eventos, inserimos atrações culturais que também contribuem para a inserção social do curso. Temos convidado alunos e ex-alunos a se apresentarem nos eventos realizados pelo curso.

Diálogo com a Arquidiocese de Maceió e com o Arquivo Público de Alagoas

Os trabalhos de organização, higienização e catalogação de fontes históricas nestes dois arquivos têm aproximado alunos e professores dessas instituições, proporcionando não apenas pesquisas acadêmicas, mas também eventos importantes para o diálogo entre o PPGH/UFAL e a sociedade civil, como os seguintes exemplos: o I e o II Congresso de História (2015 e 2017), realizados no espaço do Seminário Arquidiocesano Nossa Senhora da Assunção, com grande participação da comunidade acadêmica e de seminaristas; e os encontros do projeto Chá de Memória, no Arquivo Público de Alagoas, reunindo intelectuais e leigos interessados em assuntos debatidos sobre a história de Alagoas.

Seguem abaixo o Programa de Extensão do CPDHis, os projetos e atividades de extensão do curso.

4.1. Programa de Extensão do Curso.

PROGRAMA DE EXTENSÃO: "Entre a Universidade e a Comunidade: democratizando o conhecimento historiográfico"

Ementa: Para atender às demandas sociais e educacionais na sua área de atuação, os cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) desenvolveram o Programa de extensão **"Entre a Universidade e a Comunidade: democratizando o conhecimento historiográfico"** com o objetivo de promover e apoiar projetos de extensão dos grupos de pesquisa, laboratórios e/ou pesquisadores e professores dos cursos que possibilitem a formação continuada de profissionais da área, estudantes, técnicos, líderes comunitários e agentes sociais. As ações se darão de modo contínuo na preservação e difusão do patrimônio histórico, cultural e imaterial, tendo como fim o seu acesso democrático; produção de materiais didáticos para o ensino de História; oficinas de formação cultural e política; divulgação de conhecimento histórico via exposições, eventos científicos e de popularização. O Programa de Extensão também agrega as Atividades de Curricularização da Extensão – ACE, dos cursos de Licenciatura e Bacharelado de História. Para isso, devem

também ser ofertadas em suas ações, entre outras demandas, a apreensão das teorias, métodos e técnicas que envolvam a proteção do patrimônio histórico, cultural e documental de Alagoas.

Justificativa:

A importância de um programa de extensão reside não só na possibilidade de desenvolver projetos e aglutinar especialistas da área em torno de grandes temas e problemáticas historiográficas, mas também em propiciar o repasse da prática de construção do conhecimento histórico, no relacionamento estabelecido entre professores e alunos no cotidiano da pesquisa e das atividades de mediação com a comunidade.

A ordenação e o processamento de documentação histórica voltada para a pesquisa e o ensino, devem vir acompanhados de uma reflexão crítica e historiográfica sobre o processo de construção e uso delas. Ou seja, a preocupação metodológica e epistemológica é fundamental para o sucesso das pesquisas tanto quanto os estudos e debates coletivos são necessários como estratégias de formação dos futuros pesquisadores e professores de História. Entende-se assim, que os diferentes grupos e laboratórios de pesquisa funcionam como formação complementar àquela obtida em sala de aula e no estudo individual. Assim, os cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) refletem uma articulação especializada entre as metodologias e as teorias em torno das fontes históricas, as diferentes pesquisas desenvolvidas no curso, nas atividades de extensão e na concentração dos resultados destas pesquisas com vistas à sua divulgação.

A apropriação destes conhecimentos pela comunidade torna-se elemento importante para a valorização das memórias e identidades sociais, e para a crítica das relações de poder que perpassam a sociedade. A democratização da documentação e do conhecimento histórico tem um papel importante nas lutas sociais ligadas às questões de raça, gênero e classe.

Fundamentação teórico-metodológica:

Na última década houve um avanço na busca por articulação de agentes em diferentes redes de atuação que englobam o governo federal, instituições privadas e públicas, universidades, arquivos, museus e memoriais, detentores de acervos históricos documentais e artísticos. Entre esses esforços destaca-se, a nível nacional a iniciativa da Rede Memorial, criada em Recife em 2011, durante a CTCM (Conferência sobre Tecnologia, Cultura e

Memória: estratégias para a preservação e acesso à informação). No que diz respeito à preservação e ao acesso, diz a Carta de Recife – documento produzido durante conferência – que “no atual contexto de desenvolvimento da sociedade da informação e de expansão da economia da cultura e da cultura digital no Brasil, é imperativo definir uma política pública para a digitalização de acervos memoriais (referentes ao patrimônio cultural, histórico e artístico brasileiro).” Nesse sentido, ainda segundo o documento, “uma tal política, de alcance nacional e que envolva os três níveis da Federação e as instituições privadas comprometidas com a guarda de acervos de valor cultural, será essencial para orientar as iniciativas de patrocinadores, agências financiadoras e fundos que tem oferecido recursos públicos e privados para a reprodução digital dos acervos e a sua publicação na rede mundial de computadores (internet).”

Para fins deste programa, entende-se que as articulações desenvolvidas a nível nacional, exemplificadas acima, encontram eco na atuação do GT Arquivos UFAL, iniciado em março de 2012, através da elaboração do *Protocolo de Intenções* que viabiliza a articulação entre a Universidade Federal de Alagoas e as instituições de guarda documental no Estado. Em sua Primeira Cláusula, afirma o Protocolo que: “Os signatários deste Instrumento se comprometem a envidar esforços objetivando promover a integração institucional na formulação e no desenvolvimento de programas e projetos de cooperação técnica, científica e acadêmica, voltados para o desenvolvimento de ações e políticas públicas de preservação, conservação, pesquisa, difusão e acesso público ao patrimônio histórico e documental público e privado de interesse público de Alagoas”. Na sequência, em sua Segunda Cláusula, tem-se que: “Os objetivos definidos no item anterior serão implementados mediante projetos específicos, cuja execução será levada a efeito nos termos de acordos ou convênios individuados a serem oportunamente pactuados pelas partes signatárias”.

Neste sentido, o programa "**Entre a Universidade e a Comunidade: democratizando o conhecimento historiográfico**" foi elaborado tendo em vista por um lado, a evolução dos debates nacionais a respeito da digitalização e difusão dos acervos culturais históricos, e as necessidades locais já há muito identificadas pelas universidades e instituições de memória de Alagoas, que se propõe a aplicar na prática as intenções estabelecidas e debatidas nos últimos anos. Salienta-se, por outro lado, que ao trabalhar com os diferentes acervos no estado, ao promover a ampliação da rede de profissionais que atuam

neste campo, está-se cumprindo as diretrizes científicas de formação universitária nos três eixos, pesquisa, ensino e extensão.

Partindo destes princípios, o programa tem o intuito de abranger ações que façam parcerias com outros cursos do ICHCA e unidades acadêmicas. As áreas temáticas de Cultura, Direitos Humanos e Justiça e Educação nos possibilitará futuros diálogos com cursos como: Biblioteconomia (ICHCA); Serviço Social (FSSO); Pedagogia (CEDU); Direito (FDA); Letras (FALE); Ciências Sociais (ICS); Arquitetura (FAU). A exemplo da parceria já estabelecida entre os cursos de História e o Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore.

Metodologia:

Cada projeto proposto relaciona-se às diretrizes de extensão do ICHCA e da UFAL, parte indissociável da formação discente, podendo ser desenvolvido inclusive nas ACEs – Atividades de Curricularização da Extensão – dos cursos de História Bacharelado e Licenciatura. Para melhor atender à relação ensino-pesquisa-extensão, os projetos e ações deverão se enquadrar em uma das linhas e/ou atividades de extensão dos cursos, quais sejam:

- **Formação de professores:** formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
- **Metodologias e estratégias de ensino/aprendizado:** Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
- **Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial:** Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais, móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos

movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.

- **Direitos Individuais e Coletivos:** Apoio à organizações a ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária; individual e coletiva instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
- **Grupos sociais vulneráveis:** Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
- **Projetos de extensão:** são todos os projetos desenvolvidos pelos professores/pesquisadores do curso de licenciatura e bacharelado e da pós-graduação.
- **Projetos desenvolvidos nas ACE's – Atividades de Curricularização da Extensão:** são todos os projetos e atividades de extensão desenvolvidas nas ACE's dos cursos de História Bacharelado e Licenciatura.

A metodologia utilizada será a dialógica-participativa, aplicando as seguintes diretrizes:

(1) *Plano de trabalho* que preveja atividades teóricas e práticas a respeito da preservação e organização de fontes documentais. No caso de atuação *in loco* nos acervos ou com fundos existentes no CPDHis (Centro de Pesquisa e Documentação Histórica), tais fontes, previamente higienizadas, passarão por uma avaliação de suas condições de conservação e do impacto do processo de digitalização (escâner ou fotografia) em sua estrutura, quando for o caso.

(2) Depois desta etapa, serão listadas de acordo com os protocolos estabelecidos pelo CPDHis utilizados nas disciplinas de Estágio Supervisionado em Arquivos I e II (Bacharelado), através da *Ficha de Levantamento Prévio para Confecção de Guia Geral*, com apoio de bibliografia especializada. Neste estão presentes as informações que auxiliarão na constituição dos metadados utilizados em catálogos, guias e inventários: localização, proveniência, organização, espécie, datas-limite, quantidade, conservação, descrição e observações. Outros elementos poderão ser incluídos após avaliação pelas equipes dos projetos.

(3) Divulgação ampla, democrática e gratuita dos resultados dos projetos via publicação dos catálogos, guias e/ou inventários resultantes em *e-books*, artigos científicos publicados em revistas acadêmicas, repositório da UFAL, páginas e redes sociais do na internet dos arquivos, museus e memórias, publicações impressas etc.⁵

Objetivos Gerais:

Promover e apoiar as ACE's e os projetos de extensão dos grupos de pesquisa, laboratórios e/ou pesquisadores e professores do curso que possibilitem a formação continuada de professores, estudantes, técnicos, líderes comunitários, agentes sociais e outros envolvidos na salvaguarda, identificação, construção de instrumentos de pesquisa (inventários, catálogos, guias etc), digitalização de fundos e acervos de fontes históricas, com fins ao seu acesso democrático. Para isso, devem também ser ofertadas em suas ações a apreensão das teorias, métodos e técnicas que envolvam a proteção do patrimônio histórico, cultural e documental de Alagoas.

Resultados Esperados:

Na população atendida: Espera-se ampliar sobremaneira o acesso à documentação histórica de Alagoas contida nos diferentes acervos do estado, assim como ao conhecimento histórico produzido a partir desta documentação. Os estudantes, professores e demais consulentes e dirigentes dos acervos ganharão na qualidade do acesso, na preservação da documentação e na ampliação dos conhecimentos científicos em história e disciplinas auxiliares.

Na formação discente: Espera-se que os estudantes possam associar os conhecimentos teóricos e práticos durante a execução dos projetos, ao se aplicar as técnicas apreendidas nos projetos e nas ACE's. Desenvolvam pensamento crítico a respeito dos conteúdos trabalhados e vistos na documentação histórica. Também que sejam estimulados ao desenvolvimento de pesquisas e a utilização do método científico aplicado à história e demais disciplinas auxiliares; que se percebam como produtores e gestores de conhecimento a ser transmitido. Por fim, quer-se que a experiência contribua para a formação profissional dos estudantes e o aumento de suas habilidades, para que possam ser também difusores do conhecimento apreendido.

Para a Universidade: Espera-se desenvolver novas técnicas e tecnologias a serem utilizadas pela universidade para o ensino, pesquisa e extensão. A criação produtos (guias,

⁵ Uma política editorial foi elaborada, em conjunto com a Edufal (Editora da Universidade Federal de Alagoas) para a publicação e divulgação gratuita dos *e-books*.

inventários e/ou catálogos) possibilitam o planejamento de novas ações interinstitucionais que são essenciais para a salvaguarda da documentação histórica de Alagoas. O apoio deste programa pela UFAL estabelecerá parâmetros para uma atuação profissional de seus professores e estudantes, tendo em vista a sociedade da informação e as redes de memória que estão sendo criadas no Brasil e em outros países. Esse programa também cobrirá os compromissos assumidos pela Universidade junto aos acervos que se disponibilizaram a assinar o Protocolo de Intenções e os acordos técnico-científicos nos últimos anos.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento: A partir desses resultados espera-se alcançar os seguintes indicadores, somando todas as ações de extensão: em média, 100 pessoas por ano incluindo alunos matriculados nas ACEs, professores de História, agentes sociais e público em geral. Os instrumentos de avaliação e acompanhamento serão relatórios parciais e finais, além dos produtos resultantes como material didático-pedagógico, *e-books*, artigos de divulgação e científicos, exposições, eventos, catálogos etc.

Referências:

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2007.

CHAGAS, Mário. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 19, n. 19, june 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campinas, 2012.

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em:

<http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

DUARTE, Zeny (trad.). **Preservação de Documentos. Métodos e práticas de salvaguarda**. The British Library National Preservation Office. Salvador: Edufba, 2009.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: [https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf>](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo_didática-Nacional-de-Extensão_universitária_-_e-book.pdf>). Acesso em 06 nov. 2017. **GUIA PRÁTICO SOBRE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS**. Universidade Federal do ABC. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/aci/guia-pratico-para-organizacao-de-eventos.pdf>: Acesso em 10 de julho de 2019.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como Descrever Documentos de Arquivo**: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O MUSEU NA SALA DE AULA: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Revista Tempo e Argumento**, PPGH – UFSC, Florianópolis, v. 4, n. 2, pp. 63 – 81, jul./dez. 2012. Link: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012063/2157>

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia Silveira. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas**. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.

LEGISLAÇÃO

LEI Nº 2.428, de 30 de dezembro de 1961. (Dispõe sobre a criação do Arquivo Público de Alagoas)

LEI Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. (Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências)

LEI Nº 6236, de 6 de junho de 2001. (Institui o sistema de Arquivos do Estado de Alagoas)

Acervos e espaços museológicos em Alagoas

Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió – ACMM

Arquivo Público de Alagoas – APA

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL

Memorial Pontes de Miranda – TRT

Museu de Arte Sacra – Marechal Deodoro

Museu de História Natural – UFAL

Museu Théo Brandão – UFAL

Museu da Imagem e do Som – MISA

4.2. Atividades e Projetos de Extensão do Curso.

ACE – ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO

ACE 1 - Eventos (72 Horas)

Ementa

Ementa: A ACE 1 se dará no 2º Período e contempla a modalidade Evento. Os discentes terão a possibilidade de participar da organização de eventos que fazem parte do calendário acadêmico do curso de Bacharelado de História. Estas atividades procuram desenvolver condições para que os estudantes possam atuar de forma consciente, crítica e criativa no desenvolvimento do meio social como um todo, levando em consideração as dimensões culturais, sociais, ambientais, políticas e econômicas da realidade brasileira, oportunizadas em eventos.

Distribuição de Carga Horária

Teórica: 30 horas

Prática: 42 horas

Público-Alvo

Graduandos, pós-graduandos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins e demais interessados da sociedade em geral.

Objetivos

- Incentivar o intercâmbio acadêmico de pesquisadores, professores e alunos de diversas instituições, dentro e fora do estado de Alagoas, por meio da troca de experiências e do diálogo acadêmico em torno dos eixos que são temas dos eventos organizados pelo curso de História/ICHCA;
- Debater e refletir sobre os temas dos eventos, suas implicações, desafios e possibilidades de encaminhamentos;
- Propiciar aos discentes participar da organização dos eventos e, com isso, contribuir para que eles possam atuar de forma consciente, crítica e criativa no desenvolvimento do meio social como um todo;
- Elaborar atividades temáticas ligadas aos eventos do curso de História.
- Corroborar para a formação complementar dos discentes.

Metodologia

Consiste em aulas participativas, voltadas para prática extensionista, com atividades que deem origem a produtos acadêmicos, mais acessíveis e compreensíveis pelo público em geral. Os discentes terão a oportunidade de participar da organização de eventos que fazem parte do calendário acadêmico e científico do curso de História. Dessa forma, os discentes irão participar de todas as atividades de preparação, execução e pós-evento. Além da formação complementar, os discentes também serão motivados a desenvolver trabalho em equipe, reforçando o senso de criticidade, criatividade, responsabilidade social, produção e exposição de resultados de pesquisa, atividades que são inerentes a própria carreira do profissional em História. Atividades a serem desenvolvidas: Organização de Exposições, catálogos, portfólios, materiais didáticos e atividades de monitoria, divulgação e organização de eventos (minicursos, oficinas, intervenções didáticas/artísticas), entre outras.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados serão realizados pelo professor, a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campinas, 2012.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

Disponível em: www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-sistematizacao.pdf> Acesso em 06 nov. 2017.

GUIA PRÁTICO SOBRE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS. Universidade Federal do ABC. Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/images/aci/guia-pratico-para-organizacao-de-eventos.pdf>:

Acesso em 10 de julho de 2019.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível

em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

ACE 2 – Projeto 1, parte 1 (54 Horas)

Ementa

A ACE 2 se dará no 5º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 1 – parte 1. A ACE 2 deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 3, Projeto 1, parte 2.

Distribuição de Carga Horária

Teórica: 20 Horas

Prática: 34 Horas

Público-Alvo:

Graduandos, pós-graduandos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins, técnicos e demais interessados da sociedade em geral.

Objetivos

- Proporcionar aos discentes a elaboração e participação de projetos e atividades extensionistas que reforcem o papel social de cada um na sociedade alagoana e brasileira;
- Introduzir as principais técnicas de conservação e tratamento documental;
- Exercitar a prática de conservação em fundos documentais específicos.
- Exercitar a análise histórica na documentação;
- Atuar junto aos acervos levando o conhecimento histórico ao acervo atendido;
- Promover a atualização e formação continuada de professores da rede regular de ensino e dos graduandos e pós-graduandos em processo de formação;
- Propiciar aos discentes e professores da rede regular de ensino o contato com diferentes metodologias/linguagens e atualização de bibliografia e debates referentes a prática docente.

Metodologia

A ACE 2, com o Projeto 1, parte 1, será desenvolvida no 5º Período e deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 3, Projeto 1, parte 2. As atividades da ACE 2, Projeto 1, parte 1, serão teórico-metodológicas e as atividades da ACE 3, Projeto 1, parte 2, serão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes. As atividades a serem desenvolvidas nesse projeto são: Democratização das Fontes Históricas, Alagoas Histórica Digital, parte 1 e 2. Formação de Professores, Ensino de História e suas Metodologias e Linguagens. Projetos de Extensão que os professores já desenvolvem também serão ofertados aos discentes como atividade extensionista.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados serão realizados pelo professor, a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia Silveira. História & documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo didática-Nacional-de-Extensão_universitária_-_e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo_didática-Nacional-de-Extensão_universitária_-_e-book.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

ACE 3 – Projeto 1, parte 2 (54 Horas)

Ementa

A ACE 3 se dará no 6º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 1 – parte 2, que será teórico-prática, resultando na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes.

Distribuição de Carga Horária

Teórica: 20 Horas

Prática: 34 Horas

Público-Alvo

Graduandos, pós-graduandos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins, técnicos e demais interessados da sociedade em geral.

Objetivos

- Proporcionar aos discentes a elaboração e participação de projetos e atividades extensionistas que reforcem o papel social de cada um na sociedade alagoana e brasileira;
- Propiciar aos discentes a construção e elaboração de material de pesquisa e didático-pedagógico, resultantes das atividades desenvolvidas na ACE 2, Projeto 1, parte 1.

Metodologia

A ACE 3, com o Projeto 1, parte 2, será desenvolvida no 6º Período e será teórico-prática, resultando na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes. As atividades a serem desenvolvidas nesse projeto são: Democratização das Fontes Históricas, Alagoas Histórica Digital, parte 1 e 2. Formação de Professores, Ensino

de História e suas Metodologias e Linguagens. Projetos de Extensão que os professores já desenvolvem também serão ofertados aos discentes como atividade extensionista.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados pelo professor, a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica

CHAGAS, Mário. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 19, n. 19, June 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>.

Acesso em: 26 nov. 2018.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo%20didática-Nacional-de-Extensão%20universitária%20-%20e-book.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas**. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.

ACE 4 – Projeto 2, parte 1 (64 Horas)

Ementa

A ACE 4 se dará no 7º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 2 – parte 1. A ACE 4 deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 5, Projeto 2, parte 2.

Distribuição de Carga Horária

Teórica: 24 Horas

Prática: 40 Horas

Público-Alvo

Graduandos, pós-graduandos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins, técnicos e demais interessados da sociedade em geral.

Objetivos

- Proporcionar aos discentes a elaboração e participação de projetos e atividades extensionistas que reforcem o papel social de cada um na sociedade alagoana e brasileira;
- Proporcionar aos discentes trabalhar com a memória dos sujeitos que construíram relações sociais e de poder ao longo da História de Alagoas;
- Auxiliar no processo de “dar voz aos (às) silenciados (as)”, sujeitos (as) que ficaram à margem da História de Alagoas por meio da memória;
- Propiciar discussões e debates acerca das questões de Gênero, Raça/Etnicidade e Diversidade, tão necessários nos dias atuais, procurando motivar os discentes ao diálogo e respeito à diversidade em todos os setores da sociedade;
- Colaborar para que o discente entre em contato com diferentes metodologias e linguagens do ensino de História, tais como, História e Cinema, História e Literatura, História e Música.

Metodologia

A ACE 4, com O Projeto 2, parte 1, será desenvolvida no 7º Período e deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 5, Projeto 2, parte 2. As atividades da ACE 4, Projeto 2, parte 1, serão teórico-metodológicas e as atividades da ACE 5, Projeto 2, parte 2, serão teórico-práticas, que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes. As atividades a serem desenvolvidas na ACE 4 são: Questões de Gênero, Raça/Etnicidade e Diversidade, Patrimônio Cultural e Memória, História e Cinema, História e Literatura, História e Música. Projetos de Extensão que os professores já desenvolvem também serão ofertados aos discentes como atividade extensionista.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados serão realizados pelo professor, a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2007.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo e didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo_e_didática-Nacional-de-Extensão_universitária_-_e-book.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O MUSEU NA SALA DE AULA: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Revista Tempo e Argumento**, PPGH – UFSC, Florianópolis, v. 4, n. 2, pp. 63 – 81, jul./dez. 2012. Link: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012063/2157>

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

ACE 5 – Projeto 2, parte 2 (72 Horas)

Ementa

A ACE 5 se dará no 8º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 2 – parte 2, que contemplará atividades teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes.

Distribuição de Carga Horária

Teórica: 32 Horas

Prática: 40 Horas

Público-Alvo

Graduandos, pós-graduandos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins, técnicos e demais interessados da sociedade em geral.

Objetivos

- Proporcionar aos discentes a elaboração e participação de projetos e atividades extensionistas que reforcem o papel social de cada um na sociedade alagoana e brasileira;

- Propiciar aos discentes a construção e elaboração de material de pesquisa e didático-pedagógico, resultantes das atividades desenvolvidas na ACE 4, Projeto 2, parte 1.

Metodologia

A ACE 5, com O Projeto 2, parte 2, será desenvolvida no 8º Período e contemplará atividades teórico-práticas, que resultarão na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes. As atividades a serem desenvolvidas na ACE 5 são: Questões de Gênero, Raça/Etnicidade e Diversidade, Patrimônio Cultural e Memória, História e Cinema, História e Literatura, História e Música. Projetos de Extensão que os professores já desenvolvem também serão ofertados aos discentes como atividade extensionista.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados serão realizados pelo professor, a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica

ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa Histórica: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como Descrever Documentos de Arquivo: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

COSTA, Carina Martins. “A escrita de Clio nos temp(l)os da Mnemósime: olhares sobre materiais pedagógicos produzidos em museus”. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 47, p. 217-240, jun. 2008.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva (orgs.). Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa. Maceió: EDUFAL, 2007.

4. Metodologia do Curso.

A proposta teórico-metodológica do curso de Bacharelado em História na modalidade presencial da UFAL insere-se, primeiramente, na atual tendência historiográfica Inglesa e francesa, identificadas respectivamente como a Escola Social Inglesa e a Escola dos Annales. Ambas oferecerem um conjunto de expectativas conceituais abrangentes e pressupostos metodológicos necessários à investigação documental, além de serem as Escolas preferenciais nos departamentos de História das academias brasileiras. Nossa preocupação está orientada pela necessidade atual em oportunizar o acesso à pesquisa e suas as interpretações, bem como ampliar os objetos de estudos para a historiografia brasileira. Assim, a afirmação mais contundente seria dizer que buscamos criar um curso empenhado em discussões acadêmicas e, oportuno às propostas de elaboração reflexiva e de pesquisa. O que seria o mesmo que afirmarmos nossa oposição ao relativismo conceitual e cultural. A partir disso temos constatado que as expectativas quanto à produção acadêmica devem reiterar também os paradigmas conceituais historiográficos.

A Escola dos Annales, a partir de uma nova proposta metodológica cultural, ampliou as práticas do conhecimento historiográfico e do saber histórico, usufruindo de renovações constantes em seus conceitos e em seus objetos de pesquisa. Uma das maiores revoluções foi sentida pela noção de documento histórico atualmente. A ampliação dos conceitos das fontes documentais e do documento histórico possibilitou uma ampliação nas capacidades intelectuais e investigativas do conhecimento histórico. Com isto, a possibilidade de pesquisa para o historiador ampliou-se e revalorizou-se na academia, contribuindo para o reconhecimento da profissão e do interesse de muitos para a história mundial e de seu próprio país. Disto, a história perdeu seu ensino cansativo de um viés apenas de estudos pautado pela história tradicional política. A revolução documental dos Annales possibilitou novas incursões pela história desconhecida até então, expandindo o interesse por novos

documentos históricos. Mas, o importante é sabermos que toda esta mudança nos obriga a responsabilidade com os acervos documentais, bem como as possibilidades de interpretação destas fontes. Fornecer as bases sólidas dos argumentos teóricos e metodológicos é, de fato, algo que orientou toda a estrutura curricular do presente Projeto Pedagógico do curso de história bacharelado.

A experiência das novas oportunidades para os historiadores, aberta pela revolução documental trouxe, também, o surgimento de algumas linhas específicas de trabalho e pesquisa com novos objetos para a cultura historiográfica. Dentre estes, a memória, o patrimônio cultural e documental tem se revelado como uma linha específica de trabalho historiográfico, assim como a descoberta da história de gênero, revelando as mulheres na sociedade, a necessidade de pesquisa sobre o meio ambiente como espaço de identidade e reciprocidade cultural, as representações e os imaginários como análises macro e estruturais, que compreendem as permanências e as tradições. E, nas incursões das necessidades atuais, também, a noção dos Direitos Humanos, da diversidade cultural e dos diálogos sobre questões étnico-Raciais, das incursões sobre a violência de gênero e de demandas necessárias aos debates atuais inseridos na Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (CNE/CEB 4/2010), que estão contemplados no Projeto Pedagógico do curso de História Bacharelado.

Assim, o presente Projeto Pedagógico do curso de História do Bacharelado da UFAL vem ao encontro de tais necessidades, assumindo seu compromisso com a Educação Superior não apenas com as propostas de mudanças historiográficas, mas de um empenho nacional quanto às demandas das Leis de Diretrizes da Educação Brasileira. Demandas que orientaram a construção das linhas mestras deste projeto, tendo o cuidado em não cair na tentação das oportunidades e expectativas das incoerências dos modismos acadêmicos. Ressaltamos, ainda, que as expectativas de mudança e de renovação do conhecimento historiográfico não devem oportunizar a banalização do conhecimento e, portanto, reivindicar prioridades fúteis. Nossa estrutura curricular, bem como nossa concepção de curso privilegia, desde suas primeiras disciplinas do primeiro período, o envolvimento com os conceitos, a produção historiografia recente e a prática profissional com leituras documentais. Também, contemplamos ao longo do curso a necessidade do aprendizado e conhecimento da história da África e da História Indígena, e dos debates teórico-metodológicos.

E a nossa autenticidade, além de ser um espaço para os Bacharelados na própria UFAL, é o de oferecer à sociedade alagoana uma proposta de Curso de Bacharelado em História arregimentado nas demandas educacionais atuais e na preocupação com a investigação histórica contemporânea, contemplados na grade curricular.

Neste sentido, nossa opção metodológica, frente às necessidades curriculares, foi de criar os **‘espaços de conhecimento interdisciplinar articulados’ (ECIA)** entre as grandes áreas de conhecimento curricular, propondo atividades interdisciplinares como fóruns, debates, eventos, seminários, projetos de pesquisa em comum, e etc. sugerindo um maior desempenho acadêmico para o curso com ganho tanto para os docentes, quanto para os discentes. As **atividades dos ‘espaços de conhecimento interdisciplinar articulada’** nas grandes áreas de conhecimento da grade curricular irá possibilitar uma maior dimensão das propostas tanto historiográficas, como das Diretrizes nacionais para que as atividades do curso possam contemplar as expectativas.

Os ECIAs serão coordenados pelos professores das áreas, unindo as expectativas de trabalhos das disciplinas das áreas com outras diferentes áreas de conhecimento, e que também envolvam as atividades do programa de Pós-graduação. A proposta é que as disciplinas sejam contempladas em atividades interdisciplinares nas demandas atuais das Diretrizes Nacionais de Educação e das repercussões historiográficas atuais. Estas atividades podem tomar uma proporção de debates simples variando para grandes seminários que envolvam o curso e o PPGH. Assim, o empenho das atividades ficará com a orientação dos coordenadores de área para a articulação de temas, dias e atividades das áreas. Entretanto, a ideia é que as áreas ECIA articulem mesas redondas, fóruns e discussões interdisciplinares, bem como projetos articulados de pesquisa e extensão dentro do Curso de Bacharelado em História.

Espaços articulados:

Atividades interdisciplinares articuladas:

- ECIA 1: área de Pesquisa, Teoria e

Método:

Seminários, pesquisas, projetos,
eventos, etc.

- ECIA2: área de Antiga e Medieval:

“

- ECIA 3: área de História contemporânea:

“

- ECIA 4: área de História do Brasil e História Regional: “

- ECIA 5: área de América Latina: “

- ECIA 6: área de África e Indígena: “

Nesta perspectiva, as disciplinas foram cuidadosamente articuladas ao sucesso e desempenho do aluno no conhecimento histórico e nas necessidades que ele terá no seu percurso acadêmico, incluindo a pós-graduação. Também, algumas outras necessidades foram colocadas. Aquelas que dizem respeito à própria estrutura interpretativa da historiografia contemporânea e, claro, também a historiografia brasileira que, sentimos a urgência em capacitar os profissionais às mudanças teórico-metodológicas atuais. Neste sentido, o nosso compromisso com a estrutura teórica do curso de Bacharelado em História tem por preocupação a formação não apenas de profissionais considerados qualificados para sua área específica de Bacharelado, mas que serão orientados às atividades técnicas de pesquisa e de cuidado com o acervo documental, cujas oportunidades serão captadas e orientadas para os Estágios Supervisionados e os Grupos e Pesquisa com o intuito de desenvolver as suas habilidades na formação do historiador.

Abrimos as oportunidades para a competência profissional dos graduandos, inserindo-os nas atividades de monografia, contemplada pela disciplina do TCC e do seminário de Pesquisa, na metodologia de pesquisa com vistas a introduzir o discente nas demandas da pós-graduação *'stricto sensu'* e das atividades do bacharel em História. As capacidades para as habilidades e competências serão desenvolvidas ao longo do curso inseridas nas atividades dos Grupos de Pesquisa e das disciplinas de Estágios do curso de História, oportunizando aos alunos o espaço de interação social acadêmica, e de identidade profissional de que necessitam os graduandos. Neste sentido, o graduando será formado no conhecimento historiográfico e das linhas mestras que orientam o perfil do curso. Pois,

toda a pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se

instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhe serão propostas se organizam. (DE CERTEAU, 2002, p. 67)

Concluímos, pois, que as mudanças na interpretação da história da cultura e da sociedade, bem como as formas de se construir o conhecimento histórico estão consoantes ao presente Projeto Pedagógico do curso de História do Bacharelado.

Na recusa, ainda, de um enfoque mais tradicional, ampliou-se as possibilidades de outras categorias de análises surgirem no escopo das estruturas curriculares como disciplinas e ou ofertas de optativas e, até mesmo, ampliando os objetos de pesquisa para o historiador. É o caso das categorias de etnias, gênero, política da negociação, história ambiental, e outros que fazem referência necessária ao contexto atual da cultura política. Numa dimensão afirmativa, tendemos a ver que a defender a necessidade de tais mudanças e, principalmente, que estas análises historiográficas não ‘coisifiquem’ o potencial do historiador. A nova dimensão deverá ser tratada como proposta teórica, e como tal deverá ser entendida como novo parâmetro conceitual de análise para a história política no Brasil. Assim, o conceito de culturas políticas permite explicações, variações de objetos e interpretações sobre

o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. Ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço, compreendendo as orientações dos atores, segundo seus códigos culturais. (...) O conceito de política foi, portanto, ampliado, constituindo-se em instância autônoma estratégica para a compreensão da realidade social, até porque a ideia é a de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais. (GOMES, 2005, p. 30-31)

A que se notar que o trabalho com tais metodologias e urdiduras teóricas, ou seja, o trabalho da historiografia brasileira atual aderindo a história social revisitada e ao conceito de culturas políticas, que se revela sempre no plural, necessariamente nos remete a questão da interdisciplinaridade como fator de importância capital para o desenvolvimento da proposta atual do conhecimento historiográfico.

A reflexão historiográfica exige, assim, empenho das disciplinas conceituais e de outras, necessitando da dinâmica interdisciplinar, definindo a abordagem das propostas atuais presente neste currículo. O nosso empenho é uma tentativa original para um Projeto Pedagógico em História Bacharelado que se empenha nas proporções de discussões atuais

tanto historiográficas, quanto das Diretrizes Nacional de Educação Brasileira para o estado de Alagoas.

Nesse sentido, a instituição assume assim seu papel de mediadora e busca articular tais trocas, pois reconhece o educando como o agente principal de sua própria aprendizagem, sendo capaz de construir satisfatoriamente seu conhecimento quando participa ativamente do processo. Sendo assim são empregadas nas práticas em sala de aula as seguintes metodologias:

- Seminários: metodologia utilizada como uma forma de avaliação, preparando o aluno para a prática expositiva, contribuindo para o processo de sistematização de ideias, clareza ao discorrer sobre os assuntos em pauta, auxiliando na comunicação e expressão da oralidade.
- Palestras: metodologia utilizada após o professor aprofundar determinado assunto, tendo o palestrante a finalidade de contribuir para a integração dos aspectos teóricos com o mundo do trabalho.

4.1. Das atividades:

- Ciclo de Palestras: metodologia utilizada na busca de integração de turmas e avanço do conhecimento, trazendo assuntos novos e enriquecedores, além de proporcionar aos alunos a prática cerimonial e organização de eventos, já que a proposta desses ciclos inclui a efetiva participação dos alunos sob a supervisão do professor da disciplina competente.
- Dinâmicas de Grupo: metodologia que visa o preparo dos alunos para a vivência profissional, com a estimulação do desenvolvimento da contextualização crítica, tomada de decisões e liderança. Tem como proposta estimular a criatividade, iniciativas, trabalho em equipe.
- Práticas em Laboratórios: o curso utilizará laboratórios aplicados ao desenvolvimento das competências e habilidades práticas de suas disciplinas. Esses laboratórios possibilitam metodologias diferenciadas de pesquisa, proporcionando ao aluno um contato com equipamentos utilizados em sua área de trabalho. No caso o curso conta com um scanner planetário de alta resolução utilizado para a digitalização e formatação de diferentes tipos de fontes. Dessa forma o aluno ao se formar poderá aplicar em sua vida profissional conhecimentos úteis adquiridos na vivência em aulas nos laboratórios.

- Visitas Técnicas: realização de vistas a instituições de salvaguarda, preservação, restauração e divulgação de diferentes acervos documentais. Prática que visa integrar teoria e prática, além de contribuir para o estreitamento das relações entre instituições de pesquisa e acervo.
- Estudos de casos: atividades de aplicação de conteúdos teóricos a partir de situações práticas, visando o desenvolvimento de habilidades técnicas, utilização de quadros teóricos e conceituais adequados, além da possibilidade de promover uma avaliação sobre os resultados obtidos.
- Projetos Culturais: projetos desenvolvidos pelos alunos, em prol da sociedade regional, a serem desenvolvidos durante o curso. Atividade que tem como proposta reunir dados e conclusões obtidas em pesquisas contribuindo dessa forma para a construção e reforço de identidades, memórias e conhecimento e difusão da História.
- Aulas expositivas: método tradicional de exposição de conteúdos, porém com a utilização de recursos tecnológicos que sejam úteis nos processos de ensino e aprendizagem, tais como data-show, vídeos e internet.

As metodologias descritas possibilitam os estudantes articularem sua formação com o exercício do ofício do bacharel em História, observando e conhecendo diferentes possibilidades de pesquisa, transpondo barreiras da universidade, produzindo conhecimento de forma autônoma e crítica, construindo novos saberes e reinterpretando espaços a partir do conhecimento construído.

4.2. Núcleo Docente Estruturante– NDE

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010 a UFAL instituiu, através da Resolução 52/2012 no âmbito de seus cursos de graduação os Núcleos Docentes Estruturantes – NDE – em conformidade com as especificações legais. Neste sentido, os NDE são compostos pelo mínimo de cinco membros, todos docentes com titulação de pós-graduação *stricto sensu* e formação na área do curso. Considera-se, igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do curso e sua dedicação ao mesmo. Os membros de NDE possuem mandatos de dois anos, assim como das coordenações de curso de graduação, com uma tarefa acadêmica de acompanhamento, consolidação e atualização permanente do Projeto Político Pedagógico do Curso - PPC.

O Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso de Bacharelado em História se reúne ordinariamente nas quartas feiras de cada mês, no horário das 14:00 às 16:00 e extraordinariamente, sempre que for necessário. A concepção e elaboração deste PPC, é de responsabilidade do referido núcleo em conjunto com a coordenação do curso, que o acompanhará até a implantação do mesmo pelo Colegiado do curso. Compete ao Núcleo Docente Estruturante as seguintes atribuições:

- I- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Curso de Graduação;
- V- Elaborar e/ou reformular o Projeto Pedagógico do Curso assim como acompanhar e avaliar a implantação e implementação do referido documento, propondo as alterações necessárias a sua melhor consecução;
- VI- Apreciar e encaminhar para homologação do Colegiado e das instâncias deliberativas superiores, projetos de Pesquisa, de Cursos de Pós-Graduação *Latu e Strictu Sensu* e de cursos e/ou atividade de extensão, com o objetivo de tornar efetiva a aplicação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- VII- Participar da elaboração do Plano de Trabalho das Coordenações de Curso, que será apreciado pelo Colegiado e aprovado pelos Órgãos competentes da UFAL, bem como acompanhar sua execução;
- VIII- Recomendar as diretrizes dos programas das disciplinas do curso de Graduação e suas respectivas ementas, encaminhando à Coordenação, modificações dos programas para fins de compatibilização;
- IX- Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros insumos necessários ao curso;

5. Avaliação.

O sistema de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em História será realizado em três dimensões: (a) avaliação do corpo discente; (b) do corpo docente e (c) do próprio Projeto Pedagógico do Curso. Assim dispomos os seguintes critérios:

- a) O sistema de avaliação do corpo discente observará o disposto na Resolução nº 25/2005 CEPE, de 26 de outubro de 2005, Arts. 11 a 18. Haja vista que, os requisitos atuais para as avaliações diferenciadas aos alunos especiais, como alunos autistas, são normas de orientação tanto para os professores quanto para os alunos do curso, segundo a regulamentação de 12.764 de dezembro de 2012. Assim, contamos com o apoio técnico da UFAL para a realização das tarefas de avaliação diferenciadas no curso, bem como orientação para os professores e alunos em questão.
- b) O sistema de avaliação do corpo docente, sendo disposto na Lei 9.394 de 1996 que dispõe sobre a titulação do corpo docente do curso. Ainda, contamos com a auto avaliação do curso onde todos os docentes, coordenação e corpo técnico são avaliados.
- c) O sistema de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso contextualizado no espírito da instituída “Década da Educação” (LDBEN, Título IX, Art. 87) e “em sintonia com a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos” (§ 1º), institucionalmente, e uma vez que, de modo geral, a “duração exigida como completa, jamais situa a conclusão da maioria dos cursos de graduação de ensino superior abaixo de 3 anos e o número de 4 anos tem sido uma constante para a delimitação dos cursos de graduação no Brasil” (Parecer nº 28/2001 CNE/CP), deverá acontecer em um prazo cronológico frequente de 3 ou 4 anos, enfatizando, entre outras coisas, a organização didático-pedagógica (administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação), o corpo docente (formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho acadêmico e profissional) e infraestrutura (instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos), sem esquecer que, nesta nova concepção de Universidade e de Unidade Acadêmica

onde o Curso de Bacharelado em História acontece, “*O único juiz legítimo desta consecução é a gente do povo, não os estudantes nem os professores, mas a própria população cujas necessidades e carências se procura suprir*” (RIBEIRO, 1991, p. 268). Cabe ao Colegiado do Curso a sistematização deste processo de avaliação, e ao Coordenador de Curso, ou a Grupo de Trabalho nomeado pelo Colegiado para este fim, sua execução.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições do curso também servirá de instrumento para a avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas;
2. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional;
3. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

6. Apoio aos discentes: Acessibilidade e Inclusão.

6.1. ACESSIBILIDADE

A UFAL atualmente possui um núcleo de estudos voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado as pessoas com necessidades especiais, em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente. O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a autodeclaração. Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades. Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, se junta, agora, o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação. A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 9394/96, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Neste

sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os “PPCs contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido”. Para tal atendimento, a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência auditiva, visual, visual e auditiva e cognitiva, sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico, de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso. Neste sentido, o Núcleo de Atendimento Educacional – NAE – oferece o necessário apoio pedagógico de forma a atender ao corpo social da UFAL em suas demandas específicas, de forma a promover a integração de todos ao ambiente acadêmico. Desde sua criação e implementação, o Curso de Bacharelado em História da UFAL, quando possui alunos com algum tipo de deficiência física, possibilita a facilidade em atendê-los. O espaço físico do curso possui rampas de acesso para as salas de aula e coordenações, além de piso tátil em alguns casos para facilitar o acesso aos alunos. Ao ter essa demanda, a coordenação do curso buscará ações junto ao Núcleo de Acessibilidade, da UFAL, para atendimento legal aos discentes.

4.5- NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE – NAC O Núcleo atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado – AEE - aos estudantes que fazem parte do público-alvo, tais como, pessoas com deficiência, pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento e pessoas com Altas Habilidades. Esse atendimento tanto pode ser feito através de acompanhamento nas salas de aulas que os alunos frequentam, quanto em atividades na sala do NAC em horário oposto ao das aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos. Podemos fazer adaptação de materiais didáticos, além de capacitar para o uso de tecnologias assistivas, como por exemplo, recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas. O NAC também promove cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional à pessoas com deficiência, além de eventos sobre Educação Inclusiva abertos à toda a comunidade acadêmica. Em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP, promove cursos para corpo técnico e docentes da universidade. Atua em parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada – GEEAMA e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade – EEDI. O Atendimento Educacional Especializado – AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos

pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Atendendo, prioritariamente, os estudantes de graduação, podendo ser atendidos estudantes da pós-graduação. De maneira geral, a comunidade acadêmica no sentido de trabalhar a compreensão de como devemos contribuir para a inclusão destes no universo acadêmico, o que envolve não só os professores, mas também o corpo técnico e os demais estudantes. No Curso de Bacharelado em História as adequações das tecnologias assistivas serão feitas mediante as devidas necessidades, onde professores e técnicos serão capacitados para que a execução das atividades ensino, pesquisa e extensão aconteçam em sua plenitude, de acordo com o art. 59 da Lei 9394/96.

6.2. INCLUSÃO

Desde 1999 a UFAL preocupa-se com a questão da inclusão, tendo aprovado em 2003 a Resolução 33 – CONSUNI, posteriormente modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012 que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES. Ainda, a Resolução 54/2012 – CONSUNI institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL. Neste entendimento, em 2015, foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo (um salário-mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salários mínimo (um salário-mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A meta da UFAL é destinar até o ano de 2016 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas das redes públicas. Seguindo o Compromisso Social da Universidade Federal de Alagoas, o Curso de Bacharelado em História recebe a cada nova turma oriunda do ENEM, alunos cotistas advindos de toda parte de Alagoas e de outros Estados brasileiros.

7. Referências Bibliográficas.

7.1. Fontes Primárias:

Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial).

Tempo de integralização: Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial).

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afrobrasileira, africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, na Lei N° 13.146/2015, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Disciplina de Libras (Dec. N° 5.626/2005).

Políticas de educação ambiental (Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002).

7.2. Bibliografia:

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O Ofício do historiador*. São Paulo: Zahar, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.

COLLINGWOOD, R.G. *Idea de la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: EdUNICAMP, 1994.

DUBY, Georges. *A História continua*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. Trad. Federico Carotti. 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PEREYRA, Carlos. “Historia, ¿para qué?”. In: BONFIL BATALLA, Guillermo, et alii. *Historia, ¿para qué?*. México: Siglo XXI, 1982.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Renato Janine. *Humanidades: um novo curso na USP*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento, 2008.

VEIGA, I.P.A. “Projeto Político-Pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar?”. In: CASTANHO, S, e CASTANHO, M.E.L.M. (Org.). *O que há de novo na Educação Superior: do projeto pedagógico à prática transformadora*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1989.

Anexos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
Centro de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
Licenciatura e Bacharelado em História

Resolução para Trabalho de Conclusão de Curso

REGULAMENTA NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO TCC (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFAL.

O COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA da Universidade Federal de Alagoas – no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo ESTATUTO e REGIMENTO GERAL da UFAL de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na sessão ocorrida em 05 de novembro de 2010;

CONSIDERANDO que o *Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)* é um requisito indispensável para a colação de grau do Curso de História e obtenção do diploma de Licenciado e/ou Bacharel na UFAL, tendo como finalidade aproximar o aluno da pesquisa, suas concepções e condições de produção, além de permitir o conhecimento e a reflexão sobre o processo de produção na historiografia;

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar as normas para a elaboração e produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, conforme esteja definido nesta Resolução.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá adquirir ao longo do curso o formato de Projeto de Pesquisa que deverá obedecer às regras de produção do trabalho científico e ser apresentado à Coordenação de TCC do Curso de História em forma de monografia, ou artigo para publicação, durante o último ano do curso, correspondente aos sétimos e oitavos períodos letivos, conforme as normas aprovadas pelo Colegiado do respectivo Curso de Graduação.

§ 1º - Caberá aos TCC's as seguintes regras **BÁSICAS** de elaboração:

- O Trabalho deverá estar inserido nas normas da ABNT atualizadas;
- O Trabalho constará em sua estrutura metodológica início, desenvolvimento e conclusão das ideias, fazendo referência às hipóteses ou ao problema a ser discutido pela monografia;

- O Trabalho deverá conter suas Referências Bibliográficas, com indicação de Fontes Primárias e Secundárias, se assim houver;
- O Trabalho deverá realizar a discussão do problema apresentado;
- A Ata de Defesa deverá estar agregada à monografia, constando entre as primeiras páginas.

Art. 3º - A elaboração do trabalho deverá ser feita individualmente.

Art. 4º - O tema da pesquisa será definido pelo orientando, preferencialmente, em conformidade com as linhas de pesquisa do orientador e do Curso de História.

Art. 5º - Não mais serão aceitos como TCC as revisões da historiografia sem uma referência analítica e crítica das produções atuais, e/ou relatos de caso sem fundamentação documental, porque estas formas de trabalho são compreendidas como modelos que antecedem ao desenvolvimento de pesquisa, elaborada de acordo com o método científico e com o Projeto Político-Pedagógico do Curso.

Art. 6º - O orientador deverá fazer parte obrigatoriamente do quadro de docentes do Curso de História ou de outros Cursos da UFAL, se o colegiado ou o coordenador do curso permitir.

§ 1º - Caso não haja possibilidade de orientação por docente do curso, o aluno deverá procurar a Coordenação do TCC, que indicará possíveis orientadores entre os docentes do quadro do ICHCA, sendo exigido a titulação de Mestre ou Doutor para exercer o papel de orientador.

§ 2º - Caso o docente não seja Mestre ou Doutor só poderá ser co-orientador.

§ 3º - Docente de outra instituição poderá ser co-orientador de Trabalho de Conclusão de Curso de aluno da UFAL, sendo necessário enviar o seu currículo à Coordenação do TCC, que o avaliará e autorizará (ou não) o pleiteante a ser co-orientador e, neste caso, o projeto de pesquisa deverá ser apresentado junto ao currículo.

Art. 7º - A Coordenação do TCC, eleita pelo Colegiado do Curso a cada 12 meses, acompanhará os trabalhos, organizando seminários de apoio, com a presença obrigatória do orientador e mais docentes, em datas previamente definidas.

§ 1º - Caberá ao coordenador do TCC somente a obrigatoriedade de auxiliar e observar os trabalhos de monografia, promover o bom andamento do TCC quer seja por parte do orientando, quer seja por parte do orientador. Também caberá a este coordenador informar e deixar disponíveis aos alunos as normas da ABNT, as regras de produção monográficas do Curso, o modelo de Ata, as datas anuais para a produção do TCC e um **cronograma de atividades** (seminários, palestras, etc.) para auxiliar as necessidades do bom desempenho das monografias.

Art. 8º - Ao discente que não for aprovado, no prazo determinado, não será permitida a colação de grau na data prevista pelo Departamento de Registro e Cadastro Acadêmico (DRCA) e Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

Parágrafo Único - A colação de grau somente será permitida, em data posterior, após a apresentação final do TCC.

Art. 9º - Cada docente poderá orientar, **no máximo**, 8 (oito) trabalhos.

Art. 10 - Serão aceitos como TCC projetos de pesquisa de iniciação científica, vinculados às agências de fomento tais como CNPQ e FAPESP, concluídos em outras etapas do curso, desde que encaminhados para publicação ou publicados durante o sétimo ou oitavo período.

§ 1º - No caso de projetos de pesquisa não vinculados às agências de fomento, somente serão aceitos se encaminhados para publicação ou publicados durante o último período do curso.

§ 2º - A comprovação da publicação, ou o seu aceite em revista indexada, garantirá a nota máxima (dez), sendo o aluno dispensado da avaliação por banca examinadora do TCC.

§ 3º - A publicação em revista não indexada garantirá a aprovação, somente após a apresentação oral dos resultados e avaliação do artigo por uma banca examinadora.

Art. 11 – Em caso de Banca Examinadora, esta será constituída pelo orientador e 02 (dois) docentes indicados pelo orientador, os quais serão informados à Coordenação do TCC.

§ 1º - Caberá ao orientador optar pela apresentação dos TCCs de seus orientandos.

§ 2º - Excluindo-se a possibilidade da Apresentação de Banca do TCC, os trabalhos serão avaliados por uma comissão formada como determina o *caput* deste artigo, cabendo a nota ser divulgada em prazo estabelecido pelo Colegiado.

§ 3º - Os trabalhos reprovados serão novamente enviados para a correção de suas indicativas sugeridas pela Banca, tendo o aluno tempo hábil para sua devida correção e indicado novamente a um professor para sua segunda avaliação.

Art. 12 - O Discente será considerado aprovado (ou não), conforme nota conferida pela banca examinadora, sendo atribuída nota de valor quantitativo, variando de 0 (zero) a 10 (dez), por cada examinador, onde a nota final resultará da média aritmética das 03 (três) notas atribuídas.

§ 1º - Considera-se aprovado o TCC que obtiver nota maior ou igual a 7 (sete), conforme dispõe o Regimento Geral da UFAL.

§ 2º - Discentes cujos TCCs não forem aprovados somente poderão colar o grau e obter o diploma de licenciado ou Bacharel após reapresentarem a monografia ou artigo e este ser aprovado, observando-se as disposições legais em vigor.

§ 3º - Casos de plágios serão motivos para reprovação, cabendo ao aluno refazer seu TCC, se isto for acordado pela banca examinadora, e esta estipulará prazos para nova apresentação.

Art. 13 – Caso o orientador considere importante, caberá ao discente apresentar *pôster* ou fazer apresentação oral no Congresso Acadêmico da UFAL ou em outro evento científico, correspondente ao TCC, sendo exposto em conjunto com os dos demais alunos, cujo certificado da apresentação deverá ser entregue à Coordenação do TCC.

Art. 14 - A apresentação final deverá corresponder à forma de artigo científico, conforme as normas da revista a ser escolhida para publicação pelo orientador.

Art. 15 – A Coordenação de TCC apresentará, ao Colegiado de Curso, o Trabalho de Conclusão que tirou nota máxima e recebeu, por parte da banca avaliadora, indicação para publicação no edital para publicação de TCCs, elaborado pela Pró-Reitoria Estudantil.

Art. 16 - Deverão ser entregues à Coordenação do TCC 02 (duas) cópias impressas do trabalho, para envio à Biblioteca Central, e 01 (uma) cópia digitalizada em CD.

Art. 17 - Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas todas as disposições em contrário.

Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
Licenciatura & Bacharelado em História

Resolução para o Programa de Monitoria

**REGULAMENTA NORMAS PARA
AS ATIVIDADES DE MONITORIA
DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAL**

Os Colegiados dos cursos de História da Universidade Federal de Alagoas – no uso de suas atribuições legais que são conferidas pelo ESTATUTO e REGIMENTO GERAL de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na sessão ocorrida em 23 de maio de 2011.

Considerando o programa de MONITORIA com parte integrante da formação discente para aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

RESOLVE:

I – Da Natureza do Programa

Art. 1º. O programa de monitoria desta I.E.S., conforme Resolução nº 55/2008-CONSUNI/UFAL, de 10 de novembro de 2008, tem por objetivo:

§1º – Contribuir para a qualidade de formação dos estudantes através da mediação dos monitores nos processos pedagógicos, criando condições para o aprofundamento teórico e para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente.

§2º – Criar condições de aprofundamento de conteúdos teóricos e para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente.

§3º – Contribuir para a melhoria do ensino de graduação, participando da implementação de novas práticas e experiências pedagógicas.

Art. 2º. O programa de monitoria é efetivado sob duas modalidades: com bolsa e sem bolsa.

II – Das Funções do Monitor

Art. 3º. Cabe ao monitor:

§1º – o auxílio em atividades como preparação de aulas e trabalhos teóricos ou práticos, bem como o acompanhamento de pequenos grupos de trabalho;

§2º – a facilitação do relacionamento professor-aluno, acompanhando o desenvolvimento de atividades, elucidando dúvidas dos alunos;

§3º – auxiliar o(s) professor(es) em tarefas didáticas, inclusive na preparação de materiais de aulas e trabalhos;

§4º – conhecer a Resolução nº 55/2008- CONSUNI/UFAL, de 10 de novembro de 2008;

§5º – apresentar relatórios (parcial e final) das atividades de monitoria.

III – Das Funções do Professor-Orientador

Art. 4º. Cabe ao Professor-Orientador:

§1º – participar da elaboração do plano de monitoria do curso (definição das atividades, cronograma e carga horária);

§2º – participar do processo de seleção dos monitores;

§3º – elaborar um roteiro de atividades;

§4º – orientar e assistir o monitor em suas atividades específicas, fornecendo-lhe subsídios ao desenvolvimento das mesmas acompanhando o cumprimento dos seus deveres de acordo com sua formação;

§5º – organizar, com o monitor, horário de trabalho que favoreça a prática da monitoria, sem prejuízo da sua presença na sala de aula das disciplinas em que estiver matriculado no semestre e em outras atividades necessárias à sua formação acadêmica;

§6º – controlar a frequência do monitor nas atividades;

§7º – a estes objetivos somam-se os previstos na Resolução nº 55/2008-CONSUNI/UFAL, de 10 de novembro de 2008;

§8º – se responsabilizar em disponibilizar ao monitor uma cópia da Resolução supracitada.

IV- Da Coordenação de Monitoria

Art. 5º. O Coordenador de Monitoria será escolhido pelos colegiados do curso no início de cada ano letivo, podendo se reconduzido na função por tempo indeterminado.

Art. 6º. Cabe ao coordenador de Monitoria:

§1º – Realizar a seleção dos professores candidatos a bolsa de monitoria.

§2º – Elaborar o edital de monitoria para discentes, afixando-os publicamente na unidade acadêmica.

§3º – Montar, acompanhar e divulgar os resultados do processo de seleção de monitoria para os discentes;

§4º – Disponibilizar informações sobre as atividades das monitorias quando for solicitado pela coordenação, pela coordenação de monitoria da unidade acadêmica e pela PROGAD.

§5º – Realizar o acompanhamento e avaliação da atividade de monitoria, reunindo os relatórios de atividades e encaminhando ao setor responsável.

§6º – Cumprir os itens exigidos por esta resolução.

V – Das Áreas Temáticas

Art. 7º. O programa de monitoria do curso terá como base a divisão equitativa das bolsas por áreas de concentração, respeitando a seguinte divisão:

Setor I – Teorias, Métodos e Técnicas da História;

Setor II – História do Brasil, História da América e História da África;

Setor III – História Geral (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea);

Setor IV – História e Pesquisa Regional;

Art. 8º. As bolsas encaminhadas pela PROGAD serão divididas entre os setores temáticos, respeitando um rodízio entre os cursos de história bacharelado e licenciatura.

Art. 9º. O coordenador de monitoria do ano letivo será contemplado com uma bolsa, excluindo o setor temático no qual o mesmo está incluído nos critérios de escolha dos professores para aquele ano.

VI – Do Processo Seletivo Docente nas Áreas Temáticas

Art. 10º. Caberá a(o) coordenador(a) de monitoria realizar a seleção dos docentes no início de cada ano letivo dentro das áreas temáticas, aqueles que serão contemplados com as bolsas ofertadas para o curso.

Art. 11º. O processo seletivo respeitará os prazos estabelecidos pela PROGRAD no envio de informações;

Art. 12º. Estão aptos a concorrer à bolsa de monitoria os docentes que:

§1º–possuírem carga horária de ensino acima de 8 horas semanais;

§2º– terem entregado no semestre letivo de vigência da monitoria o Plano de Atividades Acadêmicas;

§3º–terem cumprido os prazos de relatórios de monitoria nos anos anteriores.

Art. 13º. O processo seletivo se dará através de apresentação de propostas do docente, contendo: a) formulário específico de monitoria oferecido pela Unidade Acadêmica; b) Plano de Atividades Acadêmicas do ano anterior;

Art. 14º. No início do ano letivo, o(a) coordenador(a) de monitoria abrirá edital para os docentes encaminharem propostas conforme o calendário institucional;

Art. 15º. De posse das propostas, a coordenação de monitoria obedecendo à rotatividade das áreas temáticas do curso concederá, em comum acordo com os colegiados do curso de história, os professores contemplados com as bolsas de monitoria para aquele ano.

Art. 16º. Os itens 10º ao 15º não estão incluídos as propostas de monitoria SEM BOLSA, que serão apenas avaliadas pelo coordenador e aprovadas em reunião de colegiado a sua efetivação.

Art. 17º. Após 24h (vinte e quatro horas) da divulgação do resultado final, o docente poderá recorrer da decisão através de encaminhamento de ofício a(a) coordenador(a) de monitoria;

Art. 18º. Os presentes critérios serão reformulados e ajustados a cada 2 (dois) anos;

Art. 19º. Revogam-se as disposições em contrário.

Aprovado em 23 de maio de 2011
Colegiado do Curso de História (Bacharelado & Licenciatura)

ANEXO - DIVISÃO DOS PROFESSORES POR ÁREA**1 – Teoria, métodos e técnicas da História**

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida
Prof. Dra. Arrisete Cleide Lemos Costa
Prof. Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos
Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel

2 – História do Brasil, da América e da África

Prof. Dr. Alberto Vivar Flores
Prof. Dra. Flávia Maria de Carvalho
Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano
Prof. Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira
Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva

3 – História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea

Prof. Dra. Ana Claudia Aymoré Martins
Prof. Dra. Célia Nonata da Silva
Prof. José Roberto Gomes da Silva
Prof. Dra. Raquel de Fátima Parmegiani
Prof. Dra. Ana Paula Palarmatchuk

4 – História e pesquisa regional

Prof. Ms. Clara Suassuna Fernandes
Prof. Esp. José Roberto Santos Lima
Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel

RESOLUÇÃO Nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006.

Disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da ufal.

CONSIDERANDO a análise e discussão promovidas pelo Fórum dos Colegiados da Graduação, sob a Coordenação da PROGRAD/UFAL, fundamentada na Lei Federal nº 6.494, de 07/12/1977 e regulamentada pelos Decretos nºs. 87.497, de 18/08/1982 e 89.467, de 21/03/1984;

CONSIDERANDO a apreciação e aprovação da Câmara Acadêmica do CONSUNI, ocorrida na sessão do dia 15/12/2006, bem como o resultado das discussões ocorridas no pleno do Conselho Universitário sobre o tema;

R E S O L V E:

Art. 1º Disciplinar, na forma desta Resolução, o funcionamento dos Estágios Curriculares dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

I - Da Natureza e Objetivo do Estágio

Art. 2º O estágio curricular de caráter formativo, que pode ser obrigatório ou não obrigatório, constitui parte dos processos de aprendizagem teórico-prática que integram os Projetos Pedagógicos dos Cursos, sendo inerente à formação acadêmico-profissional.

§ 1º O estágio curricular é obrigatório quando exigido em decorrência das diretrizes curriculares dos cursos e/ou previsto nos respectivos projetos pedagógicos, como disciplina que integraliza a estrutura curricular.

§ 2º O estágio curricular é não obrigatório quando previsto nos projetos pedagógico dos cursos como atividade opcional à formação profissional, e/ou como parte integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares.

§ 3º O estágio curricular pressupõe planejamento, acompanhamento, avaliação e validação pela Instituição de Ensino, em comum acordo com a instituição concedente.

Art. 3º O estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente.

Parágrafo Único. Cada Colegiado de Curso escolherá, preferencialmente dentre os professores que o compõem, um Coordenador de Estágio, a quem caberá o acompanhamento das atividades de estágio no âmbito do Curso.

II - Das Instituições Concedentes de Estágio

Art. 4º Podem ser Instituições Concedentes de estágio curricular pessoas jurídicas de direito público ou privado que tenham condições de proporcionar ao aluno experiência prática na sua área de formação acadêmico-profissional.

Art. 5º O estágio curricular poderá se desenvolver nas dependências da Universidade ou nas da Instituição Concedente de estágio.

§ 1º Quando o estágio curricular ocorrer nas dependências da Universidade, será celebrado Termo de Responsabilidade entre os órgãos envolvidos.

§ 2º Quando o estágio curricular ocorrer nas dependências da Instituição Concedente, será firmado convênio onde serão especificadas as condições do estágio e as obrigações e direitos das partes.

§ 3º Os convênios referidos no § 2º serão periodicamente avaliados, ficando sua renovação condicionada ao atendimento dos objetivos didático-pedagógicos do estágio curricular.

§ 4º As áreas de estágio a serem disponibilizadas pelas Instituições Concedentes deverão ser por elas previamente cadastradas no Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE* do Sistema Acadêmico, sendo aprovadas ou não pelos Coordenadores de Estágio dos Cursos de Graduação envolvidos.

§ 5º No cadastro da área de estágio, a Instituição Concedente deverá fornecer as seguintes informações, entre outras:

- I - indicação do supervisor do seu quadro de pessoal, com formação e experiência profissional na área de concessão do estágio, para acompanhar os alunos;
- II - descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário na instituição;
- II - carga horária semanal;
- III - remuneração, quando for o caso;
- IV - cursos para os quais serão oferecidas vagas de estágio na área.

III - Da Documentação do Estágio

Art. 6º - Para a validade do estágio faz-se necessário, além do convênio firmado entre a Universidade e a Instituição Concedente, a existência de:

I - plano de estágio elaborado pelo estagiário sob orientação dos supervisores da UFAL e da Instituição Concedente, no caso de estágio obrigatório;

II - plano de atividades definido pela área de estágio cadastrada pela Instituição Concedente, previamente aprovada pelo Coordenador de Estágio do Curso de Graduação envolvido, no caso de estágio não obrigatório;

III - documento de encaminhamento do estagiário à Instituição Concedente, feito pela Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - *CEC/PROGRAD*, no caso de estágio não obrigatório, e pelo Coordenador de Estágio do Curso, no caso do estágio obrigatório;

IV - termo de compromisso assinado pelo estagiário, pelo representante da Instituição Concedente e da UFAL, em conformidade com o convênio firmado;

V - relatório de acompanhamento, avaliação e validação do estágio elaborado pela UFAL conjuntamente com a Instituição Concedente;

VI - relatório de atividades, elaborado pelo estagiário, apresentado periodicamente à UFAL e à Instituição Concedente de acordo com o definido no Projeto Pedagógico de Curso;

VII - relatório de atividades, elaborado pelo estagiário, apresentado em período não superior a 06 (seis) meses, à UFAL e à Instituição Concedente.

§ 1º Os relatórios a que se referem os incisos VI e VII deverão ficar à disposição da fiscalização pelo período de 02 (dois) anos, contados a partir da data em que forem apresentados.

§ 2º O Termo de Compromisso conterá os seguintes dados:

I - identificação do estagiário, número de matrícula e indicação do curso;

II - valor da bolsa mensal, quando for o caso;

III - jornada semanal a ser cumprida e período do estágio;

IV - número da apólice do seguro de acidentes pessoais e nome da companhia seguradora.

V - menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício, podendo ser remunerado ou não, e nem acumulará com outras bolsas da UFAL;

VI - identificação do professor supervisor de estágio e do supervisor de estágio na Instituição Concedente, que deverá ser um profissional com formação e experiência na área de concessão do estágio.

§ 3º Quando tratar-se de estágio obrigatório, o plano de estágio curricular conterà os objetivos, a descrição das atividades, o período (início e término do estágio), o local e caracterização da Instituição Concedente que receberá o estagiário, o horário do estágio, o nome e a formação do supervisor de estágio, e tudo o mais que for definido pela Coordenação de Estágio do Curso de Graduação.

§ 4º Quando tratar-se de estágio não obrigatório, será anexado ao termo de compromisso o plano de atividades cadastrado no Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE* no Sistema Acadêmico.

§ 5º A Instituição Concedente, quando do desligamento do estagiário, deverá entregar o termo de realização de estágio com a indicação resumida das atividades desenvolvidas, do período de permanência e da avaliação de desempenho.

IV - Do Seguro de Acidentes

Art. 7º O seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário é obrigatório.

§ 1º No caso de estágio curricular obrigatório, o pagamento do seguro será providenciado pela UFAL ou pela Instituição Concedente;

§ 2º No caso de estágio curricular não obrigatório, o pagamento do seguro será providenciado pela Instituição Concedente ;

§ 3º No caso de estágio curricular administrado por Agente de Integração, a responsabilidade pelo pagamento do seguro será deste.

V - Da Carga Horária e Período de Estágio

Art. 8º A carga horária máxima para as atividades de estágio curricular não obrigatório será definida pelo Conselho da Unidade Acadêmica à qual o curso estiver vinculado, não podendo ultrapassar 30 (trinta) horas semanais, devendo compatibilizar-se com as atividades acadêmicas e com o horário das disciplinas curriculares do curso em que o estagiário estiver matriculado.

Art. 9º A carga horária semanal para as atividades do estágio curricular obrigatório será definida no Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 10. O período mínimo de estágio curricular não obrigatório será de 01 (um) semestre, podendo ser prorrogado, a critério da Coordenação de Estágio do Curso, por, no máximo, 03 (três) semestres.

Parágrafo único. O estágio curricular não obrigatório não poderá exceder a 04 (quatro) semestres consecutivos, na mesma Instituição.

VI - Do Agente de Integração

Art. 11. A UFAL poderá utilizar, mediante convênio, os serviços de Agentes de Integração com a finalidade de proporcionar novas oportunidades de estágio.

§ 1º A UFAL somente firmará convênios com os Agentes de Integração que se comprometerem a providenciar a assinatura dos termos de compromisso pela Instituição Concedente, pela UFAL, pelo aluno e pelo Agente de Integração, após parecer favorável do Colegiado de Curso de origem do estagiário encaminhado pela Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - *CEC/PROGRAD*.

§ 2º Cabe ainda aos Agentes de Integração:

I - identificar oportunidades de estágio;

II - cadastrar as áreas de estágio e as ofertas de vagas oferecidas pelas Instituições

Concedentes;

- III - imprimir e providenciar a assinatura dos termos de compromisso pela Instituição Concedente, pela UFAL, pelo aluno e pelo Agente de Integração;
- IV - providenciar o pagamento da bolsa, na hipótese de estágio remunerado;
- V - contratar seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário.

VII - Da Organização do Estágio

Art. 12. Os alunos dos cursos de graduação da UFAL, desde que regularmente matriculados em disciplinas e com frequência efetiva no Curso ao qual estejam vinculados, deverão realizar o estágio curricular obrigatório, podendo, ainda, realizar estágios curriculares não obrigatórios no caso dessas atividades serem previstas no projeto pedagógico de seu curso.

§ 1º Durante o estágio curricular não obrigatório o aluno deverá obter aprovação em disciplinas que perfaçam, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total das disciplinas nas quais esteja matriculado, sob pena de, não o fazendo, ser desligado do Programa de Estágio durante 01 (um) período letivo.

§ 2º Havendo recuperação do rendimento escolar com aprovação em disciplinas que compreendam 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária total das disciplinas em que esteja matriculado durante o período letivo subsequente ao desligamento, o aluno poderá retornar ao Programa de Estágio.

§ 3º A Coordenação de Estágio do curso acompanhará o desempenho acadêmico do estagiário.

Art. 13. A Universidade disponibilizará em seu portal eletrônico, através do sítio do Sistema Acadêmico, um Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE*, visando acompanhar e registrar as atividades acadêmico-administrativas dos estágios curriculares obrigatórios ou não obrigatórios, cujo gerenciamento será da responsabilidade da Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - *CEC/PROGRAD*.

Art. 14. A orientação, a supervisão e a avaliação acadêmica do estágio curricular, em qualquer de suas modalidades, são atividades obrigatórias de responsabilidade do curso de procedência do aluno, levadas a efeito do modo compartilhado com os supervisores vinculados às Instituições Concedentes de estágio.

Art. 15. As atividades do estagiário somente poderão ter início após a assinatura do Termo de Compromisso pelas partes envolvidas, cabendo ao Coordenador de Estágio do Curso registrar a data correspondente no Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE*.

Art. 16. Junto à Pró-Reitoria de Graduação – *PROGRAD/UFAL* funcionará a COMISSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR, órgão colegiado encarregado de, dentre outras atribuições, promover a discussão em torno dos estágios na Universidade, estabelecer as normas gerais para a formação de uma Política de Estágio Curricular na UFAL, bem como promover a elaboração de um Manual de Orientação de Estágio.

§ 1º Comporão a Comissão de Estágio Curricular:

- I - 01 (um) representante e 01 (um) suplente de Coordenadores de Curso de Graduação, por área do conhecimento (saúde, exatas, humanas, tecnológicas e sociais) e modalidades (bacharelado e licenciatura), indicados pelo Fórum dos Colegiados;
- II - 01 (um) representante e 01 (um) suplente de discentes indicado pelo Diretório Central dos Estudantes - *DCE/UFAL*;
- III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Gestão Institucional – *PROGINST/UFAL*;
- IV - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão - *PROEX/UFAL*;
- V - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação - *PROGRAD/UFAL*;
- VI - 01 (um) representante da Pró-Reitoria Estudantil - *PROEST/UFAL*.

§ 2º A Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD/UFAL designará o Coordenador da Comissão de Estágio Curricular.

Art. 17. Cada Curso de Graduação regulamentará seu próprio estágio curricular mediante resolução elaborada e aprovada pelo Colegiado de Curso observados os ditames da legislação específica e desta Resolução, e homologada pelo Conselho da respectiva Unidade Acadêmica.

VIII – Das Disposições Finais

Art. 18. A UFAL, os estudantes, as Instituições Concedentes e os Agentes Integradores terão prazo de 06 (seis) meses, a partir da data de aprovação desta Resolução, para a ela se adequarem.

Art. 19. Compete ao titular da PROGRAD/UFAL aprovar os termos de convênio para oferta de estágios curriculares, depois de apreciados pela Comissão de Estágio Curricular de que trata o Art. 15 desta Resolução.

Art. 20. Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 18 de dezembro de 2006.

Profª. Ana Dayse Rezende Dorea
Presidenta do CONSUNI/UFAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

UNIDADE ACADÊMICA: Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes	
INTERESSADO: Curso de História Bacharelado	
ASSUNTO: Novo Projeto Pedagógico do Curso de História Bacharelado, a Ser Implantado em 2018	
PARECER Nº 03 2017	AUTORIA: Coordenadoria Cursos de Graduação - CCG

ANÁLISE DO NOVO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA BACHARELADO, CAMPUS MACEIÓ

A Pró-Reitoria de Graduação (**PROGRAD**) encaminha o presente parecer técnico relativo à revisão do **novo Projeto Pedagógico do Curso de História Bacharelado**, modalidade presencial, localizado no Campus Maceió, em atenção ao informe das reuniões do **Colegiado** e **NDE** do referido curso e do **Conselho da Unidade Acadêmica do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes**, ocorridas em **01 de novembro**. Na elaboração deste parecer considerou-se o atendimento à legislação educacional vigente, em especial às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de História, através da Resolução **CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002** e dos documentos anteriores a esta, **PARECER N.º: CNE/CES 492/2001** e **PARECER N.º: CNE/CES 1363/2001** - às dimensões e aos indicadores presentes no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (presencial e a distância), de março de 2015, à **Resolução Nº 02/2007-CEPE**, que dispõe sobre carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, à **Resolução Nº 25/2005-CEPE**, **Lei 11.788/2008**, e **Resolução Nº 71/2006- CONSUNI**, que dispõem sobre os estágios curriculares, e demais requisitos necessários aos processos de regulação e avaliação.

Conforme o que rege o **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UFAL – 2013/2017**, o Projeto Pedagógico de Curso deve ser uma ação coletiva, reflexiva, que

pressupõe rupturas e superação do obsoleto e compromisso com a inovação, mas, ao mesmo tempo com a valorização da memória e da história da instituição. É mais do que a necessidade de responder a uma solicitação formal, no sentido da reflexão e a contínua expressão das idéias sobre a Universidade e sua função social, sobre o curso, sobre a pesquisa e sua relação com o ensino, sobre a extensão e sua relação com o currículo. Enfim, sobre as estratégias que irão promover a desejada articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

Neste contexto, o Projeto Pedagógico contempla, com toda a clareza, a intencionalidade do curso, reflete sua imagem, cria sua identidade e delimita o seu espaço de autonomia, definidos e resultantes de um processo de discussão coletiva. Cada curso contempla em seu Projeto Pedagógico o perfil do profissional desejado definindo, através dos conteúdos curriculares, suas competências e habilitações.

Assim, o Projeto Pedagógico de cada curso adequa-se a novos parâmetros de aprendizagem e, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, baseia-se nos princípios da articulação entre teoria e prática, entre ensino, pesquisa e extensão, da interdisciplinaridade e da flexibilidade curricular. O Projeto Pedagógico tem, assim, a dupla dimensão de ser orientador e condutor do presente e do futuro.

O curso de graduação em história da UFAL teve seu decreto de funcionamento autorizado em 30 de janeiro de 1952, sendo reconhecido quase dois anos depois, em 24 de dezembro de 1954. Todavia, o início das atividades do curso ocorreu antes mesmo da criação da UFAL, em 1961, isto porque em 1950 havia sido fundada a *Faculdade de Filosofia de Alagoas*, à época instituída por Getúlio Vargas, sendo desta instituição que se deu origem a Universidade Federal de Alagoas. Na antiga FFA já havia o curso de história que foi remodelado a partir da inauguração da UFAL, com a criação do Centro de Humanidades, Letras e Artes (CHLA), hoje Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA).

Dentre as alterações realizadas, do PPC de 2012 para este, previsto para ser ofertado no ano de 2018, podemos destacar:

1. Alteração da carga horária total, de **2520** h para **3084h**, compatível com **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007**, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, sendo prevista para o curso de História o mínimo de **2400** horas.

<p>2. O desenvolvimento de um tópico específico para o NDE – Núcleo Docente Estruturante, inexistente no PPC anterior, explicitando sua atuação e funcionamento dentro do curso, conforme a Resolução nº 52/2012-CONSUNI/UFAL, de 05 de novembro de 2012.</p>
<p>3. O atendimento ao Decreto nº 5626/2005, contemplando a disciplina de Libras na forma de disciplina eletiva e ofertada frequentemente para os alunos como disciplina ou vagas remanescentes em outros cursos.</p>
<p>4. O referenciamento das políticas de apoio ao discente, no que tange aos aspectos da acessibilidade, citando o NAC - Núcleo de Acessibilidade, criado em 2013 para assegurar condições de igualdade e promover o exercício dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, conforme a Lei 13.146/2015, e o atendendo o que prevê o art. 59 da Lei 9394/96, da Lei de Diretrizes e Bases; a inclusão, fazendo referência à Resolução 33/2003 – CONSUNI, modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES, bem como a Resolução 54/2012 – CONSUNI, que institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso aos cursos de graduação da UFAL.</p>
<p>5. Os aspectos relacionados à interdisciplinaridade e transversalidade, em conformidade como as novas diretrizes do MEC, mediante as seguintes leis: a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que institui as Políticas de Educação Ambiental; as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (Parecer CNE/CP 1/2004)</p>
<p>6. O atendimento à Resolução nº 1, de 30 de Maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; assim como à Lei 12764/2012, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Espectro Autista.</p>
<p>7. Articulação dos grupos de pesquisa, sempre que preciso, com as novas legislações, contribuindo, assim, para ofertar aos estudantes do curso uma melhor formação.</p>
<p>8. No que concerne à extensão, o PPC de História Bacharelado precisará desenvolver e reformular melhor o referido tópico, face certa superficialidade observada em seu texto. Contudo, com a nova Resolução de Extensão em vias de ser aprovada, o curso terá a</p>

oportunidade de realizar as alterações necessárias, já contemplando a curricularização do mencionado item, conforme preconiza a **Lei 13005/2014**, na qual se lê que 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares deverão ser destinados à programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

O novo Projeto Pedagógico do Curso de História Bacharelado, ainda, no que tange a sua matriz curricular e estruturação, estabelece políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão; apresenta os objetivos do curso em coerência com o Perfil do Egresso; a Estrutura Curricular e Educacional contempla a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a articulação entre teoria e prática, conforme a **Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002**, das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de História. O Estágio Supervisionado, conforme a **Lei nº 11.788**, e o Trabalho de Conclusão do Curso, regulamentado pelo Colegiado de História, através da **Resolução s/n**, em 05 de novembro de 2010, também estão previstos.

Dessa forma, considerando que o Projeto Pedagógico do Curso de História Bacharelado atende aos requisitos legais assinalados acima, estabelecidos pelas legislações em vigor, e sendo compatível com as normas acadêmicas da Universidade Federal de Alagoas, confirmamos um parecer favorável ao referido documento.

Maceió - AL, 07 de novembro de 2017.

Jean Luiz Davino dos Santos

TAE – CCG/ PROGRAD - Mat. 2057258

Giana Raquel Rosa

COORDENADORA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Sandra Regina Paz da Silva
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO